

06/03/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[A cobiça que move a Esplanada](#)

[Sinais de tensão](#)

[Brasil é finalista do "Nobel da educação"](#)

[APROVADOS NO SISU](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Cortina de fumaça](#)

**O GLOBO - RJ**

[EXPANSÃO ACELERADA](#)

[Projeto propõe expulsão de estudante que depredar patrimônio público](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Lava-Jato da Educação é embrionária e deve demorar a mostrar resultados](#)

[Governo não parece ansioso em obter apoio no Congresso](#)

[País precisa deixar de lado viés anti-exportador, diz economista](#)

[Nas redes sociais, Bolsonaro é alvo de críticas e elogios](#)

Imprensa Estadual

**O DIA - RJ**

[Industrialização e acesso à escola](#)

**O LIBERAL - PA**

[ProUni e Pronatec](#)

Agências de notícias e sites

**MEIO NORTE - PI**

[Encontrado entre abelhas do NE vírus que mata enxames nos EUA](#)

**AGÊNCIA BRASIL**

[Enceja será aplicado no dia 4 de agosto; inscrições abrem em maio](#)

**G1**

[Inscrições para Olimpíada de Língua Portuguesa estão abertas; AC teve 3 finalistas em 2016](#)

Imprensa Estadual

**A GAZETA - ES**

[Os locais](#)

**DCI - SP**

[Ensino a distância autoral](#)

Agências de notícias e sites

**FOLHA DE DOURADOS**

[Última semana de inscrições para ingresso em mestrado profissional oferecido pelo](#)

**IFMS**

**AGÊNCIA ESTADO**

[Procuradoria vê inconstitucionalidade na lei paulista que usa dinheiro da educação para benefício previdenciário](#)

**AGORAMT**

[Inscrições para Enceja abrem em maio e prova deve ser aplicada em agosto](#)

**R7**

[Governo de SP amplia integração dos ensinos técnico e médio](#)

Imprensa Estadual

**DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO**

[Ministro da educação pode ser alvo de processo](#)

## **EXTRA - RJ**

[EXTRA esclarece dúvidas comuns dos professores](#)

## **GAZETA DO POVO – PR**

[O MEC se perde em factoides](#)

## **J. DO COMMERCIO - PE**

[UFPE pesquisará petróleo](#)

## **JORNAL DE BRASÍLIA - DF**

[Hino desafinado](#)

Agências de notícias e sites

## **AGÊNCIA ESTADO**

[Bolsonaro defende Lava Jato da Educação no Twitter](#)

## **CONGRESSO EM FOCO**

[E aí, capitão: é pra valer ou de faz-de-conta?](#)

## **FORBES**

[Educação a distância: um modelo que só cresce](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[Bolsonaro defende Lava Jato da Educação: ‘há algo de muito errado’](#)

## **TERRA**

[Bolsonaro defende Lava Jato da Educação no Twitter](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Bolsonaro defende Lava Jato da Educação: há algo de muito errado](#)

Grande Imprensa

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Educação básica: evidências e fatos](#)

## **FOLHA DE S. PAULO - SP**

[O bloquinho dos inteligentinhos](#)

## **O GLOBO - RJ**

[Lições do carnaval](#)

[Ouviram do Ipiranga](#)

[Estratégia frustrada](#)

[Um mergulho na alma do professor](#)

Imprensa Estadual

## **O DIA - RJ**

[Hino desafinado](#)

Agências de notícias e sites

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Mais Brasília, Menos Brasil](#)

## **AGÊNCIA VALOR**

[“Lava-Jato do MEC vem aí”, diz Carlos Bolsonaro no Twitter](#)

## **CORREIO WEB**

[Brasil tem pior colocação em cinco anos em exame de proficiência em inglês](#)

## **G1**

[Projeto gratuito de inovação empresarial tem 80 vagas abertas na região de Piracicaba](#)

Grande Imprensa

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Parecia fake news](#)

## **O GLOBO - RJ**

[Multa para cancelar matrícula pode ser abusiva](#)

Imprensa Estadual

## **A TRIBUNA DE SANTOS - SP**

# CLIPPING



[Universidades oferecem cursos e atividades práticas a alunos](#)

**O ESTADO - MS**

[Paranoia](#)

Agências de notícias e sites

**F5**

[Mestrado Profissional em Educação: prazo para inscrição encerra dia 7 de março](#)

**TOP MÍDIA NEWS**

[OPORTUNIDADE: UFMS tem mestrado e pós-graduações com vagas abertas](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[Parecia fake news](#)

**METRÓPOLES**

[Dez escolas querem gestão compartilhada com a PM no Distrito Federal](#)

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Indisciplina e violência nas escolas públicas](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Se correr o bicho pega](#)

**O GLOBO - RJ**

[Estado precisa encontrar solução para os estudantes sem matrícula](#)

[O desafio de conciliar trabalho e estudo](#)

Revistas

**ISTOÉ - SP**

[Escola com partido: invasão de privacidade e doutrinação ideológica](#)

Imprensa Estadual

**CORREIO POPULAR – SP**

[O Hino e a crença em Deus](#)

**O POVO - CE**

[Uma dupla da pesada](#)

Agências de notícias e sites

**CAPITAL NEWS**

[Casems inicia Programa de residência em Pediatria e Medicina Intensiva em Campo Grande](#)

**DIÁRIO DIGITAL**

[IFMS abre inscrições para Mestrado em Educação Profissional](#)

**GAZETA DO CARIRI**

[Capes aprova Mestrado Acadêmico em Letras na URCA](#)

**GRUPO ORZIL**

[Aberta seleção para bolsas de doutorado sanduíche no exterior](#)

**INFONET**

[Idiomas sem Fronteiras tem vagas para brasileiros e estrangeiros](#)

**JORNAL GRANDE BAHIA**

[Doutoranda da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia detecta pela primeira vez vírus em abelhas nativas do Brasil](#)

**ND ONLINE**

[Inscrições abertas para o Encontro Internacional sobre Formação no Teatro de Animação](#)

**O NORTÃO - MT**

[Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro](#)

**PORTAL TV CARIRI**

[Capes aprova Mestrado Acadêmico em Letras na URCA](#)

## **AGÊNCIA CÂMARA**

[Estudo da Expedição Paraopeba detalha devastação em Brumadinho](#)

## **DOURADOS AGORA**

[MEC envia novo texto às escolas suspendendo orientação sobre filmagens](#)

## **G1**

[Governo de SP anuncia expansão de programa que integra ensino técnico e ensino médio](#)

[Justiça autoriza prefeitura pagar salários e rescisões dos professores em Montes Claros com recursos do Fundeb 2019](#)

## **O PROGRESSO - MA**

[Qual é o grande problema do Brasil? É o Hino Nacional?](#)

## **PONTA PORÃ INFORMA**

[UFMS está com inscrições abertas para 5 cursos de pós-graduação](#)

## **PORTAL ÉPOCA**

[Em meio à crise por Hino Nacional, MEC atrasa envio de 416 mil livros didáticos](#)

## **TERRA**

[Hotel inclusivo : Como a tecnologia ajuda a acessibilidade](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Nomeação de coronel para conselho de educação causa desconfiança](#)

Agências de notícias e sites

## **GAZETA DO CARIRI**

[Capes aprova Mestrado Acadêmico em Letras na URCA](#)

## **GRUPO ORZIL**

[Aberta seleção para bolsas de doutorado sanduíche no exterior](#)

## **INFONET**

[Idiomas sem Fronteiras tem vagas para brasileiros e estrangeiros](#)

## **JORNAL GRANDE BAHIA**

[Doutoranda da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia detecta pela primeira vez vírus em abelhas nativas do Brasil](#)

## **PORTAL DO AGRONEGÓCIO**

[Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro](#)

## **PORTAL TV CARIRI**

[Capes aprova Mestrado Acadêmico em Letras na URCA](#)

## **AGÊNCIA CÂMARA**

[Salário-Educação poderá incidir sobre receita bruta das empresas](#)

[Câmara analisa projetos para impedir cursos de saúde a distância](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Nomeação de coronel para conselho de educação causa desconfiança](#)

Imprensa Estadual

## **GAZETA DO POVO – PR**

[Os verdadeiros números sobre a morte de LGBTs no Brasil](#)

## **CORREIO DA BAHIA - BA**

[Novo Fies: lista de espera está disponível](#)

## **FOLHA DE BOA VISTA - RR**

[Juiz autoriza seletivo para professores do Estado](#)

## **JORNAL DE BRASÍLIA - DF**

[MEC envia novo texto às escolas](#)

Agências de notícias e sites

## **INFONET**

[Mestrado em Educação: prazo para inscrição encerra dia 7 de março](#)

## **PIAUI AGORA - PI**

[Professores da rede estadual podem concorrer a 600 vagas para formação no exterior](#)

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

[Idiomas sem Fronteiras tem vagas para brasileiros e estrangeiros](#)

## **AGÊNCIA CÂMARA**

[Câmara analisa propostas para restringir cursos da área da saúde a distância](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[A polêmica carta do ministro Vélez](#)

## **G1**

[Escola com o melhor Ideb de Floriano está sem ventiladores, cadeiras e telhado quebrado](#)

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

[Enceja 2019 terá inscrições entre 20 e 31 de maio](#)

[MEC prepara parcerias para educação de cegos e surdos](#)

[Prorrogado o prazo para Postos Aplicadores informarem interesse em participar do Celpe-Bras 2019/1](#)

[Ministérios da Educação e da Justiça dão andamento a protocolo contra corrupção](#)

## **A GAZETA - ES - CIDADES**

### **Os locais**

Adotada em 1,3 mil escolas de todo o país – inclusive nas 36 unidades da Escola Viva no ES –, essa metodologia já está sendo aplicada, em Cachoeiro, nas EMEFs Athayr Cagnin, no bairro Nossa Senhora de Fátima, e Julieta Deps Talon, no Zumbi.

### **Ciclo completo**

Os estudantes terão a oportunidade de realizar todo o ciclo da educação básica – do 1º Ano do Ensino Fundamental ao 3º Ano do Ensino Médio – numa escola em tempo integral, pois Cachoeiro tem duas Escolas Vivas que atendem Ensino Fundamental 2 (5º ao 9º Ano) e Ensino Médio.

### **A parceria**

O Núcleo de Educação do ES em Ação, junto com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e por meio de uma parceria com o Movimento Empresarial do Sul do ES (Messes), é quem está transferindo a metodologia desse modelo de escola para a Secretaria de Educação do município.

topo ↕

## **DCI - SP - PLANO DE VOO**

### **Ensino a distância autoral**

Lançada recentemente, a plataforma EAD do Centro Universitário Celso Lisboa, promete inovar o mercado da educação. Na contramão do cenário de ensino superior, a Celso Lisboa apresenta forte crescimento entre as demais e trabalha para proporcionar uma experiência de aprendizagem diferenciada para os estudantes. A Celso Online quer se diferenciar por ser 100% autoral, com funcionalidades próprias e recursos inovadores de aprendizagem colaboração e interação entre docentes e alunos. Serão abertos 15 cursos de graduação, com duração média de 2 a 4 anos, totalizando investimentos de R\$ 800 mil.

topo ↕

## **FOLHA DE DOURADOS - TEMPO REAL**

## **Última semana de inscrições para ingresso em mestrado profissional oferecido pelo IFMS**

### **IFMS/Mestrado: São ofertadas 24 vagas, divididas entre servidores da Rede Federal e público externo. Curso é oferecido em Campo Grande**

As inscrições para o Exame Nacional de Acesso ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) podem ser feitas até a próxima quinta-feira, 7.

Em Mato Grosso do Sul, o curso é oferecido pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), em Campo Grande.

São oferecidas 24 vagas, das quais metade é para servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os outros 50% se destinam ao público externo, sendo uma reservada para candidato com deficiência, comprovada por meio de laudo médico, e duas para candidatos pretos, pardos ou indígenas.

Podem concorrer às vagas portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Todas as normas do processo seletivo constam no edital de abertura.

Os interessados devem se inscrever na Página do ProfEPT. A taxa de inscrição é de R\$ 70,00 e pode ser paga até dia 8 de maio. A lista de candidatos que obtiveram isenção da taxa de inscrição já foi divulgada.

O início das aulas está previsto para o segundo semestre letivo deste ano. Os encontros ocorrerão sempre às segundas-feiras, no período da manhã, tarde e noite, caso seja necessário.

Seleção – Será feita por meio de prova objetiva a ser aplicada no dia 5 de maio.

O candidato deverá responder 50 questões de múltipla escolha, acerca das Bases Conceituais e Históricas da Educação Profissional e Tecnológica, Metodologias de Pesquisa e Teorias e Práticas de Ensino e Aprendizagem, conforme a bibliografia disponibilizada.

A previsão é que o gabarito preliminar seja divulgado um dia após a prova, e o resultado final no dia 17 de junho.

ProfEPT – O mestrado tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica para a produção de conhecimento e desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

As linhas de pesquisa do mestrado são: "Práticas educativas em educação profissional e tecnológica" e "Gestão e organização do espaço pedagógico em educação profissional e tecnológica". A descrição e abrangência de cada uma podem ser consultadas na Página do ProfEPT.

A entrega de um produto educacional em educação profissional e tecnológica, conforme definição da área de Ensino da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

**Superior (Capes)**, é obrigatória para a conclusão do mestrado.

Mais informações podem ser obtidas na página do Mestrado Profissional do Campus Campo Grande. Em caso de dúvidas, o contato com a coordenação do curso no IFMS deve ser feito pelo e-mail [profep@ifms.edu.br](mailto:profep@ifms.edu.br).

Texto originalmente publicado em <http://www.ifms.edu.br/noticias/ultima-semana-de-inscricoes-para-ingresso-em-mestrado-profissional>.

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

**Procuradoria vê inconstitucionalidade na lei paulista que usa dinheiro da educação para benefício previdenciário**

**Legislação foi aprovada em dezembro de 2018 pelo governo de São Paulo e adota mesmo modelo de leis que já estão sendo questionadas no Supremo Tribunal Federal**

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, braço do Ministério Público Federal (PFDC/MPF), defende a inconstitucionalidade de dispositivos da lei paulista que passou a permitir que o governo estadual inclua no orçamento do piso da educação valores referentes ao pagamento de benefícios a servidores inativos.

A Lei Complementar 1.333 (projeto de lei complementar 57) foi promulgada nos estertores do governo Márcio França (PSB), em 17 de dezembro de 2018, e, em seu artigo 5.º, autoriza a contabilização de despesas decorrentes do sistema próprio de previdência no piso mínimo de aplicação obrigatória em educação – contrariando os dispositivos constitucionais que tratam da matéria, segundo entendimento da Procuradoria.

As informações foram divulgadas pela Assessoria de Comunicação e Informação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

A legislação também inclui como investimento em educação qualquer despesa para manter o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio, seja ela com inativos da educação ou de outras áreas.

Para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, além de ferir o artigo 6.º da Constituição Federal que assegura o direito à educação, a lei paulista fere o artigo 22, que estabelece como competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

“A lei editada pelo governo de São Paulo também descumpra o dever de progressividade na concretização de direitos fundamentais, assumido pelo Brasil no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e que foi promulgado pelo Decreto 591/1992”, acentua a Procuradoria.

“Ao incluir despesas necessárias ao equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência como se fossem em manutenção e desenvolvimento do ensino, a referida legislação burla o espírito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do artigo 212 da Constituição da República, que trata do percentual mínimo a ser investido na manutenção e desenvolvimento do ensino”, destaca a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat.

Na sexta-feira, 1, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão encaminhou à procuradora-geral, Raquel Dodge, um conjunto de argumentos que apontam a inconstitucionalidade do artigo 5.º, III, da Lei Complementar 1.333/2018.

O documento ressalta que ‘uma lei estadual não pode dispor sobre a inclusão de novas despesas na categoria de manutenção e desenvolvimento do ensino, tendo em vista que a Lei Federal 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) já disciplina o assunto’.

O texto reforça que o Supremo Tribunal Federal ‘possui entendimento pacífico no sentido de que é de patamar constitucional a controvérsia relativa à repartição de competência legislativa entre a União e os estados, sendo que, em matéria de educação, cabe à União dispor sobre normas gerais’.

“Em razão dos prejuízos que o baixo investimento representa para o direito à educação, a PFDC defende que seja apresentado ao Supremo pedido de liminar para suspender os efeitos do artigo 5.º, III, da Lei Complementar 1.333/2018, bem como, que a suprema corte declare inconstitucional a referida legislação.”

#### Decisões

De acordo com a Procuradoria, a ‘lei editada pelo governo do estado de São Paulo reproduz, de modo semelhante, o teor de dispositivos da Lei Complementar 1.010/2007, também paulista, que prevê, no cômputo dos pisos estaduais da saúde e da educação, despesas decorrentes de aposentadorias e pensões, bem como insuficiências financeiras do regime próprio de previdência’.

Segundo o braço do MPF, esses ‘dispositivos já foram impugnados junto ao Supremo Tribunal Federal por meio das ADI 5.719, ajuizada em 2017 pela Procuradoria-Geral da República, em atendimento a uma representação proposta pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão’.

“Ação semelhante também foi ajuizada no Supremo por meio da ADI 5.546, que questiona a Lei 6.676/1998, do estado da Paraíba”.

#### COM A PALAVRA, O EX-SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO, MAURÍCIO JUVENAL

O ex-secretário de Planejamento Maurício Juvenal ressalta que São Paulo é um dos ‘poucos estados’ que destinam mais de 30% do orçamento à educação. “O Estado de São Paulo entendeu elevar esse gasto de 25% para 30%, mas não estipulou de que modo esses 5% adicionais poderiam ser gastos”.

O ex-chefe da pasta explica que após a elevação dos repasses à educação de 25% para 30%, não existia regulamentação do uso do excedente. “O Estado decidiu aumentar de 25% pra 30%. Elogiável. No entanto, precisávamos disciplinar o uso dos 5% excedentes. Gostaria de ressaltar que apenas uma parte desses 5% a mais é utilizada para pagar inativos”.

O ex-secretário ainda afirma que a regulamentação do uso da verba para o pagamento de inativos foi um ‘debate feito todo com os órgãos de controle’. “Não quisemos fazer o



nosso único entendimento. Conversamos com o Ministério Público, com a Assembleia, com o Tribunal de Contas do Estado”.

E ainda alerta. “O Estado poderia voltar a destinar 25% com a educação, de maneira a não se utilizar mais de uma parte desses 5% a mais para o pagamento dos inativos, mas eu discordaria dessa medida”.

“O que nos preocupa é que haja uma redução em São Paulo dos gastos com educação”.

topo ↕

## **AGORAMT - TEMPO REAL**

### **Inscrições para Encceja abrem em maio e prova deve ser aplicada em agosto**

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) deste ano será aplicado no dia 4 de agosto. As inscrições poderão ser feitas entre 20 e 31 de maio, conforme anunciou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A previsão para a publicação do edital é abril.

O Encceja é direcionado aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade apropriada para cada nível de ensino. A participação é voluntária e gratuita. Para obter a certificação do ensino fundamental, é preciso ter pelo menos 15 anos, e a certificação do ensino médio é para quem tem pelo menos 18 anos.

Para obter o certificado do ensino fundamental, os estudantes fazem provas de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, educação física e redação; matemática; história e geografia; e ciências naturais. No exame de nível médio, os candidatos respondem a questões de linguagens e redação; matemática; ciências humanas; e ciências da natureza.

São certificados os estudantes que obtiverem, no mínimo, 100 pontos em cada uma dessas áreas e pelo menos cinco pontos na redação. Aqueles que atingirem a nota mínima em uma ou mais provas, mas não em todas, receberão uma Declaração Parcial de Proficiência e poderão tentar obter a nota nas demais provas no próximo exame.

Até 2017, era possível receber a certificação do ensino médio também pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Agora, a certificação é feita somente por meio do Encceja. O exame é aplicado tanto no Brasil e no exterior, por meio de parceria com o Ministério das Relações Exteriores. A aplicação para pessoas privadas de liberdade ocorre tanto no Brasil, quanto em países como o Japão.

As datas divulgadas referem-se ao exame nacional regular. Segundo o Inep, o cronograma das aplicações no exterior e para pessoas privadas de liberdade será divulgado posteriormente.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

### **Governo de SP amplia integração dos ensinos técnico e médio**

**Intenção é, até 2022, triplicar as vagas oferecidas para 180 mil. Iniciativa será realizada pela Secretaria de Desenvolvimento e Centro Paula Souza**

O Governador João Doria lançou o Novotec, programa que dará oportunidade aos alunos do ensino médio de cursarem ao mesmo tempo ensino técnico profissionalizante de alta qualidade e saírem com dois diplomas. Até 2022 o objetivo é triplicar as vagas oferecidas atualmente chegando a 180 mil. A iniciativa será realizado pela Secretaria de

Desenvolvimento Econômico, em parceria com o Centro Paula Souza — instituição referência em excelência educacional no Brasil.

“O objetivo é levar esta educação de excelência do Centro Paula Souza para a rede estadual de ensino em larga escala, através da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio da rede regular”, disse Doria.

No Novotec, os cursos são oferecidos de acordo com a alta demanda dos jovens por profissionalização mais rápida e do mercado de trabalho por mão de obra qualificada para as necessidades atuais. A grade de 6 aulas por dia possibilitará aos alunos um período disponível para trabalhar ou estagiar.

Fome e sapato furado: a vida da professora de Etec que fez Harvard  
O programa prevê ainda o compartilhamento da infraestrutura e talentos já existentes, utilizando escolas e professores da rede estadual e do Centro Paula Souza para trabalharem conteúdos de forma integrada.

Neste ano já estão sendo oferecidas 5,4 mil vagas do ensino médio integrado com o técnico em 6 aulas diárias — 400 delas em 10 escolas da rede estadual de educação e o restante em ETECs. Ao todo, 36 municípios estão recebendo turmas do Novotec na modalidade integrada. Entre os oito cursos oferecidos estão desenvolvimento de sistemas, comunicação visual e cozinha.

Professora usa sucata e tecnologia para mudar a vida de alunos em SP  
Além da modalidade integrada, o programa prevê outras três de curta-duração: Novotec Expresso, Novotec Móvel e o Novotec Virtual. Ao todo serão mais de 30 mil vagas em 2019 nas quatro modalidades.

#### Novotec Expresso

Cursos de curta duração (200 horas) para qualificação profissional em escolas estaduais e laboratórios das ETECs. Em 2019 serão oferecidas 23.000 vagas, em cerca de 600 turmas, espalhadas por 44 municípios. Início previsto para agosto. Exemplos de cursos: Técnicas em vendas, Gestão de pequenos negócios, Programação, Marketing Digital, Manutenção de computadores e outros.

#### Novotec Móvel

Cursos de curta duração (200 horas) para qualificação profissional realizados em unidade móvel (carreta). Em 2019 serão disponibilizadas cerca de 1.500 vagas. Início previsto para agosto. Exemplos de cursos: Automação industrial, Metrologia, Petróleo e Gás e outros.

#### Novotec Virtual

Cursos técnicos de curta duração (200 horas e 400 horas) utilizando a estrutura de ensino à distância da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), com conteúdo do Centro Paula Souza. Em 2019 serão disponibilizadas 3.000 vagas. Início previsto para agosto. Exemplos de cursos: Administração, Guia de Turismo, Desenvolvimento de Sistemas e outros.

### **CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA**

#### **A cobiça que move a Esplanada**

**Embora tenha prometido só preencher os postos do governo com perfis técnicos, Bolsonaro se vê diante da realidade de ter que atender a indicações de parlamentares para fazer avançar a agenda no Congresso. Políticos não economizam nos pedidos**

Um líder partidário acostumado às benesses do poder foi ao Planalto dia desses para saber como seria a nova relação do presidente Jair Bolsonaro com o Parlamento. Lá, foi informado por um ministro de que todos os ocupantes de cargos de segundo e terceiro escalões indicados por políticos seriam substituídos, de forma a acabar com os feudos dos parlamentares nas repartições. O tal líder atravessou a rua e espalhou a notícia entre os comandantes dos partidos na Câmara. Foi um alvoroço e a senha para que o governo experimentasse o gosto amargo de uma derrota logo no primeiro mês, com a rejeição do decreto que ampliava o número de pessoas capazes de determinar o sigilo de documentos oficiais.

À exceção do PSL, que é novo no “pedaço”, os partidos que formavam a base do governo Michel Temer são os que agora vão ajudar os atuais ocupantes do Poder Executivo a aprovar as propostas de melhoria do ambiente econômico, leia-se a nova Previdência. E todos têm cargos nos escalões inferiores da máquina pública. A derrota do decreto mostrou a Bolsonaro que não será possível passar pela prova de fogo da reforma da Previdência sem fazer política com esses partidos. Embora tenha anunciado durante a campanha que só ocuparia a Esplanada dos Ministérios com perfis técnicos, o presidente teve que dar o braço a torcer na tentativa de acelerar a votação da proposta que definirá a força do Executivo no Congresso e a capacidade de diálogo para governar.

Bolsonaro tentará fazer um “balanceamento” entre o atendimento aos políticos e o discurso de campanha. Isso passa por uma leva de exonerações, que começou na semana passada com a demissão de 21 dos 27 diretores regionais do Ibama. Outras virão, e em áreas de muito apelo junto às bases eleitorais de deputados e senadores. Na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), por exemplo, padrinhos como o líder do PP na Câmara, deputado Arthur Lyra, já foram avisados das exonerações. Porém, depois da derrota, há quem aposte que a leva não será mais tão extensa quanto o governo planejava. No momento, o Planalto faz o mapeamento de cargos para avaliar quais oferecerá aos políticos em futuras indicações. Os parlamentares vão forçar a mão a fim de ver se o presidente desiste de exonerar todos os ocupantes de cargos de segundo e terceiro escalões.

O Correio fez um levantamento de quais são as cadeiras mais cobiçadas, seja porque movimentam muitos recursos, seja por permitirem uma ação mais direta junto às prefeituras. Os ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação, por exemplo, estão entre os que recebem mais dinheiro da Lei Orçamentária Anual. São considerados as joias da coroa, ao lado da Agricultura. Cargos de menor visibilidade, mas com poder de execução de políticas públicas e contratação de pessoal e serviço, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e a própria Codevasf, além de superintendências, também são benquistos (veja quadro nesta página).

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) já foi feudo do MDB no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nos tempos de Lula, os cargos foram cedidos ao PR, de Valdemar Costa Neto, comandante oculto da agremiação que

controlou a pasta. Quem está lá não quer sair de jeito nenhum. O mesmo vale para as regionais da Saúde, onde o PP domina.

Os líderes têm evitado falar abertamente sobre esse tema. Mas o representante do Democratas na Câmara dos Deputados, o eleito pela Bahia Elmar Nascimento, vem de peito aberto comentar esse tema. Ele trabalha para desmistificar o discurso de “nova política”, e defende a eficiência de parlamentares em escalões do Executivo federal. “Não existe nova e velha política. Existe boa e má política. Se o presidente disser que tem um cargo e pergunta se tem alguém com perfil, temos alguém para indicar”, abre o jogo.

Porém, o parlamentar coloca a negociação de cargos sob a responsabilidade do presidente. “Sou, talvez, a pessoa menos apropriada para falar disso. O DEM ficou 14 anos na oposição. Se fosse por cargos, não teríamos sido oposição. Os cargos são do governo federal, que os entrega a quem quiser. O Bolsonaro se elegeu sem precisar de partidos”, afirma.

#### Relacionamento

Elmar ressalta que o governo tem cargos a negociar também em outros estados. E pondera que a conjuntura em que o presidente da República se elegeu o colocou em uma situação delicada no que diz respeito a fazer nomeações. “O político não quer problema, vai pensar duas vezes nas nomeações. Mas, quem é técnico, às vezes, coloca o namorado da filha. O importante é saber com quem se relacionar”, pondera o parlamentar.

“Estamos comprometidos com a agenda e queremos tirar o Brasil da crise. Isso não significa que estejamos comprometidos com o governo. Estamos acostumados a ser bem tratados, ter acesso até ao presidente, quanto mais aos ministros. Sem cumplicidade, as coisas não andam. Cargos que nos deem condições de exercer políticas públicas nos interessam. Essas vagas são do presidente, mas ele não pode fechar os olhos para os partidos. O parlamentar dá o recado no voto”, conclui Elmar.

#### Fiscalização deficitária

Cientista político da Fundação Getúlio Vargas, Sérgio Praça faz uma avaliação crítica e lembra que, embora não se possa colocar todos os casos no mesmo patamar, o modelo de indicações políticas pode favorecer a corrupção. “Quanto mais oportunidade para a corrupção, mais interesse para o cargo. Disso, não há dúvida”, afirma. Segundo o pesquisador, a fiscalização sobre alguns postos de grande visibilidade é falha. Isso porque a estrutura sob a gestão é muito grande e intrincada. “No caso da saúde, por exemplo, é muito dinheiro e uma política muito complexa, com organizações estaduais e municipais. As oportunidades de fraude são muitas”, reflete.

Por outro lado, cargos com menos visibilidade também podem atrair, a depender do grau de poder de contratar pessoal, obras e outros serviços. “Claro que, para quem é corrupto, é melhor não ter atenção e uma boa verba. O político não precisa ser ministro para redirecionar a verba para o seu reduto eleitoral, por exemplo. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Dnit são do segundo escalão, mas controlam muitos recursos. Também tem os cargos das superintendências de órgãos federais. Dependendo da entidade, esses superintendentes têm liberdade para realizar contratos, e isso é poder”, explica Sérgio Praça. (DR e LC)

“Não existe nova e velha política. Existe boa e má política. Se o presidente disser que tem um cargo e pergunta se tem alguém com perfil, temos alguém para indicar”

Elmar Nascimento, Líder do DEM na Câmara

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF**

### **Sinais de tensão**

A nova defesa que o presidente Jair Bolsonaro fez esta semana da Lava-Jato da Educação soou estranha para um pedaço do DEM, partido que dominou a área no governo de Michel Temer, sem mexer em todas as estruturas de poder montadas nos tempos petistas. É que a declaração de Bolsonaro no Twitter veio logo depois de o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ter se colocado como um comandante da Casa e não um defensor incondicional do governo. Para completar a desconfiança de alguns demistas, o próprio Bolsonaro já havia dito que colocaria uma lupa nos gastos em educação há cerca de 10 dias. Em política, reza a lenda, não existem coincidências.

A turma de Bolsonaro, entretanto, garante que uma coisa não tem nada a ver com a outra. O presidente quer, sim, averiguar o que ocorreu com os recursos da Educação, doa a quem doer. Quem tiver o que responder, que se prepare. E, nesse ponto, Jair Bolsonaro terá todo o apoio da população.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Brasil é finalista do "Nobel da educação"**

#### **PRÊMIO**

A professora paulista Débora Garofalo ganhou destaque internacional ao entrar para a lista dos 10 finalistas de um prêmio que é considerado o “Nobel da educação”: o Global Teacher Prize, que existe desde 2013. Formada em letras e em pedagogia, com pós-graduação em língua portuguesa pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ela atua na rede pública de São Paulo há 14 anos e é a primeira sul-americana a chegar à final do concurso.

O feito chama ainda mais a atenção pelo fato de a carreira docente ser desvalorizada no Brasil — tanto que somente 2,4 % dos jovens de 15 anos desejam trabalhar como educadores, segundo o relatório Políticas Eficientes para Professores, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Há 10 anos, 7,5% dos adolescentes se interessavam pela profissão.

O resultado do prêmio será divulgado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em 24 de março. O escolhido receberá US\$ 1 milhão, concedido pela Varkey Foundation, fundação de caridade global focada em melhorar os padrões de educação para crianças carentes.

Débora é orientadora de informática educativa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Almirante Ary Parreiras, na Cidade Leonor, na capital paulista. A professora inovou em sala de aula ao criar o Projeto de Robótica com Sucata, em que estudantes de seis a 14 anos usam lixo para produzir robôs. Ela atribui o fato de chegar à final do “Nobel da educação”, desbancando mais de 10 mil candidatos de 179 países, a iniciativas como essa.

“Acho que é o conjunto da obra. São os resultados apresentados, a questão da integração social entre comunidade e alunos e o fato de ser um trabalho pautado pelos objetivos sustentáveis da OMS (Organização Mundial da Saúde) e da ONU (Organização das Nações Unidas)”, diz. “Uso a tecnologia como propulsora de aprendizagem e proponho que a robótica integre todas as áreas do conhecimento em cima da resolução de um problema que é a questão do lixo”, explica.

O projeto de Débora, que neste ano venceu o prêmio de Aprendizagem Criativa Brasil do MIT (Massachusetts Institute of Technology), dos Estados Unidos, vai além dos limites da escola. Muitas aulas do projeto ocorreram na comunidade, retirando lixo. E, com uma iniciativa que envolveu os estudantes, suas famílias e os moradores da área, os alunos passaram a ver sentido no que estavam fazendo. Tudo isso gerou um sentimento de pertencimento e de que eles podem fazer a diferença. E os efeitos se mostraram também no colégio: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) saltou de 3,5 para 5,2. Outra melhoria foi a redução da evasão escolar.

Débora diz que só chegar à final já é um feito e tanto. “É uma responsabilidade muito grande porque você se torna um exemplo. É um momento para a gente repensar e incluir a aprendizagem criativa e o ensino de robótica no currículo das escolas, criando novos caminhos”, afirma. Ela destaca o valor de uma professora brasileira estar na lista dos 10 melhores globalmente. “Isso rompe alguns tabus. A mulher é vista no Brasil com muito preconceito por trabalhar com tecnologia. Um professor dessa área é pouco valorizado.” A docente reconhece que o momento é propício para desenhar políticas públicas mais efetivas no campo e também valorizar a categoria.

Outro brasileiro que se destacou no Global Teacher Prize este ano é Jayse Antonio da Ferreira, professor de arte na Escola Erem Frei Orlando, em Itambé (PE). Com Débora e outros 48 docentes de diversos países, ele chegou à semifinal. Nos últimos dois anos, os brasileiros Diego Mahfouz Faria Lima, de São José do Rio Preto (SP), Rubens Ferronato, de São Paulo (SP), Wemerson Nogueira, de Boa Esperança (ES) e Valter Menezes, de Santo Antônio do Rio Tracajá (AM) também tiveram lugar entre os finalistas.

\* Estagiária sob supervisão de Ana Paula Lisboa

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES APROVADOS NO SISU**

### **MATRÍCULA NA UNB amanhã**

Candidatos aprovados na 3ª chamada do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para estudar na Universidade de Brasília (UnB) precisam fazer o registro acadêmico on-line até as 20h de amanhã no site [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br). Amanhã também é o dia em que os selecionados precisam comparecer a uma unidade da Secretaria de Administração Acadêmica (SAA/UnB) para a matrícula presencial, obrigatória. A partir das 18h da próxima segunda-feira o aluno terá acesso ao número de matrícula e, na terça-feira, poderá consultar a grade horária. As aulas começam em 13 de março.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL**

### **Cortina de fumaça**

Embora pregue cautela em relação ao anúncio “Lava Jato da Educação”, a comunidade acadêmica já admite que há apreensão entre educadores. O principal temor é de que o

governo use as apurações sobre eventuais irregularidades para dar início a uma caça às bruxas nas universidades federais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/03/06/pt-quer-usar-proposta-de-haddad-para-previdencia-para-se-contrapor-a-bolsonaro/>

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - ECONOMIA EXPANSÃO ACELERADA**

### **Educação superior troca aquisições por parcerias no ensino a distância** [glauce@oglobo.com.br](mailto:glauce@oglobo.com.br)

O ensino superior privado experimenta uma nova onda de expansão, impulsionado pelo ensino a distância (EAD). Em 2017, dado mais recente disponível, os ingressos em cursos de graduação nessa modalidade aumentaram 27,3% na comparação com o ano anterior. Nos cursos presenciais a alta foi de apenas 0,5%. Nesse ritmo, os alunos matriculados no EAD já serão a maioria dos universitários no país em 2023, projeta Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (Abmes). Em 2017, eles eram um terço do total.

Esse movimento está mudando os planos de expansão das principais empresas do setor, que viveu forte consolidação nos últimos anos com fusões e aquisições. Agora, predomina a formação de parcerias na expansão do EAD. Como custa menos — para o mantenedor e para o aluno —, o ensino a distância facilita o alcance de cidades menores pelas instituições com a formação de e desde pequenas faculdades, que têm estruturas financeira e administrativa mais frágeis. Dois terços das faculdades no país têm até mil alunos, segundo a consultoria Hoper Educação.

—No EAD, 90% dos alunos estão concentrados nas 20 maiores instituições do setor, que seguem muito ativas. Agora, vão começara surgir iniciativas do outro lado, o das menores— diz Paulo Pres se, especialista da Hoper. — O mercado é de grande competitividade. Quem não se adaptar e trabalhar bem nessa evolução digital, não vai sobreviver.

O Centro Universitário Celso Lisboa — que soma 11 mil alunos — iniciou 2019 com o lançamento de sua plataforma de EAD e uma meta ambiciosa: criara maior rede de ensino superior do país reunindo pequenas universidades. Para chegar lá, a estratégia não passa por aquisições. Ao contrário. A instituição criou um braço de serviços educacionais que podem ser contratados por outras instituições.

### **PARCERIA PARA CRESCER**

A Celso oferece à parceira sua solução educacional — a Liga — que inclui consultoria e sistema de governança, sendo remunerada por isso. Ao mesmo tempo, as parceiras viram a base da expansão da rede de polos EAD da Celso, cuja meta é alcançar 220 até o fim de 2020, sendo 60 este ano.

— Não temos interesse em aquisição. Queremos prestar serviço para outras instituições, numa rede de cooperação, e disputar mercado com os grandes grupos — explica Rodolfo Bertolini, diretor da Celso Lisboa. — Se eu comprasse uma faculdade hoje, o

retorno viria em dois anos. No modelo que estamos adotando, a receita é partilhada. O contrato é semestral e cresce com a expansão do negócio.

A primeira a contratar o serviço da Celso foi a Facha, também do Rio. A faculdade não conta com cursos de graduação 100% a distância, mas oferece conteúdo em EAD dentro da grade presencial.

— Como temos uma grade de cursos diferentes, atuamos de forma complementar. Compartilhamos experiência se mesmo pessoal no dia adia da parceria. Mais à frente, vamos nos tornar um polo de EAD da Celso — conta Karla Reidg, diretora de Controle e Planejamento da Facha.

A paranaense UniAmérica, que tem 1.500 alunos e mais de 30 cursos de graduação, direciona sua expansão no EAD em parceria com o setor produtivo. Criou polos no interior do Paraná para oferecer cursos como Engenharia de Energias Renováveis, Farmácia, Administração, Nutrição e Engenharia de Alimentos com empresas como Itaipu Binacional, a farmacêutica Prati-Donaduzzi e a indústria alimentícia Nutrimental.

— Nosso modelo de EAD é híbrido, aproveitando o melhor do presencial e o melhor do EAD. No próximo semestre, a expansão continuará em outras cidades do país — diz Blasius Debal, pró-reitor acadêmico da UniAmérica.

## 1,6 MILHÃO DE MATRÍCULAS

O Brasil tem 2.448 instituições de ensino superior, sendo 88% delas privadas. Em 2017, havia 1,6 milhão de matrículas dos em cursos de graduação a distância em instituições privadas em todo o país. Perto de 80% deste total estava concentrado nas dez maiores instituições. A líder é a Unopar — que pertence à gigante Kroton — com uma fatia de 22,5% desse total de alunos.

Entre as grandes, a carioca Estácio, sexta maior universidade em número de matrículas nessa modalidade no país, já mapeou mais de 1.500 municípios que podem receber polos de EAD. No terceiro trimestre de 2018, a instituição de ensino contava 531 mil alunos, sendo 212 mil no ensino a distância. Esse segmento cresceu 40% em apenas um ano na Estácio, que abriu perto de 300 polos em 2018, somando 600 no total. Desses, 515 são operados com parceiros.

— As parcerias aceleram o avanço. Está claro que a estratégia de expansão se voltou para o ensino a distância. É a maior onda pós-consolidação, e os grandes grupos estão focados nisso — diz Adriano Pistore, vice-presidente de Ensino a Distância da Estácio.

O tíquete médio do EAD na Estácio, de R\$ 251 no terceiro trimestre de 2018, é 70% mais baixo que o dos cursos presenciais. Para Christian Gamboa, da consultoria PwC, a crise econômica e as mudanças no financiamento estudantil favoreceram o crescimento acelerado do EAD nos últimos anos, apesar de a modalidade ainda sofrer resistências:

— Não houve apenas mais ingressos. Alunos que estudavam no presencial migraram para o EAD para conseguirem pagar a mensalidade e seguir os estudos. Ou seja, ajuda a ampliar a captação de novos estudantes e também contém a evasão, alavancando a operação com um custo menor.



Para o especialista, a consolidação nos e torvai continuar porque esse mercado ainda é muito pulverizado. O que muda, diz, é a avaliação dos negócios, antes focada no número de alunos, no conceito junto ao ME Cena localização:

—O segmento de educação vai olhar cada vez mais para novas tecnologias.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **Projeto propõe expulsão de estudante que depredar patrimônio público BRASÍLIA**

O deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, apresentou um projeto para que um estudante condenado por depredação de patrimônio público, ainda que apenas em âmbito administrativo, seja expulso. O projeto do parlamentar prevê, além da expulsão, a recusa de matrículas em outros estabelecimento oficiais de ensino.

“Serão desvinculados compulsoriamente e terão recusadas as matrículas nos estabelecimentos oficiais de ensino os discentes que forem condenados administrativamente ou judicialmente em casos de depredação do patrimônio público”, prevê o projeto.

O texto sugerido pelo parlamentar prevê que o aluno terá direito de apresentar “alegações” e “documentos” antes da decisão, para que seja respeitado o “contraditório” e a “ampla defesa”. Na justificativa, Eduardo Bolsonaro sugere enquadrar pichações como exemplo de depredações.

“A depredação do patrimônio é um fenômeno observado e tratado com naturalidade e muita tolerância em quase todas as instituições públicas de ensino. Ela se manifesta por meio das constantes pichações nas paredes e carteiras, no quebra-quebra de cadeiras, mesas e maçanetas de portas, bem como através de tantos outros tipos de violência contra um espaço físico. Vale ressaltar que essa depredação aqui mencionada é praticada de forma intencional e voluntária e na grande maioria das vezes pelos próprios alunos”, escreveu o deputado.

Eduardo Bolsonaro sugere que a proposta tem um caráter educativo por ressaltar as despesas geradas pela depredação.

“É necessário conscientizar o cidadão de que o dinheiro gasto para a compra e conserto dos bens recebidos provém dos impostos arrecadados e os recursos gastos com reformas, reposições, consertos e outras ações poderiam ser aplicados em benefícios para a própria comunidade escolar”, afirma.

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA**

### **Lava-Jato da Educação é embrionária e deve demorar a mostrar resultados**

Apesar das últimas manifestações do presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais, a chamada "Lava-Jato da Educação" ainda está numa fase preliminar e as investigações sobre supostas irregularidades em gestões passadas do Ministério da Educação (MEC) devem demorar para trazer resultados concretos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6146691/lava-jato-da-educacao-e-embrionaria-e-deve-demorar-mostrar-resultados>

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO**

### **Governo não parece ansioso em obter apoio no Congresso**

O governo de Jair Bolsonaro age como se tivesse ampla maioria no Congresso e busca uma agenda divisiva que pode levá-lo à ruína. A menor das preocupações de um ministro da Educação, em uma área devastada como essa, deveria ser a do dever cívico de entoar o Hino Nacional, muito menos a de abastecer Brasília com vídeos a respeito e, pior ainda, incluindo slogans da campanha de Bolsonaro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniao/6146753/governo-nao-parece-ansioso-em-obter-apoio-no-congresso>

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

### **País precisa deixar de lado viés anti-exportador, diz economista**

Essa é uma das conclusões de levantamento do economista e pesquisador Paulo César Morceiro, do Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (Nereus/USP). O estudo integrou tese de doutorado defendida por Morceiro no programa de pós-graduação da Faculdade de Economia e Administração (FEA/USP). Nos últimos anos, destaca, o Brasil tem discutido cada vez mais o grau de abertura do país às importações. Um argumento a favor da abertura, diz, é de que uma importação maior de insumos e componentes num mercado mais competitivo traria redução de custos e acesso a tecnologias de última geração. Isso contribuiria para maior competitividade exportadora.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6146713/pais-precisa-deixar-de-lado-vies-anti-exportador-diz-economista>

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS**

### **Nas redes sociais, Bolsonaro é alvo de críticas e elogios**

"Há algo de muito errado acontecendo: as prioridades a serem ensinadas e os recursos aplicados", escreveu o presidente. A mensagem foi uma espécie de continuação de postagem feita por seu filho, Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), no sábado, que dizia que a "Lava-Jato do MEC está vindo por aí". O assunto já havia sido abordado no perfil do presidente no fim de janeiro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6146765/nas-redes-sociais-bolsonaro-e-alvo-de-criticas-e-elogios>

topo ↕

## **O DIA - RJ - OPINIÃO**

### **Industrialização e acesso à escola**

Até a década de 60 o sistema público de ensino gozava de grande prestígio social. Era uma época em que a sociedade se encontrava na escola pública, onde filhos de empresários, fazendeiros, motoristas, enfermeiros, dentre outros, dividiam a mesma sala de aula. Porém, o sistema de ensino não era universal, ou seja, o acesso à escola pública era, de certa forma, restrito, beneficiando apenas uma pequena parte da população em

idade escolar. Curiosamente, naquele momento, a escola particular “carregava” a pecha de não oferecer um ensino com a qualidade verificada na rede pública.

A chegada da industrialização (e conseqüente urbanização) nas grandes cidades, notadamente a partir dos anos 50, alçou as classes médias urbanas à condição de protagonistas das reivindicações mais radicais, influenciadas por aspirações liberais-democráticas. Uma particularidade do processo de urbanização e conseqüente massificação das classes populares, reside no fato de que essas, buscando melhor padrão de vida, migraram em grande número do campo para as cidades. Paralelamente, a contínua mecanização da agricultura (circunstância que muitos autores batizaram de “modernização conservadora”), a partir de meados dos anos 60, contribuiu decisivamente para um intenso êxodo rural. Por conseguinte, a pressão que as massas de migrantes exerceram para ter acesso aos empregos urbanos, acesso ao consumo e a pressão direcionada à maior participação na vida política alteraram, progressivamente, as demandas educacionais impostas à gestão pública. Esse processo de migração do campo para as cidades, em grandes proporções, sobrecarregou um sistema público de ensino que não estava preparado para isso. Não obstante, apesar do crescimento industrial vigoroso até o início dos anos 80, o Brasil se deparava com grandes contingentes populacionais (principalmente a faixa etária entre 6 e 14 anos – ensino fundamental) sem acesso à escola.

Nessa mesma época, iniciou-se um vigoroso processo de universalização do ensino fundamental. De certa maneira, as ações perpetradas lograram êxito, tanto que no final da década de 90 o ensino fundamental apresentou um índice de universalização bastante favorável, beirando os 97% dos jovens em idade escolar. Porém, o outro lado da moeda, um tanto obscura em um primeiro momento, logo revelaria com nitidez uma conseqüência indelével desse fenômeno social: a velocidade com que a universalização do ensino fundamental aconteceu (entre as décadas de 70 e 90) impactou não só a infraestrutura das escolas, como também a qualidade da formação dos professores.

Adicionalmente, o aumento repentino do número de escolas (muitas vezes não atendendo as condições apropriadas de arquitetura e construção), sem o devido planejamento pedagógico-administrativo por parte do Ministério da Educação (MEC), comprometeu sobremaneira a qualidade do ensino ofertada pelas escolas públicas. As avaliações diagnósticas em larga escala aplicadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), autarquia vinculada ao MEC, evidenciam um quadro no mínimo desafiador. Desde 1997, por meio do SAEB (Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Básica), as proficiências em Língua Portuguesa e Matemática têm caído continuamente, principalmente as relativas aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

No processo de universalização, dentre as conseqüências identificáveis, o aumento da quantidade de matrículas ofertadas não foi acompanhado pela manutenção da qualidade do ensino (presente até a década de 60). Trocou-se qualidade por quantidade. Hoje, apesar dos esforços empreendidos nos últimos vinte e dois anos, a escola pública, com raras exceções, transformou-se no gueto do economicamente fraco.

A reversão desse cenário será difícil e exigirá da administração pública visão de longo prazo, retomada da formação docente com foco nas práticas em sala de aula, além da reconstrução e reaparelhamento das redes públicas de ensino. Nesse sentido, as recentes

ações do MEC, embora tímidas, parecem convergir para uma possível retomada de um novo ciclo.

A recente homologação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), contemplando as três etapas do ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), o lançamento do “Programa de Residência Pedagógica”, além da normatização de uma política pública de escolas em tempo integral (consubstanciada na Lei 13415/2017), podem se constituir nos marcos iniciais deste novo ciclo. Destarte, a união coordenada de esforços entre estados e municípios, aliada à uma vontade política genuína e permanente, surgem como fatores decisivos para o êxito dessas iniciativas.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - CLAUDIO HUMBERTO**

### **ProUni e Pronatec**

A operação Lava Jato da Educação devassa esquema de corrupção no MEC envolvendo programas como Universidade para Todos (ProUni) e de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de orçamento bilionário. Criado em 2005, a pretexto de dar bolsas a alunos pobres, o ProUni foi uma boa ideia que se transformou em um novo cartório de transferência de dinheiro público para donos de universidades privadas.

topo ↕

## **MEIO NORTE - PI - ÚLTIMAS**

### **Encontrado entre abelhas do NE vírus que mata enxames nos EUA**

O site da Universidade Federal Rural da Bahia (UFRB) veiculou reportagem informando que o Vírus das Asas Deformadas, responsável pelo massivo declínio de colônias de abelhas nos Estados Unidos e países europeus nas últimas décadas, foi detectado pela primeira vez em abelhas sem ferrão no Brasil, segundo um novo estudo publicado em janeiro deste ano na revista científica “Journal of General Virology” e premiado no Reino Unido. A descoberta é de autoria da doutoranda em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Flaviane Souza, em parceria com a Universidade de Salford.

A pesquisa envolveu a espécie de abelha nativa sem ferrão *Melipona subnitida*, popularmente conhecida como Jandaíra, que é a mais encontrada no Piauí, e os resultados revelaram que 100% das colônias avaliadas possuíam o vírus deformador das asas das abelhas (DWV, devido à sigla em inglês). O estudo foi conduzido durante o período de maio de 2017 a dezembro de 2018 nos estados do Nordeste, a área de ocorrência natural da *M. subnitida*, e na ilha de Fernando de Noronha, onde estas abelhas foram introduzidas há 30 anos pela ação do homem e sobrevivem isoladas desde então.

“Este estudo fornece o primeiro relato para ocorrência do DWV em abelhas nativas brasileiras. Outros estudos já foram conduzidos aqui no Brasil e na Argentina com abelhas sem ferrão, sem, contudo, detectarem a presença viral. Agora podemos dizer que esse vírus é mundial”, diz Flaviane, que também atua na UFRB como Técnica de Laboratório na área de Biologia e é a principal autora do estudo.

A pesquisa detectou os tipos virais A e C, este último ainda raro e considerado mortal para a espécie.

O vírus DWV teve seus primeiros registros na Ásia em meados dos anos de 1970 e de lá se espalhou pela Europa e América do Norte no inverno de 2006-2007, num fenômeno

que ficou conhecido como CCD (Colony Collapse Disorder) ou Síndrome do Colapso de Desordem da Colônia. O declínio das abelhas iniciou-se com a associação do DWV com o ácaro *Varroa destructor*, um gênero que se alimenta das larvas de abelhas, e, de acordo com os especialistas, transformou-se numa pandemia mundial por meio do comércio e transporte de abelhas para a polinização de culturas.

“Apesar dos números alarmantes, não tínhamos registros desse vírus ou suas formas de danos no Brasil. Em geral, as colônias brasileiras sofrem perdas devido à falta de manejo, desmatamento, avanço da agricultura, uso de pesticida, dentre outros”, explica Flaviane. O objetivo de sua pesquisa foi, então, descobrir se havia a ocorrência do DWV nas abelhas nativas no país, quais as variantes (tipos A, B e C) e sua carga viral. Segundo a bióloga, foram escolhidas abelhas típicas do Nordeste, a fim de contribuir com o fortalecimento das espécies regionais.

Ela usou a técnica da transcriptase reversa com PCR em tempo real, que acessa o material genético do vírus que está dentro da abelha e amplia sua quantidade para a realização dos testes. Como resultados foram encontrados os tipos virais A e C, estando a variante B ausente. Para a área amostral do continente, a variante tipo A foi a dominante, sendo ultrapassada pelo tipo C apenas em alguns lugares. Para a ilha, o tipo A foi sempre dominante, prevalecendo superior a 90%. “A dominância do tipo A reflete a mesma situação encontrada nos EUA, embora lá o tipo B pareça estar substituindo lentamente as demais”, afirma Flaviane. “Já o tipo C foi recentemente descoberto, então pouco se conhece ainda sobre esta variante”, explica.

O professor Stephen J. Martin, da Universidade de Salford, um dos colaboradores da pesquisa e uma das referências mundiais em insetos sociais, como abelhas, cupins e formigas, relata que, até o momento, mais de 60 espécies de insetos e cinco espécies de aranhas e ácaros foram infectadas com o vírus DWV associado à abelha. “A pesquisa de Flaviane detectou que existem abelhas no Brasil infectadas com a rara cepa C do vírus, que acredita-se ser mortal para esta espécie. Então, agora, é importante determinar se o DWV está causando impacto na flora e fauna local, reduzindo o número de polinizadores”, diz.

Os primeiros resultados do estudo foram descritos no artigo *Occurrence of deformed wing virus variants in the stingless bee Melipona subnitida and honey bee Apis mellifera populations in Brazil*, publicado na edição de janeiro do *Journal of General Virology*, da Microbiology Society. A pesquisa com o título *Detection of Deformed Wing Virus (DWV) in Brazilian stingless bees* também foi premiada em primeiro lugar na categoria 3 Minutes Thesis Competition durante a X Conferência da Associação Brasileira de Estudantes de Pós-Graduação e Pesquisadores no Reino Unido (Abep-UK), evento realizado na Embaixada do Brasil em Londres.

O pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação da UFRB e orientador do estudo, professor Carlos Alfredo Lopes de Carvalho, comemora estes resultados que contribuem no diagnóstico do atual estado da saúde das abelhas sociais no Brasil, notadamente as patologias associadas aos meliponíneos. Além disso, Carvalho acredita que o estudo coloca a Universidade em posição de destaque na linha de pesquisa em saúde das abelhas, na qual outros trabalhos estão sendo realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa Insecta do Centro de Ciências Agrárias, Biológicas e Ambientais (CCAAB) da UFRB, tanto no Programa de Ciências Agrárias quanto no Programa de Ciência

Animal.

“A parceria com o professor Stephen J. Martin, viabilizada por meio do programa de Professor Visitante Especial (PVE) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), possibilitou a criação desta linha de pesquisa que já beneficiou a formação de diversos estudantes de graduação e pós-graduação, além de estágios pós-doutorais para pesquisadores e de estágio sanduíche para doutorandos da UFRB na Universidade de Salford. Trata-se de um projeto exitoso que possibilitou a internacionalização dos docentes e discentes da UFRB envolvidos, como é o caso da Flaviane”, afirma.

De acordo com a reportagem do site da Universidade Federal Rural da Bahia, o trabalho com o vírus DWV também contou com a orientação da professora da UFRB, Maria Angélica Costa, especialista em melhoramento genético e biotecnologia, e teve ainda o apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do CNPq, pelos respectivos programas de bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior. A defesa da tese de Flaviane está prevista para julho deste ano no Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFRB.

topo ↕

## AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

### **Enceja será aplicado no dia 4 de agosto; inscrições abrem em maio**

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) deste ano será aplicado no dia 4 de agosto. As inscrições poderão ser feitas entre 20 e 31 de maio, conforme anunciou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A previsão para a publicação do edital é abril.

O Enceja é direcionado aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade apropriada para cada nível de ensino. A participação é voluntária e gratuita. Para obter a certificação do ensino fundamental, é preciso ter pelo menos 15 anos, e a certificação do ensino médio é para quem tem pelo menos 18 anos.

Para obter o certificado do ensino fundamental, os estudantes fazem provas de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, educação física e redação; matemática; história e geografia; e ciências naturais. No exame de nível médio, os candidatos respondem a questões de linguagens e redação; matemática; ciências humanas; e ciências da natureza.

São certificados os estudantes que obtiverem, no mínimo, 100 pontos em cada uma dessas áreas e pelo menos cinco pontos na redação. Aqueles que atingirem a nota mínima em uma ou mais provas, mas não em todas, receberão uma Declaração Parcial de Proficiência e poderão tentar obter a nota nas demais provas no próximo exame.

Até 2017, era possível receber a certificação do ensino médio também pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Agora, a certificação é feita somente por meio do Enceja. O exame é aplicado tanto no Brasil e no exterior, por meio de parceria com o Ministério das Relações Exteriores. A aplicação para pessoas privadas de liberdade ocorre tanto no Brasil, quanto em países como o Japão.

As datas divulgadas referem-se ao exame nacional regular. Segundo o Inep, o

cronograma das aplicações no exterior e para pessoas privadas de liberdade será divulgado posteriormente.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### Inscrições para Olimpíada de Língua Portuguesa estão abertas; AC teve 3 finalistas em 2016

**Escolas podem se inscrever até o final de abril. Na última edição, foram mais de 1,6 mil inscrições acreanas.**

“O lugar onde vivo” é o tema da 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa, lançada pelo Itaú Social na segunda quinzena de fevereiro. Professores e alunos das redes públicas estaduais e municipais podem se inscrever, até 30 de abril através do portal oficial da Olimpíada.

A última edição, em 2016, contou com a participação das 22 cidades do Acre. Um total de 806 professores estiveram no projeto, que teve 1.642 inscrições.

São cinco categorias, sendo que esse ano, o gênero documentário foi incluído nas opções. Na última edição, o Acre teve dois finalistas em artigo de opinião e mais um no gênero crônica.

Fruto de parceria entre o Itaú Social e o Ministério da Educação (MEC), sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), o objetivo da Olimpíada é apoiar os professores da rede pública no aprimoramento das práticas de ensino de leitura e escrita.

Os professores fazem oficinas de produção de texto com os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

“Trabalhar com a língua é falar de cidadania, profissionalismo e desenvolvimento. Quando a gente estuda, trabalha, quando a gente se comunica, ter a língua bem aprimorada e reconhecida faz com que a gente entenda melhor o mundo e faz com que a gente se expresse melhor. Isso tem sido uma necessidade constante quando a gente olha os números de aprendizagem no Brasil”, destacou Angela Dannemann, do Itaú social.

Ela disse ainda que o avanço no ensino da língua sana outros problemas em diversas áreas de ensino.

“Apenas metade dos jovens que saem do ensino médio tem os níveis adequados de língua portuguesa para não falar das demais áreas de conhecimento. A língua portuguesa viabiliza a compreensão das demais áreas de conhecimento. Não é à toa, que temos indicadores piores nas demais disciplinas”, pontuou.

#### Instrumento de cidadania

Anna Helena Altenfelder, do Cenpec, usou a palavra para falar sobre a importância de motivar e incentivar alunos a escreverem ainda na rede do ensino básico.

“Língua escrita que é instrumento de cidadania, que permite ao aluno expor os seus sonhos, ideias, opiniões e seus pontos de vistas e isso é fundamental para nós. ‘O lugar onde eu vivo’ é um tema que ajuda e facilita isso. Paulo Freire nos falava que a leitura do mundo precede a leitura da palavra e a Olimpíada da Língua Portuguesa está bastante

afinada com essa ideia ao possibilitar um olhar crítico e cuidadoso sobre o lugar onde vive e trazer esse debate para a sala de aula, reconhecendo que o espaço da sala de aula é sim lugar de debate, de embate e discussão, de diferentes ideias e pontos de vistas”, destaca.

## Homenagem

Esta edição vai homenagear a escritora Conceição Evaristo, que disse que esse é um projeto que incentiva e dá voz a estudantes de escolas públicas e que acabam ficando invisíveis.

“Escrever tem sido um desafio. Parece que escrever é algo que é dado, é uma incumbência e oportunidade dada para determinadas categorias sociais ou que é dado para os homens. Há pesquisas que mostram que há mais, em termos de reconhecimento, homens ganhando prêmios literários do que mulheres e em se tratando de escrita e pessoas de classes populares, é mais difícil ainda essas pessoas receberem um certo reconhecimento”, disse.

Ela também defendeu que a sala de aula seja uma área para debater ideias e incentivar os alunos a buscarem e dividirem conhecimento.

“A escola tem que ser o lugar que propicia essa atividade [de escrever] e não um lugar que iniba e quando se trata da língua portuguesa, quando se pensa na extensão do Brasil. A gente tem que ter mais ainda essa visão da amplitude dos falares brasileiros e respeitar esses falares regionais”, finalizou.

## Prêmios

Até o início do mês de março, nenhuma escola do Acre estava inscrita na Olimpíada. As secretarias estadual e municipal de Educação informaram que estão aguardando o começo do ano letivo para motivar professores e alunos a participarem do projeto.

O calendário da Olimpíada se estende por todo o ano de 2019. Após envio dos textos, a avaliação começa pela comissão escolar, entre 12 e 19 de agosto. Nas etapas municipal e estadual, serão selecionados os 569 estudantes e 443 professores semifinalistas.

Em seguida, ocorre a etapa regional, com cinco encontros, um para cada categoria, a fim de selecionar os 173 alunos e 135 professores finalistas. Ainda nessa fase, serão conhecidos os 20 professores-autores dos melhores Relatos de Prática. Em dezembro, serão anunciados os 32 estudantes vencedores nacionais.

Também há novidades entre as premiações, que passam a incluir imersão pedagógica internacional para os professores e viagem cultural em território brasileiro para os estudantes. As escolas dos alunos vencedores receberão acervo para fortalecimento da biblioteca.

## **DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ESPLANDA**

### **Ministro da educação pode ser alvo de processo**

Hino desafinado

A despeito de ter admitido que errou ao pedir que escolas filmassem professores, alunos e funcionários cantando o Hino Nacional, sem autorização prévia, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pode ser alvo de processo na Comissão de Ética



Pública da Presidência da República. Advogados da oposição finalizam a representação que será protocolada nos próximos dias no colegiado com pedido de abertura de processo disciplinar contra Vélz. A Coluna antecipou no Twitter, na última segunda, que não é novidade a obrigatoriedade do Hino – vem do Governo Dilma Rousseff, sob Fernando Haddad ministro do MEC. Mas filmar a garotada é invenção.

topo ↕

## **EXTRA - RJ - CIDADES**

### **EXTRA esclarece dúvidas comuns dos professores**

#### **Veja as respostas para 15 perguntas de servidores e docentes privados sobre as regras para aposentadoria**

De acordo com o Censo Escolar de 2018, divulgado em janeiro deste ano pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil terminou o último ano letivo com 2,2 milhões de professores em atividade vinculados à educação básica — do pré-escolar até o ensino médio — pública e privada. Diante da importância da categoria, o EXTRA reuniu 15 perguntas feitas por profissionais desde a apresentação da reforma da Previdência, há duas semanas, com o intuito de esclarecer dúvidas sobre o cenário atual e quanto ao que poderá ocorrer.

Com a ajuda do advogado Fábio Zambitte, especialista em Direito Previdenciário, o EXTRA cruzou as perguntas feitas com as indicações apresentadas na proposta do presidente Jair Bolsonaro para a Previdência. Vale lembrar que a reforma pode alterar as regras de boa parte dos que já estão em atividade (exceto os que já alcançaram o tempo para a aposentadoria ou atuam pelo abono de permanência) e, também, dos que pensam em seguir carreira no magistério nos próximos anos.

— A reforma preserva a regra especial da aposentadoria dos professores de ensinos fundamental e médio, mas é particularmente dura na transição, estabelecendo o somatório de pontos que, para a maioria dos ativos, implicará permanecer em atividade até os 60 anos de idade — analisou Zambitte, que lamentou a imposição de mais tempo de trabalho sem a melhoria das condições para ensino: — Mais do que regras especiais, a reforma deveria focar na melhoria das condições de trabalho dos professores. Se fossem adequadas, poderíamos até seguir as mesmas regras de aposentadoria dos demais trabalhadores — justificou.

## **DEBATE NO CONGRESSO**

Para as advogadas Bruna Maia e Luciane Sousa, especialistas em Direito Público, é preciso que, além dos professores, toda a população acompanhe atentamente o que será debatido pelos parlamentares no Congresso Nacional.

— A reforma, por sua importância e pelo impacto causado na vida de milhões de brasileiros, exige acompanhamento por toda a sociedade, pelos sindicatos e pelas classes sociais, a fim de pressionar e de encontrar o equilíbrio entre os mecanismos de proteção social e suas fontes de financiamento — reforçou Bruna.

topo ↕

## **GAZETA DO POVO – PR - EDITORIAL**

### **O MEC se perde em factoides**

#### **O ministro Ricardo Vélz tem definidas suas prioridades para a educação brasileira, mas continua enredado em polêmicas desnecessárias**

Quando a população brasileira elegeu Jair Bolsonaro como presidente, esperava – além da retificação da economia e da redução da corrupção e dos índices de criminalidade –

uma atenção especial à educação básica. A queda de nível nos ensinos fundamental e médio ocorreu a olhos vistos durante a era petista, e o atestam as posições do Brasil em todos os testes internacionais feitos nos últimos anos. Também preocupava os pais o que é chamado por Bolsonaro de “viés ideológico” da educação, termo que indica a prevalência quase completa de autores e ideias de esquerda no ensino, em todos os níveis.

Para resolver esse problema, Bolsonaro, por indicação do filósofo Olavo de Carvalho, chamou o professor Ricardo Vélez Rodríguez para o cargo de ministro da Educação. A notícia surpreendeu a imprensa e o meio educacional em geral – não apenas pela origem da indicação, mas pelo fato de Vélez representar uma mudança radical de postura do governo perante a educação. Saiariam de cena as ideias de centralismo, de promoção de agendas “progressistas”, do fomento indiscriminado ao ensino superior (causando uma verdadeira inflação de diplomas); entrariam a descentralização dos currículos e o fortalecimento dos ensinos fundamental e médio-técnico.

Esta era a expectativa; a realidade tem sido bem diferente. Por mais que o MEC esteja trabalhando nessas diretrizes e que o resultado deste tipo de esforço nem sempre seja imediato, o que tem chegado ao público não é a discussão sobre os rumos da educação nacional, mas apenas declarações infelizes do ministro Vélez e polêmicas que revelam atropelo e falta de assessoria.

O que o ministro explicou no Senado, sob convocação, era o que ele precisaria estar comunicando à sociedade, por iniciativa própria

No fim de janeiro, Vélez disse ao jornal Valor que as universidades deveriam “ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]”. O que ele pretendia contestar era a ideia de que todos deveriam cursar uma universidade, noção que levou à desvalorização do ensino técnico, hoje sumamente necessário ao país. Mas o palavreado escolhido pelo ministro foi o pior possível – padrão que se repetiu no meio de fevereiro, quando Vélez, falando à revista Veja sobre o ensino de cidadania, referiu-se ao brasileiro como um “canibal” que “rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião. Traz tudo de lembrança”. O ministro chegou a ser notificado pelo STF para esclarecer as declarações, e pediu desculpas, mas o episódio manchou sua imagem um pouco mais.

E, nesta última semana de fevereiro, os diretores de todas as escolas do Brasil receberam uma carta do MEC pedindo que uma mensagem do ministro fosse lida e, na sequência, fosse executado o Hino Nacional, com as crianças perfiladas. O comunicado pedia também que, se houvesse interesse, as crianças fossem filmadas e o vídeo, enviado ao ministério, ressalvando que, “antes de qualquer divulgação, será solicitada autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável”.

Um erro duplo que revelou falta de assessoria jurídica. Ainda que a execução semanal do hino nas escolas de ensino fundamental já seja obrigatória, pela Lei 12.031/2009, as crianças jamais poderiam ser filmadas sem autorização prévia, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, a mensagem ministerial, com o slogan de campanha de Bolsonaro – “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” –, feriria o princípio da impessoalidade na administração pública, consagrado no artigo 37 da Constituição. No dia seguinte, o MEC percebeu o erro e excluiu o slogan do

comunicado, apesar de ainda pedir a filmagem, desta vez com autorização prévia, mas ainda sem explicar qual seria exatamente sua finalidade. O texto entrou na legalidade, mas mantinha o tom abertamente político, com expressões como “saudar o Brasil dos novos tempos”. Por fim, o MEC desistiu também de pedir os vídeos.

Esse tipo de polêmica impede que a sociedade conheça qual é, exatamente, o plano de Vélez para a educação brasileira. Que o ministro tem um olhar sobre a educação fica evidente quando se observa a audiência pública de que Vélez participou na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, no último dia 26. Ali, o ministro elencou sete grandes eixos do governo para a educação: uma política nacional de alfabetização de acordo com “as evidências e os critérios da ciência cognitiva da leitura”; a diminuição do peso da Base Nacional Comum Curricular, adaptando-o às diversas localidades com o auxílio das redes estaduais e municipais; a rediscussão do Fundeb, para fortalecer os municípios; a reforma do ensino médio, aproximando-o do mercado de trabalho; a difusão de escolas cívico-militares, com adesão voluntária; o fortalecimento da educação especial, partindo do mote “nenhum brasileiro para trás”; e a formação continuada de professores e melhorias nas suas condições de trabalho.

Era sobre esses temas que o país deveria estar discutindo, e não sobre turistas “canibais”, universidades “para a elite”, nem sobre filmagens de alunos cantando o Hino Nacional. Aquilo que o ministro explicou no Senado, sob convocação, era o que ele precisaria estar comunicando à sociedade, por iniciativa própria. O brasileiro quer saber o que o MEC já está desenvolvendo dentro de cada um desses eixos. Há medidas imediatas a caminho, ou são ações de médio e longo prazo? A população ainda não tem as respostas, e a melhor pessoa para oferecê-las é o próprio ministro Vélez. Urge que ele encontre o quanto antes o foco, para se comunicar bem com a sociedade e trabalhar pela educação, sem desperdiçar tempo com polêmicas desnecessárias. Do contrário, ele estará perdendo a chance de dar uma contribuição relevante para o país.

topo ↕

## **J. DO COMMERCIO - PE - JC NEGÓCIOS**

### **UFPE pesquisará petróleo**

Ficou pronto o Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia da UFPE – nova denominação para o Laboratório Integrado de Tecnologia em Petróleo, Gás e Biocombustíveis (Litpeg) – todo financiado pela Petrobras, que aplicou no projeto R\$ 76,5 milhões. É o maior investimento da Petrobras num único projeto em universidade brasileira e veio como parte das obrigações de investimento em P&D das empresas petroleiras junto à ANP. Ele foi trazido para Pernambuco em função das instalações da refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape. O complexo tem um bloco de laboratórios de sete pavimentos, galpão para instalação de plantas pilotos e um bloco técnico com 228 m<sup>2</sup>.

Ao menos 70 pesquisadores de diferentes departamentos e programas de pós-graduação da UFPE atuarão no Instituto, com o objetivo de desenvolver atividades de pesquisa, inovação, ensino e extensão, contemplando os vários segmentos básicos da cadeia produtiva do petróleo (exploração, produção, refino, logística e qualidade de produtos), de modo a atender às demandas regionais e nacionais do setor. O novo centro de pesquisa será inaugurado no próximo dia 12, às 10h30, no campus da UFPE, na Cidade Universitária.

Centro foi anunciado com refinaria

O Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia da UFPE nasceu em meio à euforia da comemoração e início da construção do empreendimento. Apesar das dificuldades, a Petrobras manteve os investimentos determinados pela ANP. Curiosamente, o centro será inaugurado quando a empresa anuncia o prosseguimento do projeto de se desfazer de participações em quatro refinarias, nas regiões Nordeste e Sul, ideia lançada pelo então presidente da empresa Pedro Parente, em 2017.

topo ↕

## **JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ESPLANADA**

### **Hino desafinado**

A despeito de ter admitido que errou ao pedir que escolas filmassem professores, alunos e funcionários cantando o Hino Nacional, sem autorização prévia, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pode ser alvo de processo na Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Advogados da oposição finalizam a representação que será protocolada nos próximos dias no colegiado com pedido de abertura de processo disciplinar contra Vélez. A Coluna antecipou no Twitter, na última segunda, que não é novidade a obrigatoriedade do Hino – vem do Governo Dilma Rousseff, sob Fernando Haddad ministro do MEC. Mas filmar a garotada é invenção.

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

### **Bolsonaro defende Lava Jato da Educação no Twitter**

### **Presidente citou que o Brasil gasta mais em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do que a média de países desenvolvidos, mas ocupa as últimas posições na Programa Internacional de Avaliação (PISA)**

O presidente Jair Bolsonaro defendeu a "Lava Jato da Educação" em seu perfil do Twitter na manhã desta segunda-feira, 4. Para embasar seu ponto de vista, ele citou que o Brasil gasta mais em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do que a média de países desenvolvidos, mas ocupa as últimas posições na Programa Internacional de Avaliação (PISA). Segundo ele, em 2003, o Ministério da Educação (MEC) gastava R\$ 30 bilhões em Educação, e, em 2016, gastou quatro vezes mais, chegando a R\$ 130 bilhões.

"Há algo de muito errado acontecendo: as prioridades a serem ensinadas e os recursos aplicados. Para investigar isso, o Ministério da Educação junto com o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Advocacia e Controladoria Geral da União criaram a Lava-Jato da Educação."

Segundo Bolsonaro, os dados iniciais da investigação revelam "indícios muito fortes" de que a máquina está sendo usada para a manutenção de "algo que não interessa ao Brasil". Ele ainda completou que sabe que isso pode acarretar greves e movimentos coordenados, "prejudicando o brasileiro".

Na noite de domingo, 3, o presidente também usou sua página no Twitter para cobrar a fiscalização da MP 873, editada na sexta-feira, 2, e que impede que o pagamento da contribuição sindical voluntária seja descontada diretamente do salário dos trabalhadores. Agora, o pagamento só pode ser feito mediante boleto bancário individual enviado aos trabalhadores que tenham autorizado previamente a cobrança.

Bolsonaro disse que a medida desagradou líderes sindicais e pediu a fiscalização do

pleito para evitar que a MP expire ou seja derrotada no Congresso. A medida tem prazo de 120 dias para ser apreciada no Parlamento ou perde validade.

topo ↕

## CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

### E aí, capitão: é pra valer ou de faz-de-conta?

**"Que país é esse, nós sabemos. Resta saber agora que GOVERNO é esse. Afinal, é pra valer ou de faz-de-conta? Quando vai ser possível confiar, já não digo nos governantes, mas, pelo menos, no Diário Oficial?"**

O governo Bolsonaro precisa decidir de uma vez se assumiu pra valer ou se a nova equipe só está brincando de governar. Qualquer império ou governo, democrático ou não, em qualquer parte do mundo, à esquerda ou à direita, ao tomar decisões que mexem com a vida de milhões de pessoas, costuma se cercar de um mínimo de responsabilidade pra não ter de se desmentir logo adiante. Palavra de rei não volta atrás, diz o ditado. Mas em Pindorama todo dia a palavra do governo volta atrás, dá cambalhotas e se estripa nos contorcionismos mais alucinados.

O último puxa-e-estica ocorreu na pasta da Educação. Primeiro, o ministro envia uma recomendação no mínimo absurda recomendando que os diretores das escolas filmassem e mandassem pro MEC vídeos dos estudantes cantando o Hino Nacional. Terminava a mensagem usando indevidamente, por ser proibido, o slogan de campanha do capitão – “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O ministro Ricardo Vélez levou tanta bordoadada que o jeito foi dizer que errou e que apenas havia sugerido as filmagens. E que tinha usado indevidamente o slogan. Mas foi pouco, e ainda na semana passada soltou mais uma nota, agora sem o slogan e mudando de ideia sobre a remessa dos vídeos, sob a alegação de que o ministério não teria como armazená-los.

Salta aos olhos, em primeiro lugar, o açodamento contido no primeiro ato, francamente uma ação de puxa-saquismo explícito ao presidente, com a repetição de seu slogan de campanha num contexto onde ele não cabia. No segundo ato, o ministro tropeça ao simplesmente dizer que cometeu um erro e estamos conversados, esquecido de que existe um país chamado Brasil, que espera de seus governantes, no mínimo, coerência em palavras e atos. Por último, a pérola final, um plágio descarado de FHC: esqueçam tudo o que eu escrevi, foi mal aí essa história do slogan e não tem de filmar mais nada porque iriam ser tantas imagens que não haveria como guardar. Desculpa fajuta, porque qualquer HD como esses que a gente compra ali na esquina tem espaço pra guardar vídeos até dizer chega. Aqui pra nós, mas não espalha: ao pedir a gravação dos vídeos, o ministério pretendia mesmo era usá-los mais adiante para trombetear o civismo das crianças da nova “Pátria amada Brasil” perfiladas, para enaltecer não a pátria, e sim o próprio governo, é ou não é?

### Melhor ficar bem com o capitão

Pra não ficar atrás no puxa-e-estica, o ministro Sérgio Moro voltou atrás na nomeação da cientista política Iлона Szabó como integrante do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, dois dias depois de nomeá-la. E não foi por descobrir que a professora não é competente ou coisa assim. Mas simplesmente porque sua nomeação causou “repercussões negativas”, como assinalou em nota oficial. Como se dissesse: “olha, gente, a moça entende do riscado. Mas os bolsomínios não gostaram porque ela é a favor do desarmamento, por isso eu aponte o olho da rua pra ela. Sabe como é: melhor ficar de bem com o capitão porque nunca se sabe, né?”. Antes de Moro fazer essa bobagem, o próprio capitão, ainda durante a fase de escolha dos ministros, acatou

pedido da bancada evangélica e vetou o nome de Mozart Neves, que já estava praticamente convidado, para dirigir a pasta da Educação, nomeando no lugar dele o colombiano dos vídeos do hino.

Diz-depois-diz-que-não-disse-e-tudo-bem,-tá-oquei?

Pra encerrar, umas cócegas na memória do leitor sonolento: só nos primeiros nove dias de governo o capitão foi e voltou nove vezes. Fez uma bobagem atrás da outra. Assinou o reajuste do mínimo quando seu ministro Onyx disse que só o faria dias depois. O mesmo Onyx foi usado para comunicar que o capitão havia “se equivocado” ao anunciar o aumento do IOF e a redução da alíquota do Imposto de Renda. Disposto a “despetizar” o governo, o capitão demitiu uma carrada de servidores, mas terminou tendo de readmitir 16 deles, senão a Comissão de Ética Pública não tinha como funcionar. Depois, eufórico, anunciou que o governo examinava a instalação de uma base militar americana no Brasil, anúncio que o general Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, se encarregaria de desmentir. (tudo bem que é um general desmentindo um capitão. Mas o capitão é... o presidente da república, tá oquêi?)

Bolsonaro disse ter dúvidas sobre a manutenção do acordo entre a Embraer e a Boeing. Augusto Heleno deu declaração garantindo que o acordo estava sólido. Bolsonaro voltou atrás também na suspensão do processo da reforma agrária e na mudança do edital de compra de livros didáticos pelo Ministério da Educação.

E olha que nem deu tempo pra falar que o governo que se autoproclama anticorrupção cria corruptos... dentro de casa. (Aqueles filhos, que crianças peraltas, não?) Que jurou não negociar cargos e já começou a loteá-los. Que acabou de prometer um bônus de 5.000 reais para os deputados que apoiarem a reforma da Previdência, tendo garantido que não haveria toma-lá-dá-cá. Que prometeu não nomear amigos ou correligionários e...

É pouco ou quer mais? Que país é esse, nós sabemos. Resta saber agora que GOVERNO é esse. Afinal, é pra valer ou de faz-de-conta? Quando vai ser possível confiar, já não digo nos governantes, mas, pelo menos, no Diário Oficial?

topo ↕

## FORBES - NOTÍCIAS

### Educação a distância: um modelo que só cresce

O preconceito contra a educação a distância (ou EAD) parece estar com os dias contados no país. De acordo com o censo [EAD.BR](#), feito pela Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), 2017 registrou um número recorde de matriculados: 7.773.828. Os cursos que têm ampliado seu número de alunos são os de nível superior e de pós-graduação lato sensu, segundo o relatório. O Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), confirma a tendência: enquanto o ensino presencial apresentou queda nas matrículas, a EAD registrou um crescimento de 17,6% de 2016 para 2017. Os alunos dessa modalidade são quase 1,8 milhão, ou 21,2% do total de matriculados em todo o Ensino Superior.

Com o aumento da demanda, a oferta de cursos de alto nível, claro, também cresceu. Instituições renomadas apostam cada vez mais, com sucesso, em modelos de EAD para pós-graduações e MBAs. Comodidade, economia de tempo e flexibilidade, que permitem estudar em qualquer lugar e horário, são os principais atrativos para pessoas que têm carreiras mais consolidadas. “Hoje, entre graduação e pós, temos cerca de 30%

dos alunos em sistema EAD e 70% presencial. Há quatro anos, só 10% estudavam a distância”, diz Pedro Regazzo, diretor de Ensino a Distância da Adtalem Educacional (grupo responsável pelas marcas Ibmec, Damásio e Wyden). “Nessa projeção, vamos atingir 50% a 50% em 2022. Mais do que uma tendência, a educação a distância já está acontecendo.” No Ibmec, há nesse modelo 32 cursos de curta duração (os de extensão) e cinco MBAs, dos quais participam 2 mil alunos: em gestão de negócios (o mais procurado), em finanças, em gerenciamento de projetos, em gestão do agronegócio e em direito agrário e ambiental.

“As pessoas pensavam nele como algo mais barato, não tão eficaz, que não favorecia a interação. Por experiência, digo que hoje nosso curso é para quem quer um MBA da Fundação, mas tem dificuldade de deslocamento ou de tempo”, diz Mary Murashima, diretora de gestão acadêmica da FGV Educação Executiva. Por lei, o certificado do curso EAD é o mesmo do presencial. Os programas são iguais, os professores também. A FGV conta com cinco MBAs online. Em 2017, 2.343 alunos participaram dele – em 2016 eram 1.864. O curso prevê encontros presenciais na abertura, para avaliações a cada nove semanas e no encerramento. O modelo para 2019 vai mudar: três deles serão substituídos por pós-graduações. “As pós terão foco em áreas técnicas específicas, como marketing, projetos e finanças”, diz.

Uma das críticas ao modelo online, em especial aos MBAs, é o fato de não favorecer o networking. Percepção rechaçada pelos especialistas ouvidos pela FORBES. “No nosso modelo, colocamos em turmas virtuais alunos de diferentes lugares do país, o que aumenta o networking. Além disso, o grupo é mais heterogêneo e, portanto, mais rico”, afirma Mary.

Criador do Descomplica, o empresário Marco Fisbhen é um entusiasta do modelo de educação online. Além do foco nos vestibulares e no Enem, ele oferece outras modalidades. Este ano, a startup de educação – que dobra de tamanho todo ano, tem 5 milhões de visitantes únicos por mês e mais de 250 mil alunos inscritos – passou a contar com pós-graduação em pedagogia e MBAs em gestão de negócios, gestão de negócios digitais, gestão escolar e marketing estratégico digital. “As vantagens do modelo são inúmeras. A qualidade, por exemplo, é uma delas: podemos recrutar os melhores professores do Brasil, gravar com eles e disponibilizar para o país todo. Numa sala, a aula é a mesma para todo mundo. No ambiente virtual, os conteúdos podem ser adaptados à demanda e divididos em básico, intermediário e avançado”, diz Fisbhen, que teve sua empresa eleita em 2017 como a terceira mais inovadora da América Latina.

Reportagem publicada na edição 63, lançada em novembro de 2018

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Bolsonaro defende Lava Jato da Educação: ‘há algo de muito errado’**

O presidente Jair Bolsonaro defendeu a “Lava Jato da Educação” em seu perfil do Twitter na manhã desta segunda-feira, 4. Para embasar seu ponto de vista, ele citou que o Brasil gasta mais em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do que a média de países desenvolvidas, mas ocupa as últimas posições na Programa Internacional de Avaliação (PISA). Segundo ele, em 2003, o Ministério da Educação (MEC) gastava R\$ 30 bilhões em Educação, e, em 2016, gastou quatro vezes mais, chegando a R\$ 130 bilhões.

“Há algo de muito errado acontecendo: as prioridades a serem ensinadas e os recursos aplicados. Para investigar isso, o Ministério da Educação junto com o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Advocacia e Controladoria Geral da União criaram a Lava-Jato da Educação.”

Segundo Bolsonaro, os dados iniciais da investigação revelam “indícios muito fortes” de que a máquina está sendo usada para a manutenção de “algo que não interessa ao Brasil”. Ele ainda completou que sabe que isso pode acarretar greves e movimentos coordenados, “prejudicando o brasileiro”.

Na noite de domingo, o presidente também usou sua página no Twitter para cobrar a fiscalização da MP 873, editada na sexta-feira, 2, e que impede que o pagamento da contribuição sindical voluntária seja descontada diretamente do salário dos trabalhadores. Agora, o pagamento só pode ser feito mediante boleto bancário individual enviado aos trabalhadores que tenham autorizado previamente a cobrança.

Bolsonaro disse que a medida desagradou líderes sindicais e pediu a fiscalização do pleito para evitar que a MP expire ou seja derrotada no Congresso. A medida tem prazo de 120 dias para ser apreciada no Parlamento ou perde validade.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Bolsonaro defende Lava Jato da Educação no Twitter**

#### **Presidente citou que o Brasil gasta mais em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do que a média de países desenvolvidos, mas ocupa as últimas posições na Programa Internacional de Avaliação (PISA)**

O presidente Jair Bolsonaro defendeu a "Lava Jato da Educação" em seu perfil do Twitter na manhã desta segunda-feira, 4. Para embasar seu ponto de vista, ele citou que o Brasil gasta mais em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do que a média de países desenvolvidos, mas ocupa as últimas posições na Programa Internacional de Avaliação (PISA). Segundo ele, em 2003, o Ministério da Educação (MEC) gastava R\$ 30 bilhões em Educação, e, em 2016, gastou quatro vezes mais, chegando a R\$ 130 bilhões.

"Há algo de muito errado acontecendo: as prioridades a serem ensinadas e os recursos aplicados. Para investigar isso, o Ministério da Educação junto com o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Advocacia e Controladoria Geral da União criaram a Lava-Jato da Educação."

Segundo Bolsonaro, os dados iniciais da investigação revelam "indícios muito fortes" de que a máquina está sendo usada para a manutenção de "algo que não interessa ao Brasil". Ele ainda completou que sabe que isso pode acarretar greves e movimentos coordenados, "prejudicando o brasileiro".

Na noite de domingo, 3, o presidente também usou sua página no Twitter para cobrar a fiscalização da MP 873, editada na sexta-feira, 2, e que impede que o pagamento da contribuição sindical voluntária seja descontada diretamente do salário dos trabalhadores. Agora, o pagamento só pode ser feito mediante boleto bancário individual enviado aos trabalhadores que tenham autorizado previamente a cobrança.

Bolsonaro disse que a medida desagradou líderes sindicais e pediu a fiscalização do



pleito para evitar que a MP expire ou seja derrotada no Congresso. A medida tem prazo de 120 dias para ser apreciada no Parlamento ou perde validade.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Bolsonaro defende Lava Jato da Educação: há algo de muito errado**

São Paulo

O presidente Jair Bolsonaro defendeu a "Lava Jato da Educação" em seu perfil do Twitter na manhã desta segunda-feira, 4. Para embasar seu ponto de vista, ele citou que o Brasil gasta mais em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do que a média de países desenvolvidas, mas ocupa as últimas posições na Programa Internacional de Avaliação (PISA). Segundo ele, em 2003, o Ministério da Educação (MEC) gastava R\$ 30 bilhões em Educação, e, em 2016, gastou quatro vezes mais, chegando a R\$ 130 bilhões.

"Há algo de muito errado acontecendo: as prioridades a serem ensinadas e os recursos aplicados. Para investigar isso, o Ministério da Educação junto com o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Advocacia e Controladoria Geral da União criaram a Lava-Jato da Educação."

Segundo Bolsonaro, os dados iniciais da investigação revelam "indícios muito fortes" de que a máquina está sendo usada para a manutenção de "algo que não interessa ao Brasil". Ele ainda completou que sabe que isso pode acarretar greves e movimentos coordenados, "prejudicando o brasileiro".

Na noite de domingo, o presidente também usou sua página no Twitter para cobrar a fiscalização da MP 873, editada na sexta-feira, 2, e que impede que o pagamento da contribuição sindical voluntária seja descontada diretamente do salário dos trabalhadores. Agora, o pagamento só pode ser feito mediante boleto bancário individual enviado aos trabalhadores que tenham autorizado previamente a cobrança.

Bolsonaro disse que a medida desagradou líderes sindicais e pediu a fiscalização do pleito para evitar que a MP expire ou seja derrotada no Congresso. A medida tem prazo de 120 dias para ser apreciada no Parlamento ou perde validade.

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **Educação básica: evidências e fatos**

» NÍLSON JOSÉ MACHADO - Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP)

A educação básica é tema candente, e a universalização da oferta e da qualidade nesse nível de ensino é condição de possibilidade da vida política em uma democracia. São amplamente reconhecidos os esforços realizados ou em vias de realização tanto pelo governo quanto por organizações da sociedade civil na busca da melhoria. Mas parece claro que os efeitos alcançados não têm sido animadores. Certamente não estamos satisfeitos com a educação básica que temos, e é necessário entender as razões de tal fato.

Alguns diagnósticos partem de supostas evidências, assumindo até certo ponto acriticamente afirmações que mereceriam ser examinadas numa perspectiva crítica.

Dizer que faltam professores competentes para disciplinas básicas é verdade aparente,

mas não resiste à constatação de que as más condições de trabalho oferecidas constituem o verdadeiro problema: mantidas tais condições, quanto mais preparado é o professor, mais ele se afasta da sala de aula.

Analogamente, a falta de recursos é problema aparentemente indiscutível, que a educação partilha com a saúde, a segurança, entre outros espaços da ação social. Mas, ao que tudo indica, carecemos mais ainda de um projeto educacional que norteie e motive os diversos agentes. Sem ele, os planos e as avaliações chegam a perder o sentido.

A dimensão e a importância da tarefa a ser realizada exigem a partilha de responsabilidades, a construção de parcerias com as características de verdadeiro mutirão, envolvendo os atores sociais que assumem compromisso sincero com a educação. Escolas da rede pública e da rede privada, professores da educação básica e do ensino superior, aposentados ou na ativa, sistemas de ensino profissionalizante ou escolas confessionais, todos os que tiverem contribuições a oferecer serão bem-vindos.

Só assim se poderão buscar resultados efetivos nos próximos quatro ou cinco anos, não em quatro ou cinco décadas. O enfrentamento conseqüente das dificuldades pressupõe atuação em dois níveis: uma reflexão equilibrada sobre as questões fundamentais, que mapeie as alternativas já apresentadas em estudos ou pesquisas; e um programa de atividades que dialogue com as realizadas nas salas de aula.

A constituição da cátedra de educação básica com foco na formação do professor, parceria da USP com o Itaú Social, representa passo inicial na busca da conjunção de esforços entre a universidade e a iniciativa privada. A vocação transdisciplinar constitui elemento fundamental para o combate à excessiva fragmentação que impera na escola básica e é um de seus principais problemas. Um ponto precisa ser destacado na construção de uma parceria como a referida: é fundamental o pleno reconhecimento da necessidade da diversidade de perspectivas e de caminhos que conduzam ao aumento na qualidade da educação. Qualquer tentativa de construção de narrativas unárias, ou mesmo binárias, contamina e vicia as propostas de ação.

Garantida uma visão teórica consistente dos fundamentos das questões educacionais e do projeto nacional norteador, que deve ser sustentado por valores socialmente partilhados, como a cidadania, a pessoalidade, o profissionalismo e a civilidade, a integridade e a tolerância, a convivência entre diferentes visões de mundo é possível e desejável. O foco da cátedra poderia ser ajustado de diferentes maneiras, concentrando as atenções nos alunos, nas metodologias, na gestão escolar, na formação do professor, nos processos de avaliação, no recurso às tecnologias, entre outras possibilidades.

Tais questões serão certamente consideradas ao longo dos trabalhos, mas em seu primeiro semestre de atividades, uma opção foi feita: as ações visarão precipuamente à valorização da função do docente, projetando um regime de corresponsabilidade com os docentes do ensino superior na formação de novos professores e na formação continuada nas escolas.

Um dos efeitos mais esperados é dar mais voz ao professor na organização e no planejamento do ensino, valorizando experiências locais bem-sucedidas e redesenhando a importância, às vezes exagerada, da padronização a que conduzem as avaliações

sistêmicas e os documentos oficiais.

Não nos parece factível o enfrentamento das questões educacionais sem a parceria, a solidariedade, o compromisso e a corresponsabilidade dos professores em atividade nas unidades escolares. Tal corresponsabilidade é via de mão dupla: exige por parte do Estado reconhecimento, respeito, condições materiais adequadas às ações. Por seu lado, exige do professor, além da competência técnica, dedicação, entrega, doação de si qualidades que caracterizam a atuação do verdadeiro profissional. Nem tudo na educação depende apenas do profissionalismo do professor, mas, sem ele, nenhuma ação pode prosperar.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA**

### **O bloquinho dos inteligentinhos**

#### **O mundo atual criou uma nova forma de estupidez: a estupidez com causa**

4. E, para completar o cenário, os “idiotas paranoicos”. Como alguém no exercício da função de um ministério pode mandar instituições usarem “à la Stálin” o celular para filmar momentos cotidianos e enviar para Brasília? Imagine se o Lula tivesse mandado as escolas cantarem a Internacional e filmar o ato para mandar para Brasília? Desde quando cantar o hino nacional é o problema da educação? Por favor, Guedes, feche o MEC de uma vez.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2019/03/o-bloquinho-dos-inteligentinhos.shtml>

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - OPINIÃO**

### **Lições do carnaval**

Enquanto o ministro da Educação dá aulas de autoritarismo, manda filmar crianças cantando o Hino Nacional e ordena, para logo voltar atrás, que louvem o novo Brasil, no velho reinado de Momo o carnaval dá lições de irreverência e liberdade.

Tem leis próprias essa festa orgiaca. As multidões respondem aos tambores da bateria, só cumprem ordens do puxador do samba, é um fuzuê anárquico, incompatível com o espírito marcial. Marcha, só rancho ou marchinha de carnaval.

Estes milhões de brasileiros suados e seminus não parecem afeitos à visão de mundo do ministro da Educação nem sensíveis à pregação moralista da ministra das Mulheres. Ambos não entenderam que não se apaga a cultura de um povo, inventando à força um país que não existe.

Difícil sustentar a tese da sociedade conservadora diante dos blocos que trazem, sim, inconvenientes à cidade, mas também um pouco de alegria para uma gente massacrada, desalentada por uma sucessão de decepções e desastres.

Este ano, o carnaval começou mais cedo e vai acabar mais tarde, como se os brasileiros quisessem esticar ao máximo esse território liberado para a festa possível. Embora carnavalesca incurável, este ano sinto no ar, pelo avesso da alegria, um fundo de tristeza que transforma o carnaval em uma gigantesca catarse, liberação de uma angústia reprimida, que não encontra onde pousar. Só isso explica que com tantos lutos recentes

sobreviva a explosão de música e dança que sacode o país. Não é indiferença, é um outro jeito de chorar. E de protestar: estamos vivos!

As mulheres levam para os blocos a indignação contra uma sociedade onde são espancadas, estupradas e assassinadas. Tatuam no corpo “Não é não” e saem à rua para se divertir, insubmissas à intimidação.

Passou o tempo dos olhos baixos. O covarde que invadiu um banheiro feminino não se lembra do que fez, a desculpa da moda que um espancador inventou. Vão se lembrar na cadeia.

Moralistas odeiam o carnaval. O carnaval dispensa o moralismo, e as mulheres fazem valer sua moral.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - OPINIÃO

### Ouviram do Ipiranga

#### **Orgulho pelo país não nasce necessariamente das aulas de Moral e Cívica; desenvolve-se nas dores e alegrias do cotidiano**

Conversa de segunda-feira de carnaval. Antes de vir para o Brasil, passei na velha livraria Bertrand, em Lisboa. Queria comprar um livro, apenas um para a estrada, a longa viagem de volta. Optei pelo de Milan Kundera “Os testamentos traídos”. Dei sorte. É um livro excelente. Num dos ensaios, intitulado “Em busca do presente perdido”, ele fala de Hemingway. Ressalta o esforço do escritor americano em ouvir e anotar diálogos, sua tentativa de capturar na forma e no som a realidade das conversas.

Kundera menciona a novela de Hemingway “Colinas como elefantes brancos”. É um diálogo entre um homem e uma mulher. Cheio de ambiguidades, aberto para a imaginação do leitor. Mas a interpretação de alguns críticos transformou a história numa lição de moral, heroína e vilão, bem contra o mal. As abstrações acabaram engolindo a realidade do momento vivido.

É um tipo de visão do mundo, segundo Kundera, que nos faz morrer sem saber o que vivemos. A realidade se esvai nas abstrações.

Podemos escrever um diário, lembra Kundera, anotar todos os acontecimentos e descobrir que não registramos nenhuma imagem concreta. O presente é um planeta desconhecido. Não conseguimos mais acessá-lo nem pela memória e nem pela imaginação.

Cheguei ao Brasil em meio à polêmica sobre o Hino Nacional nas escolas. O ministro da Educação queria que as crianças o cantassem e recitassem o slogan de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Tudo isso já foi desfeito pelo recuo do governo na proposta. O ministro tinha a intenção de levar Moral e Cívica às escolas. Seus opositores respondem também com uma visão cívica, pois alegaram contra a proposta dispositivos constitucionais e algumas leis ordinárias.

E as crianças nisso tudo foram apenas objeto de um confronto entre diferentes visões cívicas.

O que representa um hino nacional para elas? Às vezes acho que, na infância, primeiro

brincamos com o som das palavras para mais tarde entendê-las. Meu neto aprende a cantar em alemão. Brinca com a sonoridade, mas não tem a mínima ideia do sentido das palavras. Eu mesmo, quando menino, cantava os hinos mais importantes tentando trazê-los para a realidade tangível. “Já podeis da pátria, filhos”, por exemplo, substituía por “Japonês tem quatro filhos”.

Com o tempo, as experiências coletivas, a vivência da história, passei a ouvir os hinos de forma diferente e, em certos momentos, cantá-los emocionado. Mas o que a criança pode fazer com um lábaro que ostenta estrelado? Que tipo de terra é mais garrida? Pode se guardar na mochila o penhor dessa igualdade?

Mesmo essa história do slogan de Bolsonaro, “Deus acima de todos”, pode não confundir as crianças, mas a mim confunde. Deus não está em toda parte? No meio e abaixo ele deveria estar também, creio; não apenas acima de tudo. Pode estar nas pequenas coisas, nos antros mais sórdidos do planeta.

Compreendo que é tudo um modo de dizer. Mas são essas grandes ideias abstratas que povoam a cabeça da direita e da esquerda. Ambas correm o risco de criar uma espécie de cortina que nos afasta da própria realidade.

Existe uma força permanente que visa não apenas ao jogo vital das crianças, seu divertimento, mas também a mascarar a própria face do real. Como diz Kundera: “para que nunca saibas o que vivestes”. Crianças uniformizadas cantando hinos e acenando bandeirinhas estão presentes em muitas situações. Na Coreia do Norte, por exemplo, parecem disciplinadas e endurecidas pelo patriotismo; no entanto, há uma certa tristeza nesses espetáculos.

Alguma coisa no olhar, na rígida encenação, revela que a alegria e a espontaneidade foram embora, que as crianças amadurecem um pouco à força, como frutas de supermercado.

Compreendo que exista o medo de que as crianças não sintam amor pelo seu país, nem se entusiasmem por defendê-lo. Uma de minhas filhas é atleta. Toda vez que consegue uma vitória internacional, costuma acenar com a bandeira do Brasil.

O orgulho pelo país não nasce necessariamente das aulas de Moral e Cívica nem dos prolixos hinos pátrios. É algo que se desenvolve na experiência coletiva, nas dores e alegrias do cotidiano.

Lançar o véu dos lugares-comuns sobre a riqueza do instante presente, como observa Milan Kundera, é a forma de sufocar o real com abstrações para que a criança nunca saiba o que viveu.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - O PAÍS

### Estratégia frustrada

**Governo previu negociar com bancadas mas derrotas deixam modelo em xeque**  
BRASÍLIA- O primeiro mês de trabalho do Congresso expôs o revés da principal estratégia anunciada pelo governo Bolsonaro para a formação de uma maioria parlamentar. O apoio das bancadas temáticas mostrou-se frágil diante de orientações partidárias para derrotar o Planalto, como no caso do decreto que fragilizava a Lei de

## Acesso à Informação.

Na ocasião, o governo teve a seu lado apenas 57 dos 513 deputados, sendo 50 do PSL. Integrantes dessas bancadas dizem ter avisado o Planalto desde o início de que esse tipo de articulação não poderia substituir uma negociação tradicional com partidos.

— No Congresso, a estrutura, inclusive regimental, é partidária. Não pode ficar com discurso de querer fazer antagonismo de velha e nova política, tem que ter uma política só e usar os instrumentos que o governo dispõe para aprovar — afirmou ao GLOBO o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da bancada ruralista.

Alçado a um dos cargos de vice-líder do governo, o coordenador da frente parlamentar da segurança pública, Capitão Augusto (PR-SP), vai na mesma linha:

— A gente já tinha cantado a bola sobre as bancadas temáticas. Os partidos se fortaleceram demais com a fidelidade partidária e o modelo de financiamento de campanhas.

### “DIGITAL É DO DEPUTADO”

Dirigente da frente parlamentar evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) ressalta também a dificuldade de se formar maioria sem os partidos e destaca que, além disso, o tratamento dado pelo governo aos parlamentares atrapalha qualquer articulação.

— A orientação de painel não é frente parlamentar, é partido. E eu sou da diretoria da frente parlamentar evangélica e não tem interlocução. Realmente não sei a fórmula que o governo vai usar para fazer sua base. Quem tem que dar essa resposta é o governo — afirmou o deputado do DEM.

Com sua ideia inicial de articulação frustrada, o Planalto sinalizou nas últimas semanas outra estratégia que acabou por irritar ainda mais os parlamentares. Tanto na apresentação do pacote anticrime do ministro da Justiça, Sergio Moro, quanto na reforma da Previdência, a primeira exposição detalhada foi feita a governadores e não aos congressistas. A ideia do Planalto, especialmente na Previdência, é que os chefes dos executivos estaduais pressionem os deputados a apoiar a proposta. O vice-líder do governo, Capitão Augusto (PR-SP), critica a ideia.

— Quem vai colocar digital é deputado, não é governador — disse o parlamentar paulista.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, afirma que o papel no debate será complementar. Segundo ele, os chefes dos executivos estaduais vão ajudar no sentido de sensibilizar os deputados sobre os problemas nas unidades da federação, mas sem a pretensão de substituir os partidos.

— Os governadores têm uma capacidade de ação mais limitada. É lógico que os partidos tem uma atuação mais próxima. Não é que um deputado vai ser pautado por governador, o que vamos fazer é mostrar a realidade de cada estado e sensibilizar os parlamentares da necessidade — afirmou Caiado.

Um experiente líder do centrão destaca que somente no Nordeste haveria uma influência maior de governadores sobre as bancadas, mas é justamente nessa região que os políticos relutam mais em aprovar a reforma da Previdência.

Com a dificuldade de emplacar a sua estratégia, o governo promoveu na semana Apresentação de reformas a governadores irritou parlamentares passada uma reunião do presidente Jair Bolsonaro com líderes de 19 partidos e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Foi prometido que cargos disponíveis nos estados seriam abertos a nomeações políticas, desde que atendam a requisitos técnicos.

O governo vem chamando a ideia de “banco de talentos”, na tentativa de dar um verniz às indicações políticas. Também para tentar desvincular essa prática do que é chamado de “toma lá, dá cá”, o Planalto diz que as composições serão com as bancadas estaduais, embora parlamentares experientes ressalta em que a divisão dos cargos nos estados sempre ocorreu dessa forma.

## RECURSOS À VISTA

Outro recado dado pelo governo é o de que não vai contingenciar emendas parlamentares, recursos em geral usados nas bases dos deputados e que têm execução impositiva. Esse dinheiro, no entanto, pode ser represado no mesmo percentual da economia que o governo fizer em outras áreas. Também foi acenada a hipótese de se oferecer a parlamentares novos recursos para serem direcionados às suas bases eleitorais.

Para um líder na Câmara, o governo começou a fazer movimentos em direção à negociação tradicional e pode vir a ser bem-sucedido. O parlamentar ressalta que as expectativas dos partidos são “pequenas” comparadas às que existiam no passado e que, mesmo o discurso crítico à negociação entre partidos, será relevado se, na prática, o governo atender às demandas tradicionais dos deputados.

Convocação de Vélez na Câmara pode ser o novo desgaste político

As sinalizações de possíveis mudanças na articulação política do governo ainda estão longe de amenizar o clima na Câmara. Para demonstrar que o descontentamento continua, líderes do centrão já cogitam impor um novo desgaste ao governo após o carnaval.

A ideia é aprovar um requerimento do líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ), para a convocação do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, depor no plenário. O ministro entrou na mira após ter dito em entrevista que os brasileiros agem como “canibais” e furtam objetos quando estão em viagens no exterior. A situação piorou após ele usar um slogan de campanha em carta a escolas e pedir o envio de vídeos de alunos cantando o Hino Nacional.

Não há ainda decisão se a estratégia será colocada em prática a partir de 12 de março, quando os trabalhos serão retomados no Congresso, mas as conversas de bastidores já começaram.

Deputados que têm ajudado na articulação afirmam que o Palácio do Planalto não tem ainda nem maioria na Câmara, quem dirá os 308 votos necessários para aprovar a reforma da Previdência. Vice-líder do governo, o deputado Capitão Augusto (PR-SP) estima que hoje o tamanho da base não chega nem a 200 votos.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### Um mergulho na alma do professor

Quem é o professor fora dos muros da escola? Quais suas angústias, medos e paixões? Como ele se enxerga? Essas foram as questões que nortearam uma pesquisa inédita feita pelo Instituto Península com docentes brasileiros. Ao contrário de uma enquete tradicional de opinião pública – em que uma amostra de pessoas representativa de uma população responde a um questionário com perguntas pré-elaboradas –, o diferencial do estudo foi ter retratado de forma intensiva o cotidiano de docentes em todo o Brasil.

Foram feitas 30 entrevistas em profundidade e 10 professores foram acompanhados em sua rotina por 48 horas. A pesquisa foi complementada também com o monitoramento – sempre com autorização dos participantes – de canais em redes sociais mais populares entre educadores.

Uma das primeiras constatações da pesquisa infelizmente não surpreende: entre as principais queixas de rotina dos professores da rede pública está a infraestrutura das escolas onde trabalham, retratadas como espaços desorganizados, sem ventilação, com recursos materiais insuficientes e, por vezes, inseguros. Muitas das imagens que os próprios professores compartilharam com os pesquisadores retratavam prédios cheios de grades e cadeados, mais parecidos com uma prisão.

Mesmo que muitos desses professores tenham sido os primeiros da família a completar o ensino superior, a pesquisa identificou que persiste um choque de cultura entre e lese seus estudantes. Entre as palavras mais comuns para retratar a realidade das crianças e jovens estavam “pobreza”, “violência” e “famílias desestruturadas”. Ao identificarmos principais problemas da educação no Brasil, os docentes acompanhados no estudo listaram como responsáveis principais o governo, as comunidades e os próprios alunos.

A pesquisa constatou que os professores não se veem tanto como parte do problema ou da solução desse quadro, ou ao menos não verbalizaram espontaneamente isso com a mesma intensidade com que fazem com as outras causas.

Não significa que estejam insensíveis à realidade de seus estudantes. “Esse professor tá preocupado com a aprendizagem dos seus alunos, mas se sente muitas vezes paralisado ao ter que lidar com diversos problemas que vêm da sociedade, sem que ele ou a escola estejam preparados para isso”, afirma Heloísa Morel, diretora do Instituto Península.

A sensação de falta de apoio aparece entre os docentes principalmente quando eles dizem se sentirem sozinhos, impotentes e com pouco espaço para diálogo entre os colegas para resolver esses conflitos.

Apesar de não ser um estudo representativo do total dos professores brasileiros, o estudo, pelo nível de profundidade que teve no acompanhamento dos docentes, indica novos caminhos de pesquisa e reforça pontos de atenção de políticas públicas. Uma das



conclusões do estudo é a necessidade de “incentivar e dar condições para a formação de uma comunidade docente que trabalha coletivamente, com o apoio do sistema educacional e da sociedade”.

A pesquisa sugere ainda que não basta se preocupar em melhorar o conhecimento teórico ou de melhores práticas pedagógicas. É preciso também cuidar do lado humano, buscando um desenvolvimento integral. Em resumo, se queremos que os profissionais da educação tenham mais empatia com os alunos, é preciso também que as políticas públicas façam o mesmo com os professores.

topo ↕

## **O DIA - RJ - ESPLANADA**

### **Hino desafinado**

A despeito de ter admitido que errou ao pedir que escolas filmassem professores, alunos e funcionários cantando o Hino Nacional, sem autorização prévia, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pode ser alvo de processo na Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Advogados da oposição finalizam a representação que será protocolada nos próximos dias no colegiado com pedido de abertura de processo disciplinar contra Vélez. A Coluna antecipou no Twitter, na última segunda, que não é novidade a obrigatoriedade do Hino - vem do governo Dilma Rousseff, sob Fernando Haddad ministro do MEC. Mas filmar a garotada é invenção.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Mais Brasília, Menos Brasil**

O pedido de filmagem dos alunos cantando o hino, feito na semana passada pelo ministro Ricardo Velez Rodriguez, foi justificado como parte de uma política de valorização de símbolos pátrios. A estratégia parece ter sido desenhada como marketing para criar um fato positivo para o governo, atijando novamente, em redes sociais, uma distinção entre aqueles que defenderiam o ato patriótico e os outros cuja bandeira não seria “verde e amarela”. Uma parcela da esquerda mordeu a isca e entrou nesse debate menor - como se cantar o hino nas escolas fosse problema ou solução relevante para nossas mazelas educacionais. No entanto, as críticas mais pesadas, vindas até mesmo de apoiadores do governo, se concentraram em tantos equívocos graves cometidos em tão poucas linhas.

O maior deles, admitido pelo ministro já no dia seguinte, foi pedir aos alunos a leitura de um slogan de campanha de Bolsonaro, o que foi criticado até pelo movimento Escola Sem Partido. Havia também a questão de não explicitar que as filmagens só poderiam ser feitas com autorização dos pais. O ministro argumentou que estaria “implícito” no pedido inicial, mas é surpreendente que um documento oficial do Ministério seja distribuído a escolas de todo o país sem que isso estivesse claro. Tanto que a deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP), da base governista, recomendou a Velez que contratasse “urgentemente um assessor jurídico”. Nem precisaria. Há vários servidores no MEC com sólido conhecimento da legislação educacional brasileira. O que provavelmente faltou foi ouvi-los.

Além dos equívocos admitidos, logo em seguida veio outro problema: não haveria capacidade e condições de segurança para receber e armazenar todos esses vídeos nos servidores do governo federal. Ou seja, além de não ter ouvido o jurídico do MEC, a estratégia tampouco foi combinada com a área técnica. A sensação de improviso fica ainda maior considerando o timing completamente equivocado: o e-mail original falava

da leitura da carta no primeiro dia de aula, só que todas as grandes redes de ensino já haviam iniciado o ano letivo.

Tudo isso já foi bastante abordado na semana passada, mas o equívoco mais preocupante, do ponto de vista pedagógico, foi outro. O MEC tem papel importantíssimo na formulação das grandes políticas nacionais, mas quem administra diretamente a imensa maioria das escolas brasileiras são os municípios e Estados, que juntos respondem por 81% das matrículas na educação básica. Os colégios privados - sobre os quais a ingerência direta do ministro também é limitada - atendem a 18% dos alunos, enquanto na rede federal estão apenas 1% dos estudantes. As escolas que a imensa maioria dos brasileiros frequentam estão portanto sob a alçada de prefeitos e governadores, e não do Presidente.

É por isso que, ainda mais num governo com tantos militares, é preocupante que o ministro não tenha percebido um problema de hierarquia: ao enviar diretamente um “pedido” aos diretores sem combinar antes com as autoridades locais, criou um desgaste desnecessário com esses atores. Tal atitude inverte a lógica de outro slogan da campanha bolsonarista. Ela é, em essência, Mais Brasília, e Menos Brasil.

O país tem sérios problemas de aprendizagem, que não começaram neste governo, nem nos que o antecederam. São resultado de séculos de atraso histórico. Está na hora de o ministro apresentar com mais clareza quais ações concretas propõe para enfrentar um desafio tão urgente. O plano a ser exposto não será consensual - quase nada é em educação. Certo apenas é que, sem diálogo com os principais atores do sistema, nenhuma política educacional - para o bem ou para o mal - ficará de pé.

topo ↕

## AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

### “Lava-Jato do MEC vem aí”, diz Carlos Bolsonaro no Twitter

BRASÍLIA - O vereador carioca Carlos Bolsonaro (PSC) reiterou hoje o aviso de que está por vir uma espécie de Operação Lava-Jato no Ministério da Educação. "A Lava-Jato do MEC está vindo aí para fazer a vagabundagem chorar mais ainda!", tuitou nesta tarde o filho do presidente Jair Bolsonaro.

O próprio presidente já havia recorrido ao Twitter no mês passado para dizer que o ministro da área, Ricardo Vélez Rodríguez, encontrou indícios de irregularidades no âmbito da pasta. O MEC, a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram um protocolo de intenções para apurar desvios e atos lesivos à administração pública.

Uma nota do MEC em fevereiro afirmou que foram identificados favorecimentos indevidos no ProUni, desvios no Pronatec, envolvendo o Sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

(Daniel Rittner | Valor)

topo ↕

## CORREIO WEB - TEMPO REAL

**Brasil tem pior colocação em cinco anos em exame de proficiência em inglês**  
**A falta dessa competência causa perdas em inovação, pesquisa, tecnologia, atualização e competitividade para as empresas. É muito raro que alguém consiga**

## **aprender a língua somente com as aulas da escola, por isso, é tão difícil achar profissionais fluentes, mais valorizados pelo mercado**

É hora de elevar a proficiência em inglês

O Brasil teve o pior resultado em cinco anos em exame de proficiência mundial. A falta dessa competência causa perdas em inovação, pesquisa, tecnologia, atualização e competitividade para as empresas. É muito raro que alguém consiga aprender a língua somente com as aulas da escola, por isso, é tão difícil achar profissionais fluentes — que são valorizados pelo mercado

Um estrangeiro que deseja visitar o Brasil pode passar por dificuldades caso pretenda se virar por aqui apenas falando inglês. Mesmo tendo sediado eventos de porte mundial, como a Copa e as Olimpíadas, o país tem baixa proficiência no idioma que, hoje, é considerado um código universal. Quando o assunto é o trabalho, não é muito diferente: boa parte dos profissionais brasileiros não tem boas competências na língua — mesmo que o idioma seja visto, em muitas áreas, como elemento quase obrigatório para crescer na carreira. E o pior: os resultados nacionais em inglês estão decrescendo em vez de subir. Pesquisa da EF (Education First), empresa de educação internacional, avaliou o nível de conhecimento nessa língua estrangeira de 1,3 milhão de adultos de 88 países, onde esse não é o idioma materno. O Brasil caiu da 41ª posição (nível baixo), em 2017, para a 53ª (nível baixo). Esse foi o pior resultado dos últimos cinco anos.

Luciano Timm, vice-presidente de relações acadêmicas da EF na América Latina há 15 anos, destaca que um dos motivos para o país estar nessa classificação é a falta de entendimento de que a língua inglesa é uma competência básica, como português e matemática. “Essa ausência se dá, entre outros fatores, pela descontinuidade de ótimas iniciativas, como programas que levam estudantes para o exterior ou disseminam a língua, que era o caso do Ciência sem Fronteiras e do Idiomas sem Fronteiras, entre outros. Países que apostaram em práticas como essa tiveram um salto muito maior na proficiência”, enfatiza. Graduado em relações internacionais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Luciano observa que o resultado é muito preocupante porque o Brasil não tem avançado e há uma necessidade de revisão urgente. “O país perde em inovação, na área da pesquisa, na descoberta de novas tecnologias que poderiam ser desenvolvidas aqui”, diz.

“Por exemplo, a citação de pesquisadores de estudos globais é em inglês e, se esse domínio não for parte fundamental, como educaremos os universitários? Não estaremos conectados com o restante do mundo”, analisa. De acordo com ele, as empresas também perdem bastante com o resultado, pois deixam de ser competitivas globalmente, de inovar, e de terem acesso a novas formas de gerenciamentos e utilização de produção. “Não usam também novas tendências que estão sendo aplicadas em outros países e acabam tendo piores resultados no mercado”, diz, preocupado. E os empregadores do país reconhecem essa importância: outro levantamento da EF mostra que 75% das organizações do país afirmam que o inglês é considerado muito útil no trabalho. Assim, essa competência precisa ser valorizada também pelos trabalhadores, já que esse conhecimento pode ser fator decisivo para conseguir ou não uma promoção ou um emprego.

DF se destaca

Apesar de a colocação do Brasil ser baixa no levantamento da EF, Brasília sobressai

entre as unidades da Federação: a capital federal tem o melhor nível de inglês do país, aparecendo à frente de São Paulo e Rio de Janeiro. “Esse resultado se deve a ações feitas para a capacitação de servidores por parte do governo, como custear estudo de idiomas, capacitações no exterior, intercâmbios, entre outras iniciativas”, sugere Luciano Timm. “Isso faz com que exista uma competitividade entre esses alunos, pois precisam melhorar na língua para serem aceitos nesses programas.” Outro motivo é o fato de a população da capital federal ganhar mais que a maior parte do país. “Há uma correlação de renda da população de Brasília”, avalia Luciano.

## Conhecimento abriu portas

Mariana Rodrigues Oliveira dos Santos, 26 anos, sente que há uma grande insuficiência por parte do Brasil para falar e ensinar inglês. “Eu estudei todo o meu ensino fundamental em escola pública em uma cidade de 5 mil habitantes no Piauí e tive a oportunidade de fazer o ensino médio em uma escola particular. Assim, conheço de perto os contrastes das duas perspectivas. Mas mesmo a escola particular não tinha uma boa base de ensino do idioma”, afirma. Depois que entrou no curso de geoprocessamento do Instituto Federal do Piauí (IFPI), no entanto, ter algum conhecimento de inglês se tornou importante para participar do programa Ciência sem Fronteiras. Então, ela fez um cursinho de inglês instrumental particular. A piauiense fez o Toefl (Test of English as a Foreign Language) na modalidade ITP (Institutional Testing Program), em agosto de 2013, como uma das etapas para a seleção do edital de intercâmbio acadêmico do governo federal.

“O teste varia de 310 a 677 pontos e, na época, eu consegui 480”, lembra. A pontuação foi suficiente para ser aprovada para estudar em Vancouver, no Canadá, mas ela teria, primeiro, que passar por um curso de idiomas lá para, então, ter a chance de ter aulas na universidade. Mariana foi reprovada no primeiro teste de nivelamento. “Deram um prazo de cerca de dois meses para eu fazer de novo. Caso eu não passasse, eu corria risco de voltar para o Brasil”, lembra. Graças ao empenho, conseguiu continuar. O ambiente também ajudou. “Considero que, para aprender uma língua, é necessária uma imersão com pessoas e culturas”, opina. “Não me considero fluente! Acho que ainda falta muito para isso, mas consigo entender a ‘main idea’ das frases e manter um diálogo sem maiores problemas”, observa.

A experiência no intercâmbio, então, foi fundamental tanto como um extra no currículo quanto para aprender inglês. O que foi muito útil quando ela precisou fazer o teste de proficiência como pré-requisito para uma seleção de mestrado, em novembro de 2017; obtendo uma boa pontuação (8,8 pontos de um total de 10). Hoje, ela faz mestrado em geografia na Universidade Federal do Piauí (UFPI). “O idioma me ajudou a encontrar mais embasamento teórico para meu mestrado”, comemora ela que, hoje, atua como pesquisadora de climatologia urbana na Universidade de São Paulo (USP) com bolsa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). “Uma segunda língua é importante para seu crescimento profissional e pessoal. E obtive grandes resultados, experiências e conhecimentos na minha vida graças ao inglês”, celebra.

## O idioma será meu ganha-pão

Júlia Carvalho Oliveira, 23 anos, estuda letras-inglês na Universidade de Brasília (UnB). O objetivo dela é dar aulas de inglês como língua estrangeira e, mais na frente, quando fizer mestrado e doutorado, ser professora numa universidade. “Quero dar aulas

de inglês nas instituições superiores porque adoro trabalhar com o uso correto dessa língua, tenho paciência e vocação”, afirma. Ela considera a língua importante por ser a principal usada para a comunicação entre nações. “Hoje, ela tem status de língua franca (universal) que tem mais falantes não nativos do que nativos”, diz. A moradora do Guará fez o Toefl, em 2015, e o Teste de Aptidão Linguística (TAL), em 2017, e obteve sucesso. Ela acredita que certificados internacionais como esses são de grande importância porque medem as habilidades de compreensão e de expressão no idioma.

“É essencial para programas de intercâmbio, para os quais é necessário comprovar essas capacidades, caso do Asas para o Mundo”, conta. O edital a qual a jovem se refere é oferecido pelo Centro Interescolar de Línguas do Guará (Cilg), onde ela estuda. Ela também acredita que ir para fora do país é a melhor forma de aprender o inglês por causa da interação da língua cotidianamente. Júlia não se considera fluente, mas está em busca de se aprimorar. “Eu tenho facilidade para aprender inglês. Gosto da literatura americana”, explica. No ensino médio, ela considerava a matéria fácil. “Podíamos escolher entre fazer inglês ou espanhol. Então, nem era uma matéria obrigatória”, lembra.

#### Falta de valorização

Segundo a diretora acadêmica da Cultura Inglesa, Maria Eugênia Sanson, o nível de inglês no Brasil é, de fato, muito baixo em comparação com o de outros países. O resultado, no entanto, não deve ser analisado de forma isolada. “Se olharmos para os resultados no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), veremos que os resultados em matemática, leitura e ciências também são baixos”, afirma. “E as razões são bem complexas, frutos de vários elementos. E isso nos diz que a educação, de forma geral, não vem tendo um resultado muito positivo”, lamenta. “Apesar disso, isso nos mostra uma ótima oportunidade de investir na mudança desse cenário.”

Outro fator que explica o baixo desempenho do brasileiro no inglês é o fato de as aulas nas escolas de educação básica (tanto públicas quanto particulares) não serem suficientes para aprender, de fato, o idioma. Mestranda em língua estrangeira pela Universidade de Reading, Maria Eugênia Sanson relata que, durante muitos anos, o ensino de inglês não foi valorizado nas escolas, o idioma era considerado uma disciplina secundária, de menor importância. E os efeitos disso permanecem nos colégios de hoje. “Os pais que viam a língua como uma importante parte da formação do indivíduo confiaram, então, às escolas de idiomas essa tarefa. Essas instituições ou cursos sempre tiveram expertise nessa área e seus resultados costumam ser muito bons”, diz Maria Eugênia.

Arquivo Pessoal Mariana aprendeu inglês a partir de cursinhos, filmes e seriados Mariana Duarte Figueiredo de Souza, 28, formada em pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, se considera fluente em inglês desde os 19 anos. Ela morou em Chicago, onde estudou introdução à psicologia e desenvolvimento infantil. A paulista conta que aprendeu o idioma por meio de cursinhos no Brasil. As aulas do colégio tiveram pouco efeito. “Não lembro de nada de inglês na época da escola. Não tive quase nada significativo. Aprendi nas escolas de inglês e, acredite, por meio da televisão e de seriados”, observa ela, que hoje dá aulas de inglês. Mariana nunca fez um teste de proficiência, mas se garante na língua. “Nunca foi algo que achei extremamente

necessário. Não tem importância para mim, uma vez que me comunico em inglês e, para mim, isso prova minha competência”, opina.

## Última opção

Luciano Luti, coordenador nacional da United Idiomas, percebe que há desvalorização do inglês nos ensinamentos fundamental ou médio — tanto que as escolas de educação básica não conseguem capacitar os alunos para ter fluência. “É difícil atingir isso em grupos grandes, pois é preciso praticar a conversação.” O graduado em letras - inglês pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) acredita que quem mais busca o idioma são pessoas que precisam da língua para dar uma melhorada na carreira, para não perderem oportunidades ou são obrigadas por outro motivo. Quem quer alcançar proficiência precisa correr atrás por conta própria, por exemplo, fazendo um cursinho à parte. E é aí que entra outro problema: o brasileiro tende a só procurar aprender esse código como última alternativa, quando realmente precisa.

Como resultado, pouco se usa a língua no cotidiano, inclusive nas universidades. “Apesar das influências culturais, nós não utilizamos no dia a dia e não temos o costume de ser um país falante no idioma”, aponta Luciano Luti, coordenador nacional da United Idiomas. De acordo com levantamento do British Council, instituição pública do Reino Unido, apenas 5% da população brasileira é fluente no idioma. “O inglês ainda acompanha o desenvolvimento econômico dessa porcentagem. Então, estamos falando de pessoas que têm acesso à universidade e uma boa renda econômica (classe média ou média alta)”, destaca Luti. “A grande maioria da população não tem acesso à língua, pois o idioma é considerado um item de luxo”, completa.

Lucas Rodrigues Freire, 21 anos, é formado em análise e desenvolvimento de sistemas pela Universidade Católica (UCB) e nunca fez curso particular de inglês. “Busquei aulas gratuitas na internet e algumas matérias que comprei. Mas não consegui aprender, e não tive paciência para continuar tentando”, analisa. Para ele, a única motivação para aprender o idioma seria o fato de ser considerado um item “obrigatório” para a carreira. “Sou da área de informática; então, era para eu ter um inglês avançado, pois é muito importante para me dar bem no mercado de trabalho”, admite. O morador de Samambaia considera que tem um nível básico na língua. “Na escola, não ensinavam quase nada, foram vários anos somente falando do verbo to be”, afirma.

## Comparação de gênero

Será que as mulheres falam melhor a língua inglesa do que os homens? Sim! Essa é a constatação aferida em todos os oito índices da EF mundialmente. O fato de as brasileiras terem mais escolaridade que os brasileiros puxa essa conclusão para cima: a pesquisa considerou o fato de as mulheres serem mais propensas a concluir o ensino médio e a frequentar as instituições do ensino superior. Maria Eugênia Sanson, da Cultura Inglesa, observa que o resultado pode ter a ver com características que ela considera femininas. “As mulheres, de forma geral, são mais motivadas, dedicadas ao estudo e à aprendizagem do idioma, usando diferentes estratégias para se desenvolver”, analisa. Luciano Luti, da United Idiomas, acredita que há também uma questão de som por trás disso. “O homem brasileiro geralmente tem um tom de voz muito grave e, no inglês, o tom é acima (agudo) — às vezes, até estridente em momentos de simpatia. Por isso, avalio que é mais fácil para as mulheres passarem a compreender e a se comunicar na língua”, diz.

## Aulas de física em outra língua na UnB

O Brasil tem de correr atrás para recuperar e aumentar o nível de proficiência no idioma. Boas iniciativas nesse sentido existem por aí. Uma delas, na UnB, onde um professor resolveu dar aulas de física em inglês! Demétrio Filho, do Instituto de Física, ofereceu, pela primeira vez, a disciplina física 1 no idioma no semestre de verão da instituição. Alunos de várias graduações cursam a disciplinas, incluindo os estudantes de física, matemática, química e engenharias. “É importante notar que outros cursos têm esse tipo de proposta de dar aulas em inglês, como letras. Mas dentro da física não tinha uma matéria do ciclo básico totalmente no idioma”, observa.

Demétrio é mestrando em física pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e explica a motivação. “Eu pensei nessa questão da internalização. Muitos alunos investiram no inglês como segunda língua, mas, quando entram na universidade, param de praticar. Além disso, escolas bilíngues em Brasília estão crescendo e estender essa ideia seria o ideal”, afirma. O professor observa que a dificuldade dos estudantes matriculados na classe não era o idioma em si, mas, sim, o vocabulário, ou seja, o inglês técnico, que é diferente do usado para conversação.

Alunos como Maria Clara Fernandes, 19 anos, que cursa o 3ª semestre de engenharia ambiental, adoraram a ideia. Tanto que, apesar de já ter cursado física 1, resolveu ajudar o professor como monitora da matéria para poder acompanhar as aulas. “Isso é muito importante porque, se a pessoa não sabe inglês, fica muito restrita no mundo dela”, diz. “Eu tive dificuldade com o linguajar técnico da matéria, mas peguei rápido”, conta. Outro que resolveu se tornar monitor para conferir as aulas em inglês foi Luís Eduardo Curi Serra, 19, estudante do 3º semestre de engenharia mecânica.

Mariana Rizzo, 18 anos, estudante do 4º semestre de química, conta que não sabia que a disciplina seria em inglês quando se matriculou. “A turma de português estava lotada e não tinha como entrar”, lembra. O idioma, porém, não foi desafio. “Para mim foi fácil, porque fiz inglês desde pequena e também já fui para exterior por turismo. A minha dificuldade foi na física mesmo”, afirma. Rafael de Oliveira, 21 anos, estudante do 2º semestre de engenharia química, percebe a importância da iniciativa. “Caso siga área acadêmica, eu terei que produzir textos em inglês; então, é uma boa ajuda”, elogia.

“Eu já tinha sido reprovado nessa matéria duas vezes em português. Quando vi que tinha me matriculado na turma de inglês, foi um baque”, conta Calebe Velasco, 21 anos, do 4º semestre de química licenciatura. Desta vez, porém, ele conseguiu terminar o semestre aprovado. “Eu sei um pouco de inglês, mas fiquei mais preocupado com termos técnicos em inglês da disciplina. Mas nós tivemos ajuda do professor, dos meus colegas e dos monitores”, relata. “O incrível é que acabou sendo uma maneira mais fácil para mim”, afirma.

## Perguntas para

Carina Fragozo, graduada em letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC- RS), autora do livro *Sou péssimo em inglês — tudo que você precisa saber para alavancar de vez o seu aprendizado*, dona do canal do YouTube *English in Brazil*

Qual o objetivo do livro?

Sempre quis escrever um livro! Por causa da visibilidade do meu canal do YouTube,

recebi convite da editora para participar da série Sou péssimo em. Na obra, cito os fatores pelos quais o brasileiro costuma ser péssimo em inglês. Então, uni o meu conhecimento acadêmico com à experiência com o grande público para dar dicas práticas. O meu livro é um guia para estudar inglês, é como se fosse um coach. Não é uma gramática, eu ensino a estudar e como tornar esse processo mais prazeroso.

Quais são os motivos para o brasileiro ser péssimo em inglês?

Eu tenho pensado muito sobre esse assunto. Todo mundo sabe que o inglês abre portas em nível nacional e internacional e facilita no mercado de trabalho. Mesmo assim, apenas 3% da população brasileira é fluente no idioma. São vários fatores que explicam isso: há um ensino muito voltado para as regras da gramática e não para a comunicação (isso não necessariamente tem relação com o profissional que dá as aulas, é uma questão do sistema). Além disso, temos pouco tempo para estudar inglês nas escolas, geralmente, 50 minutos. Outro fator: não precisamos falar inglês para viver aqui, quando praticamos, é sempre em contextos artificiais (salas de aulas, reuniões, trabalho, turismo). Outros motivos: temos medo de falar.

Os cursos de inglês no Brasil são ultrapassados?

Há cursos e cursos... Então, não podemos dizer que todos são ruins. O que acontece é que algumas escolas aceitam professores sem formação. Por exemplo, aquele docente que viajou e aprendeu a língua pode ser contratado, mas não necessariamente ele domina a didática. Acho isso bem perigoso.

Quais as dicas para quem vai começar ou retomar os estudos?

Cuidado com anúncios que prometem fórmulas milagrosas para aprender o idioma fluentemente em pouco tempo. Aprender uma língua estrangeira é um processo demorado e requer dedicação. Recomendo estabelecer metas de curto prazo (por exemplo: até semana que vem, quero ser capaz de pedir um café em inglês) e registrar todas as metas que cumprir. Desse modo, você consegue visualizar o desenvolvimento. Em segundo lugar, não tenha medo de errar. Nossos equívocos são evidência de que o aprendizado está em andamento. Em terceiro lugar, é melhor estudar e praticar um pouquinho todos os dias do que estudar por longos períodos apenas aos fins de semana.

Leia!

Sou péssimo em inglês: Tudo que você precisa saber para alavancar de vez o seu aprendizado

Autora: Carina Fragozo

Editora: Harpercollins Brasil

128 páginas

R\$ 31,60

Pode não parecer, mas estudar inglês não é coisa de outro mundo. Falta de foco, dificuldade de entender o que é falado, medo de errar e falta de afinidade com a língua podem ser pedras no sapato de quem está tentando aprender o idioma mais influente do mundo. Carina Fragozo analisa todos esses problemas e explica as soluções, com dicas práticas para ajudar o leitor a mudar sua relação com a língua inglesa e extrair dela o melhor que puder.

Participe!



Rizia Prado oferece curso on-line de inglês voltado para empreendedores do agronegócio ou profissionais que atuam nesse setor. As inscrições podem ser feitas até 14 de março no site [bit.ly/2GqHPG](http://bit.ly/2GqHPG). A capacitação é gratuita e ajudará o participante a aprender vocabulário técnico da área.

## Palavra de especialista

Apesar de não ser a língua mais falada do mundo (que é o mandarim), o inglês é uma língua comercial. Muitas pessoas precisam desse idioma para ontem porque estão perdendo oportunidades, como empregos e promoções, pela falta dessa capacidade. O que digo sobre isso é: você se atualiza ou se atualiza! Cada vez mais, haverá menos chances para quem não domina o idioma. No mercado do agronegócio, responsável por 25% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o inglês virou um requisito básico. Várias empresas desse setor exigem que o funcionário saiba essa língua. A fluência ainda é tabu, existe o mito de que ser fluente é saber toda a gramática. Mas ninguém lembra as regras gramaticais ao conversar. Ser fluente é se comunicar sem dificuldade, com confiança e entender a mensagem passada (ouvir, entender e depois falar).

Rizia Prado, especialista em inglês agro pela Oxford Seminars

## Passo a passo da fluência

Confira orientações de Luciano Luti, coordenador nacional da United Idiomas, Maria Eugênia Sanson, diretora acadêmica da Cultura Inglesa, e Bianca Way, diretora de ensino do Centro de Cultura Anglo Americana CCAA).

- » Pratique com frequência. Separe 15 minutos do dia para estudar, faça isso em qualquer lugar que desejar. Para quem está começando, é melhor praticar um pouco diariamente do que por três horas seguidas de uma vez. Quem tem mais proximidade com o idioma pode aprimorá-lo com mais horas de estudo. Quanto mais, melhor!
- » Vá às aulas. Para aprender uma língua, é preciso se dedicar, começando por frequentar um curso e manter a concentração nesses momentos. Então, deixe de lado smartphones e tablets, a não ser que seja para consultar expressões.
- » Aprimore seu listening. Isso é, dê atenção ao som: a partir de atividades simples, como ouvir músicas, você poderá melhorar o vocabulário. Primeiro, tente entender e preste atenção sem conferir a letra da música; depois, ouça conferindo; por último, ouça sem a letra novamente. Vale lembrar que nem sempre as letras de músicas seguem as normas gramaticais.
- » Aposte em filmes e séries. Eles podem ajudar a aprender inglês dando boas risadas! Quando o nível é intermediário ou avançado, e o conhecimento básico está enraizado em você, é possível maratona essas produções audiovisuais sem legenda (para forçar o ouvido a entender). Caso não seja fácil, ative as legendas no idioma para evitar que as palavras e expressões passem despercebidas. Não necessariamente se deve parar para anotar cada termo desconhecido e pesquisar o significado. O objetivo é aguçar a interpretação e compreender a língua pelo contexto.
- » Encontre a turma para praticar. Combine com colegas de trabalho ou amigos para usar a língua em determinadas situações ou horas do dia.

» O poder de artigos, revistas e livros. Essas são outras formas de ter contato com o inglês, escolha uma ou outra palavra que não conhece para verificar no dicionário e expandir seu vocabulário.

» Errar é essencial para aprendizagem. Não tenha vergonha nem medo de cometer erros! Aprender não deve ser motivo de constrangimento nem impedir de continuar tentando.

» Pense em inglês. Como seria aquela frase na língua inglesa?

» O vocabulário. Pegue um papel e anote cinco palavras desconhecidas todos os dias e as mentalize. Em um ano, serão 1.825 palavras conhecidas.

## Guia para concurseiros

Rodrigo Berghahn, coordenador da Minds Idiomas, dá dicas para quem precisa dominar o inglês para passar em concursos públicos

- A organização é essencial. Isso porque o concurseiro tem muitas matérias para estudar. Por isso, muitos deles deixam de lado o estudo do inglês que pode ser justamente a chave para passar no concurso. Estude uma hora por dia e, no tempo livre, leia jornais e portais em inglês e veja filmes sem legenda (a não ser que isso ainda não seja possível);

- Não deixe de lado a parte gramatical. Dedique pelo menos 20 minutos diários para estudar a norma culta da língua inglesa. Use os outros 40 minutos para ler textos e praticar interpretação;

- Sabichões também precisam revisar. Quem já sabe bem a língua e se garante nela acaba, por vezes, deixando de estudar esse conteúdo. No entanto, é importante revisar, pois a tendência de esquecer, principalmente, as regras gramais é grande.

- Fique atualizado. A maior parte das questões aborda contextos atuais. Ou seja, fatos que estão ocorrendo na política, na sociedade, no meio ambiente. Isso exige do candidato estar antenado com o que está acontecendo no Brasil e no mundo, ter capacidade analítica e entender o objetivo do texto.

\*Estagiária sob a supervisão da subeditora Ana Paula Lisboa

topo 

## G1 - TEMPO REAL

**Projeto gratuito de inovação empresarial tem 80 vagas abertas na região de Piracicaba**

**Encontros têm objetivo de promover ações estratégicas para fortalecimento de empresas com dificuldade.**

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) está com 80 vagas abertas para o programa Agentes Locais de Inovação para a região de Piracicaba (SP). O evento é voltado para pequenas e microempresas com dificuldades de faturamento. A inscrição é gratuita e deve ser feita até 28 de março.

São 40 vagas Piracicaba (SP), 20 em Limeira (SP) e 20 em Americana (SP), onde podem participar também moradores de Santa Bárbara d'Oeste (SP) e Nova Odessa (SP). Os encontros começam em março e terão duração de até sete meses, com atividades

coletivas e acompanhamento pessoal.

De acordo com a organização, as oficinas contam com a participação de bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o objetivo é promover a competitividade das micro e pequenas empresas.

No programa, empresários receberão orientações para o desenvolvimento de novos produtos, serviços e modelo de negócios, aumentando, assim, a participação no mercado.

Os interessados devem se inscrever por meio de uma página na internet. O telefone do Sebrae é o (19) 3412-1070.

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Parecia fake news**

Uma das grandes batalhas que unem educação e jornalismo é contra as notícias falsas. Educadores do mundo todo têm se desdobrado para pesquisar e encontrar soluções sobre como ensinar a diferenciar uma informação confiável das fake news. E o público-alvo somos todos nós: crianças, jovens, adultos e idosos. O problema é quando a informação verdadeira é quase impossível de acreditar.

Na semana passada, deparei-me com o hoje famoso e-mail enviado pelo Ministério da Educação (MEC) a escolas de todo o País, públicas e particulares. A diretora que o recebeu e me ligou era um misto de desespero e incredulidade. Para acalmá-la, eu disse que nada daquilo parecia verdade e que iria apurar rapidamente.

Minha primeira atitude foi procurar a equipe do Estadão Verifica, Caio Sartori e Alessandra Monnerat, jornalistas treinados para checar a veracidade das informações que chegam por qualquer mídia. Eles acharam graça no “pretenso” comunicado do MEC, parecia irreal, mas não encontraram nenhum indício de falsidade. Acendeu um alerta, mas continuei desconfiada.

Recentemente falei de educação midiática aqui na coluna e de uma viagem que fiz aos Estados Unidos para conhecer projetos sobre o assunto. A educação midiática busca ensinar cidadãos a analisar criticamente as informações que recebem. Ou seja, não acreditar de cara – e não repassar – o que chega pelo WhatsApp, e-mail, Facebook etc.

Entre as ferramentas que aprendi para ajudar a desmascarar uma notícia falsa estão: ler nas entrelinhas, procurar alertas de estereótipos, soluções fáceis e técnicas para chamar a atenção. Fora isso, tentar estabelecer qual seria a relação com a realidade do que você está lendo ou vendo.

O que primeiro chamou a minha atenção foi o slogan da campanha de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, colocado numa carta que deveria ser lida aos estudantes. E ainda associado a uma valorização do Hino Nacional, algo que Jair Bolsonaro havia repetido durante a campanha. Parecia um estereótipo perfeito para um comunicado fake do MEC.

Alguém mal intencionado, que tivesse criado aquilo, faria uma mensagem justamente com algo que mostrasse intenção de doutrinação ideológica, o que o governo diz querer combater.

Depois, notei que o e-mail pedia para que as crianças fossem filmadas sem qualquer menção à autorização dos pais. Dava até detalhes de quantos mega bytes deveria ter o vídeo, que era para ser enviado para o MEC. Qualquer um diria que isso não podia ter relação com a realidade.

Ainda mais que o pedido vinha de quem comanda a educação no País, que deveria zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Só podia ser mentira, quase conclui. Fake news.

Mas outras escolas também começaram a receber a mesma comunicação. Será que um hacker teria invadido o mailing do MEC?

Nada disso. Procurei o ministério e tive a confirmação oficial. Era tudo verdade. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez tinha feito o inacreditável. Juntou o Hino Nacional com pedidos completamente fora da lei e criou a maior confusão no País. Teve de reconhecer o erro e voltar atrás, duas vezes.

Quando o que parece incontestavelmente fake é verdade, só se pode concluir que quem está a anos-luz da realidade são algumas autoridades. O problema não é de informação, mas de formação. Torna-se mais importante ainda investir em educação de qualidade – em vez de se preocupar com o Hino Nacional. Para formar cidadãos mais plenos, com senso crítico apurado, que irão escolher nossos representantes no futuro.

É REPÓRTER ESPECIAL DO ESTADO E FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)

topo ↕

## O GLOBO - RJ - ECONOMIA

### Multa para cancelar matrícula pode ser abusiva

### Universidades particulares retêm 20% do valor pago. Especialistas divergem sobre a legalidade dessa prática

Alegria de passar para uma universidade pública tem se misturado a um sentimento de indignação entre muitos estudantes. Quem fez matrícula em instituições privadas — que realizam as inscrições bem antes da classificação do Sisu sair em janeiro — tem arcado com multa de 20% do montante pago ao desistir da vaga. Em alguns casos, essa multa pode chegar ao equivalente a R\$ 2 mil. Pais e estudantes reclamam que o valor é muito superior ao custo que as universidades têm com a matrícula nos casos dos pedidos de suspensão do contrato feitos antes do início das aulas.

— Eles alegam que está no edital, mas o que justifica a retenção de R\$ 2 mil? Na minha matrícula, recebi um bloco e uma garrafa plástica de brinde. Isso vale R\$ 2 mil? Sem falar no valor da inscrição para o vestibular, nada menos de R\$ 600 — queixa-se o estudante Henrique Dutra, de 20 anos, que pediu o cancelamento da matrícula do curso de Medicina da Souza Marques assim que passou para a UFRJ. O advogado Rogério Zouein também não concordou com a retenção pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de R\$ 900, parte da matrícula de seu filho Bruno, de 17 anos, que desistiu do curso que havia se inscrito após ter conquistado uma vaga na UFRJ. —A inscrição que ele fez na FGV e o respectivo cancelamento tomaram alguns minutos dos atendentes da faculdade. Entendo que poderiam até cobrar uma taxa pelos custos desse serviço, a qual, imagino, não passaria de R\$ 40, R\$ 70 —diz o advogado.

## PREVISÃO NO CONTRATO

Ao reclamar na instituição, Zouein conta que a atendente alegou o custo das provas de seleção, apesar de haver outra cobrança no processo, e o fato de a multa estar prevista no edital. — O edital não pode violar normas legais, e essa é uma cláusula que promove um enriquecimento sem causa. As universidades acharam uma fórmula fácil de arrecadação — diz o advogado, acrescentando que, há dois anos, quando a sua filha prestou vestibular para a PUC, a devolução era integral (atualmente a multa lá também é de 20%). Procurada, a FGV-Rio disse que a multa é compensatória, prevista em contrato, analisada e validada pelo Judiciário. A Souza Marques disse praticar a devolução prevista em contrato. A legalidade da cobrança divide os especialistas. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) publicou nota técnica no ano passado prevendo a possibilidade de cobrança de multa, mas ressalta que é necessário haver razoabilidade.

Entre os Procons há divergência. O Procon-RJ, por exemplo, considera a cobrança legal, desde que prevista no edital. O órgão é citado em nota da Pontifícia Universidade Católica (PUCRio), que foi perguntada sobre a cobrança: “Segundo entendimento do Procon, instituições de ensino podem reter 20% da taxa de reserva de vaga, no caso de desistência do aluno antes do início das aulas. Mesmo entendimento traz o parecer 377/94, do então Conselho Federal de Educação”. A PUC-Rio destaca que prevê a multa em seu edital, no site e no contrato.

— Se estiver no contrato, a multa rescisória de até 20% é considerada razoável, afinal, houve a reserva de vaga. Se não estiver em contrato, a cobrança é abusiva — diz Soraia Panella, coordenadora de Atendimento do Procon-RJ.

## PROCON-SP VÊ ABUSO

No entendimento de Fernando Capez, diretor executivo do Procon-SP, o valor da matrícula deveria ser devolvido integralmente no caso de cancelamentos anteriores ao início das aulas. Ele diz que a retenção de percentual é abusiva, e, se houver denúncia, as universidades devem ser multadas pelo Procon-SP: — Não existe despesa que justifique a cobrança, nem prejuízo, já que a universidade pode chamar outro candidato para o preenchimento da vaga. Mesmo que não se levem em consideração as regras do Código de Defesa do Consumidor, é vedado a qualquer contrato o enriquecimento indevido de uma das partes. O advogado Igor Marchetti, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), defende que a universidade só pode reter do valor da matrícula parcela referente agasto que puder comprovar: — Se o cancelamento for pedido depois das aulas terem começado, no entanto, pode-se reter até 10% do valor de todo contrato, ou seja, as somas das mensalidades. Janaina Mallet, coordenadora jurídica da Associação de Defesa do Consumidor (Apadic), por sua vez, considera que é legal a multa de até 10% pelo cancelamento, mesmo antes do início do ano letivo: — É até 10%, pois deve haver razoabilidade em relação ao serviço prestado.

“Se tiver estipulada em contrato, a multa rescisória de até 20% é considerada razoável”  
Soraia Panella, coordenadora de Atendimento do Procon-RJ

“Não existe despesa que justifique a cobrança e nem prejuízo, já que a universidade pode chamar outro candidato” Fernando Capez, diretor do Procon-SP

topo ↕

## A TRIBUNA DE SANTOS - SP - EDUCAÇÃO

### Universidades oferecem cursos e atividades práticas a alunos

■ ■ ■ As instituições de Ensino Superior da Baixada afirmam oferecer ações e cursos para incentivar o interesse pela docência. Parcerias que garantam a presença dos estudantes na sala de aula são as principais delas. No Centro Universitário São Judas Tadeu – Campus Unimonte, há cerca de 350 estudantes, entre Pedagogia e pós-graduação na área da educação. Além das atividades com escolas, os alunos têm contato com profissionais da área em aulas especiais, bate-papos e palestras na instituição. Na Universidade Santa Cecília (Unisanta), o número total de formandos em cursos de licenciatura, presenciais e a distância (EaD), foi de 238 em 2016 para 532 em 2018. Um dos incentivos é o programa Residência Pedagógica. Segundo o coordenador do projeto, Fabio Giordano, a ação ocorre em parceria com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e as prefeituras de Santos e São Vicente. A finalidade é dar ao universitário, que recebe bolsa auxílio, a oportunidade de vivenciar o dia a dia das escolas. Na Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), o curso de Pedagogia passou de 16 para 25 formandos, de 2016 para 2018. Oferecem-se cinco cursos presenciais de licenciatura e 15 na modalidade EaD. Desde o ano passado, também há o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Residência Pedagógica, com bolsas da **Capes** e da instituição. Ainda acontecem, em média, 20 simpósios anuais, com experiência e visão de especialistas, profissionais e estudantes. Porém, apesar do resultado positivo em atrair o interesse por algumas áreas, o desafio em outras é grande. A Universidade Católica de Santos (UniSantos), por exemplo, oferece sete licenciaturas. O curso de Letras teve alta de 27% de concluintes em relação a 2017 e de 37% quanto a 2016. Mas, no ano passado, o curso de Matemática teve queda de 80% no número de concluintes se comparado a 2017 e 2016.

A UniSantos também possui parceria com a **Capes** para ofertar o Pibid e o Programa Residência Pedagógica. A Unaerp Guarujá tem cursos de Educação Física e de Pedagogia (EaD). No primeiro, os estudantes participam do Projeto Escola da Bola, para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. No curso de Pedagogia EaD, além dos estágios supervisionados, a instituição promove vivências educativas. Os alunos podem desenvolver práticas na oficina da brinquedoteca, com atividades lúdicas, leitura e interação social.

topo ↕

## O ESTADO - MS - PAINEL

### Paranoia

O titular do MEC foi aconselhado por assessores a usar assinatura diferente da que chancela atos da pasta na polêmica carta que enviou às escolas. Motivo: receio de que falsificassem sua rubrica.

topo ↕

## F5 - TEMPO REAL

### Mestrado Profissional em Educação: prazo para inscrição encerra dia 7 de março Programa oferece 908 vagas pelo Brasil; 24 em Sergipe e está aberto a profissionais com graduação

Está se encerrando o prazo para inscrições no processo seletivo para a terceira turma do Mestrado Profissional em Educação (ProfEPT). O Instituto Federal de Sergipe (IFS) ofertará, no total, 24 vagas – 12 para servidores e 12 para o público externo. As

inscrições ficarão abertas até o dia 7 de março através do site e custarão R\$ 70.

O Exame Nacional de Acesso (ENA) acontecerá no dia 5 de maio, com aplicação no estado para o qual o interessado se candidatou na inscrição. A seleção consiste em uma prova de múltipla escolha cuja base bibliográfica está indicada no edital de abertura do ENA. Já o resultado final desse certame está previsto para ser divulgado 17 de junho, com matrículas entre os meses de junho, julho e agosto, e início das aulas em agosto de 2019.

Mais informações podem ser obtidas pelo edital, pelo e-mail [profapt@ifes.edu.br](mailto:profapt@ifes.edu.br) ou com a coordenação das instituições associadas.

Sobre o programa

O ProfEPT é um programa de pós-graduação em rede nacional reconhecido pela **Capes** que tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica. Busca, ainda, ampliar a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos através da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. É ofertado na modalidade semipresencial pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

topo ↕

## TOP MÍDIA NEWS - NOTÍCIAS

### **OPORTUNIDADE: UFMS tem mestrado e pós-graduações com vagas abertas**

**As vagas são para Campo Grande, e para os campus de Corumbá e Três Lagoas**

Aos interessados em mestrado e doutorado, a UFMS está com quatro turmas de mestrados e um doutorado com oportunidade de ingresso. As vagas são para Campo Grande, e para os campus de Corumbá e Três Lagoas. As inscrições podem ser feitas pelo Portal de Pós-Graduação da Universidade.

O Programa de Pós-Graduação em Educação, do Campus de Três Lagoas, recebe até 1º de março propostas de pesquisa para vinte e quatro vagas.

Com inscrições abertas até o dia 11/3, as oportunidades são: para o Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PGRN), com oferta de sete vagas remanescentes, na Cidade Universitária; para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF), para preenchimento de 13 vagas remanescentes, no Campus do Pantanal – Corumbá; e para o doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Campus de Três Lagoas.

**INÉDITO** – Aprovado em dezembro de 2018, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento oferece vinte vagas, para formação da primeira turma do Mestrado. As propostas podem ser enviadas até o dia 20 de março. O Mestrado, inédito no Estado, está sendo oferecido pelo Instituto Integrado de Saúde (Inisa) e tem como área básica de conhecimento Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

São duas, as linhas de pesquisa do novo Mestrado: aspectos profiláticos e terapêuticos da atividade física em diferentes condições de saúde; e processos de avaliação e modelos de intervenção aplicadas ao desempenho físico e esportivo. O Mestrado em Ciências do Movimento é voltado para o estudo dos aspectos biológicos do movimento

humano e da reabilitação, e visa à melhoria da saúde e do desempenho físico-funcional dos indivíduos e grupos populacionais.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### Parecia fake news

#### **O slogan da campanha era o estereótipo perfeito para um e-mail falso do MEC**

Uma das grandes batalhas que unem educação e jornalismo é contra as notícias falsas. Educadores do mundo todo têm se desdobrado para pesquisar e encontrar soluções sobre como ensinar a diferenciar uma informação confiável das fake news. E o público-alvo somos todos nós: crianças, jovens, adultos e idosos. O problema é quando a informação verdadeira é quase impossível de acreditar.

Na semana passada, deparei-me com o hoje famoso e-mail enviado pelo Ministério da Educação (MEC) a escolas de todo o País, públicas e particulares. A diretora que o recebeu e me ligou era um misto de desespero e incredulidade. Para acalmá-la, eu disse que nada daquilo parecia verdade e que iria apurar rapidamente.

Minha primeira atitude foi procurar a equipe do Estadão Verifica, Caio Sartori e Alessandra Monnerat, jornalistas treinados para checar a veracidade das informações que chegam por qualquer mídia. Eles acharam graça no “pretensso” comunicado do MEC, parecia irreal, mas não encontraram nenhum indício de falsidade. Acendeu um alerta, mas continuei desconfiada.

Recentemente falei de educação midiática aqui na coluna e de uma viagem que fiz aos Estados Unidos para conhecer projetos sobre o assunto. A educação midiática busca ensinar cidadãos a analisar criticamente as informações que recebem. Ou seja, não acreditar de cara - e não repassar - o que chega pelo WhatsApp, e-mail, Facebook etc.

Entre as ferramentas que aprendi para ajudar a desmascarar uma notícia falsa estão: ler nas entrelinhas, procurar alertas de estereótipos, soluções fáceis e técnicas para chamar a atenção. Fora isso, tentar estabelecer qual seria a relação com a realidade do que você está lendo ou vendo.

O que primeiro chamou a minha atenção foi o slogan da campanha de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, colocado numa carta que deveria ser lida aos estudantes. E ainda associado a uma valorização do Hino Nacional, algo que Jair Bolsonaro havia repetido durante a campanha. Parecia um estereótipo perfeito para um comunicado fake do MEC.

Alguém mal intencionado, que tivesse criado aquilo, faria uma mensagem justamente com algo que mostrasse intenção de doutrinação ideológica, o que o governo diz querer combater.

Depois, notei que o e-mail pedia para que as crianças fossem filmadas sem qualquer menção à autorização dos pais. Dava até detalhes de quantos mega bytes deveria ter o vídeo, que era para ser enviado para o MEC. Qualquer um diria que isso não podia ter relação com a realidade.

Ainda mais que o pedido vinha de quem comanda a educação no País, que deveria zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Só podia ser



mentira, quase conclui. Fake news.

Mas outras escolas também começaram a receber a mesma comunicação. Será que um hacker teria invadido o mailing do MEC?

Nada disso. Procurei o ministério e tive a confirmação oficial. Era tudo verdade. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez tinha feito o inacreditável. Juntou o Hino Nacional com pedidos completamente fora da lei e criou a maior confusão no País. Teve de reconhecer o erro e voltar atrás, duas vezes.

Quando o que parece incontestavelmente fake é verdade, só se pode concluir que quem está a anos-luz da realidade são algumas autoridades. O problema não é de informação, mas de formação. Torna-se mais importante ainda investir em educação de qualidade - em vez de se preocupar com o Hino Nacional. Para formar cidadãos mais plenos, com senso crítico apurado, que irão escolher nossos representantes no futuro.

\* É REPÓRTER ESPECIAL DO ESTADO E FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

### **Dez escolas querem gestão compartilhada com a PM no Distrito Federal Em busca de mais segurança e disciplina, instituições vão debater com a comunidade escolar a adesão ao modelo. GDF vai priorizar piores**

Um mês após quatro escolas públicas do Distrito Federal iniciarem o modelo de gestão compartilhada com a Polícia Militar (PMDf), outros colégios manifestaram interesse em participar do projeto. Diretores, professores e pais de alunos procuraram as regionais de ensino para saber como ocorrerá o processo de expansão e cogitar a probabilidade de fazerem parte da iniciativa.

Até o momento são 10 escolas, localizadas em Samambaia, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo II, Sobradinho, Paranoá, Recanto das Emas, Guará e Estrutural. Essas instituições vão iniciar os debates com a comunidade escolar. A ideia é discutir a novidade e submeter a implementação da medida a uma votação, assim como ocorreu nas unidades em que o modelo já funciona.

As escolas acreditam que a gestão compartilhada com a PM vai ajudar a melhorar questões como segurança, disciplina e desempenho na aprendizagem. Embora ainda não haja estudos para aferir resultados da gestão compartilhada, a esperança é conseguir reverter uma realidade de violência e precariedade nas imediações das escolas.

Desde 11 de fevereiro, quando começou o ano letivo, a PM está: no Centro Educacional (CED) 1 da Estrutural; no CED 308 do Recanto das Emas; no CED 7 de Ceilândia; e no CED 3 de Sobradinho. Conforme noticiado pelo Metrôpoles, pouco menos de um mês após a implementação da novidade, a comunidade escolar já sente os efeitos e elogia as mudanças.

O Governo do Distrito Federal (GDF) pretende expandir o modelo para 40 das 693 instituições públicas do DF. Isso deve ocorrer até o fim do ano. Por enquanto, são feitas análises pelas secretarias de Educação e de Segurança, pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros. As conversas

preliminares são uma tentativa de se antecipar às sondagens do Executivo local.

“Um sonho”

O filho de Suellen Thaís Ribeiro Kreiser, 32 anos, Jonathan Ribeiro, 10, estuda no Centro de Ensino Fundamental (CEF) 2 localizado no Riacho Fundo II. Para ela, a mudança seria “um sonho”. “Fomos esquecidos pelo poder público. Uma escola militarizada melhoraria a disciplina, a segurança. Traria ainda os benefícios para a comunidade. Tem muito assalto aqui no Riacho Fundo II, perto da escola, muita gente vendendo droga. A presença da polícia ajudaria”, afirmou.

A estudante de pedagogia relata que o CEF 2 teve ganhos significativos após a entrada da nova diretoria. “Eles separaram as turmas dos pequenos [até 11 anos] das outras. Tínhamos relatos de tráfico, brigas. Só aí já melhorou demais”, diz.

A vice-diretora do CEF 2, Cláudia Cristina Soalheiro Silva, afirma que aciona o Conselho Tutelar e a polícia quando precisa.

“Já tivemos uma ocorrência de tráfico e uso de drogas dentro da escola. Levei o caso para a Delegacia da Criança e do Adolescente. Reduzimos bastante essa questão das drogas e da violência com a mudança de turno e a parceria com a sargento Rosana, que nos auxilia dentro da instituição. Existem diversas soluções e maneiras de se melhorar o sistema, mas acreditamos na gestão compartilhada”, disse.

A Mãe de Mielly Lopes, aluna do 5º ano, Viviane Lopes, 37, é enfática: “Precisamos de policiamento. Tem muito traficante na região. É bom para os alunos e para os professores”, acredita a dona de casa.

**Critérios de expansão do projeto**

O pedido das instituições de ensino para conhecer o modelo e debater com a comunidade escolar não é uma garantia de que as escolas serão escolhidas para participar do projeto. De acordo com a Secretaria de Educação, serão avaliados critérios como a nota da instituição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a violência na região e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da localidade.

O chefe da pasta, Rafael Parente, ressalta já haver um estudo em andamento que identificou 175 colégios com o pior desempenho da rede. Essas serão as chamadas “escolas prioritárias”. Além disso, há uma identificação das áreas com os maiores índices de violência.

Vamos cruzar essas duas listas e definir as escolas que receberão a expansão da gestão compartilhada. Depois disso, diretores, sindicatos e centros de ensino precisam fazer assembleias para ver a aprovação da comunidade”

**Rafael Parente, secretário de Educação**

O modelo em escolas públicas é inédito na capital. Os PMs que atuam nos centros de ensino são responsáveis pelas atividades burocráticas e de segurança, como controle de entrada e saída, horários e filas, além de darem aulas de musicalização, ética e cidadania no contraturno.

Orientadores, coordenadores e professores permanecerão encarregados do conteúdo

pedagógico das classes, como ocorre nas que já têm o modelo implementado.

O investimento da PMDF para assumir a responsabilidade é de R\$ 200 mil por ano. Cerca de 20 militares atuam em cada uma das instituições escolhidas.

Responsável pelo Comando de Policiamento Escolar da PMDF, o coronel Alexandre Ferro afirma que a visão positiva do Programa Escola Gestão Compartilhada se mostrou preponderante durante as audiências públicas realizadas antes da implantação nas quatro escolas-piloto. “Tanto pais de alunos, estudantes e parte dos professores que eram alvo da criminalidade pediam, há muito tempo, esforço para manter a disciplina”, lembra.

Para o coronel, com o novo modelo, os alunos passam a ser mais assíduos e os professores, mais respeitados. Isso está alinhado à expansão da iniciativa. “Nós temos esse e outros 56 projetos sociais em andamento”, ressaltou.

## Expectativa

Pai de um estudante do Centro de Ensino Fundamental 10 do Guará II, Sebastião de Sousa Brandim, 42 anos, é a favor a ideia. “Aumenta a disciplina dos alunos e reduz o índice de faltas. Conhecemos uma escola em Valparaíso [GO] que foi transformada depois da administração da Polícia Militar. Melhorou demais, e hoje ela é exemplo”, afirmou.

No entanto, o assunto não é consenso na família. O filho, Carlos Daniel, 12 anos, discorda, mas por questões pessoais. “Não quero ter que andar com aquele uniforme, de camisa para dentro, nem cortar meu cabelo curto”, disse.

O adolescente, contudo, faz uma ponderação: “Embora seja contra, acho que vai melhorar a questão das ameaças que a gente sofre. Muitos alunos ficam querendo bater, dizendo que vão matar os outros. Isso deve acabar”, acredita.

Em 2014, um aluno esfaqueou outro em frente à instituição para roubar um celular. Os casos de intriga entre os estudantes também são frequentes.

Sebastião e Carlos Daniel: o pai conhece o modelo implementado em Valparaíso (GO) e aprova a gestão compartilhada com a PM

A diretora do CEF 10, Elizabeth Caetano, confirma o aumento da procura dos pais pelo modelo. Ela afirma que a instituição está aberta às discussões. Porém, tudo deve ser conversado e chancelado pelos professores do centro de ensino.

“Já temos uma parceria com o Batalhão Escolar. Os pais nos perguntaram como funciona a gestão compartilhada e pedimos para que procurem a regional de ensino. Podemos discutir. Se a comunidade aprovar, seremos a favor”, disse Elizabeth.

## Escolas prioritárias

Embora a aceitação do modelo militar tenha sido apontada como positiva por alguns pais e professores, o secretário de Educação, Rafael Parente, resalta que essa não pode ser a única maneira entendida como solução.

“Não adianta ter um trabalho muito bem-feito em alguns colégios se há contradição no

modelo. Vamos alterar o regimento escolar interno. Será rigoroso para todas as escolas. O assunto tem de ser tratado em toda a rede pública, não somente como pontos isolados”, lembrou o secretário.

Entre as mudanças previstas, que devem ser implementadas já após o Carnaval, estão horários rígidos de entrada, punição para violência dentro das escolas, exigência de uniforme e respeito ao professor. Quem desobedecer terá de cumprir serviço comunitário nos colégios. As primeiras a sofrerem essas alterações serão as 175 em pior situação no resultado do Ideb.

“A expansão da gestão compartilhada vai acontecer. É um projeto com aprovação da população. Os relatos são positivos em relação à transformação das escolas. Tem tudo para que isso aconteça. No entanto, não podemos deixar de nos preocuparmos com toda a rede”, completou Parente.

#### Falta de consenso

O assunto, contudo, está longe de ser unanimidade. Alguns deputados distritais e integrantes do Sindicato dos Professores (Sinpro) são contra a gestão compartilhada.

“Somos a favor da Polícia Militar por meio do Batalhão Escolar, mas no portão de entrada de todas as quase 700 escolas públicas do DF. Queremos o mesmo investimentos dessas quatro escolas em todas as outras, mas sem militarização e com R\$ 200 mil por ano”, disse o diretor do Sinpro Samuel Fernandes.

O sindicalista ressalta ainda querer professores de música com instrumentos adequados, docentes de educação física com toda estrutura necessária para trabalhar com os alunos, internet e laboratórios de informática, bem como orientadores educacionais em número suficiente para atendimento de qualidade. “Enfim, 25 profissionais levando educação de qualidade para todas as escolas da rede pública do DF”, analisou.

#### Repercussão na CLDF

Na época em que a medida foi anunciada, alguns distritais se manifestaram contra a iniciativa. “A autonomia dos diretores e docentes está gravemente ameaçada por esse projeto”, disse Fábio Felix (PSol).

“A militarização não implica na aprendizagem dos alunos. Pelo contrário, está na contramão da tendência mundial da educação, que é fortalecer a autonomia dos alunos”, emendou Leandro Grass (Rede).

Leandro Grass chegou a propor um decreto que suspendia a gestão compartilhada, mas o texto foi rejeitado no último dia 13, por 15 votos a 5.

Outros, apesar do tom crítico, foram mais ponderados. “Parece uma jogada de marketing. Não sou contra a medida, acho que tem de ser bem-feita, embasada, com cuidado para todas as escolas”, afirmou Chico Vigilante (PT).

Já o deputado Hermeto (PHS), que é policial militar, defende o modelo anunciado pelo governo. “As escolas militares resgatam algo que está perdido na sociedade: o civismo, o amor à pátria – tudo, claro, respeitando as diferenças de cada um”, apontou. Para ele, a Lei de Diretrizes e Bases precisa ser seguida, mas com a recuperação do respeito ao

professor e à instituição escolar.

No último dia 13, a Promotoria de Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) manifestou-se pela legalidade do projeto-piloto de gestão compartilhada entre a Polícia Militar e a Secretaria de Educação em quatro escolas públicas do DF.

Confira a lista de 10 escolas que procuraram as regionais de ensino e a Secretaria de Educação para manifestar o desejo de aderir ou de conhecer melhor o modelo de gestão compartilhada com a PMDF:

Samambaia

Centro de Ensino Fundamental 507, Samambaia Sul

Centro Educacional 123, Samambaia Sul

Escola Classe 410, Samambaia Norte

Guará

Centro de Ensino Fundamental 10

Núcleo Bandeirante

Centro Educacional 1

Riacho Fundo II

Centro de Ensino Fundamental 2

Sobradinho

Centro de Ensino Fundamental 9

Paranoá

Escola Dra. Zilda Arns

Recanto da Emas

Centro de Ensino Fundamental 206

Centro de Ensino Fundamental 602

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - COLUNAS**

### **Indisciplina e violência nas escolas públicas**

Desde sempre os especialistas na área de educação defenderam a ideia de que a indisciplina é uma forma de violência que mina não apenas as relações entre professores e alunos, mas torna impraticável, de modo explícito, que o processo ensino-aprendizagem se desenvolva naturalmente, impedindo que as escolas exerçam sua atividade mais básica e elementar que é a de educar para a cidadania, instruir para vida.

Mesmo os pedagogos mais modernos enxergam na questão da indisciplina um elemento não a ser melhor trabalhado e entendido em seu contexto, mas a ser banido das salas de aula. A razão para um posicionamento desses, aparentemente tão radical, é de que na vida prática em sociedade, adulto algum consegue inserção adequada sem respeitar as regras básicas do jogo.

O laissez faire, laissez passer, que tão bem funciona nas economias liberais e que, em

síntese significa, deixar as coisas acontecerem naturalmente, ao sabor dos desejos e sem imposições, definitivamente não se aplica às escolas e ao mundo da educação.

Em entrevista que ficou célebre, a especialista em educação Inger Enkvist, do Ministério da Educação da Suécia, um dos países mais avançados quando o assunto é didática de ensino e pedagogia, reconhece a necessidade de os alunos desenvolverem hábitos sistemáticos de trabalho. “Aprender, diz, requer esforço e, quando se deixa os alunos escolherem, simplesmente não acontece.” Segundo ela, o que a nova pedagogia tem conseguido ao reivindicar um papel mais ativo por parte dos alunos, com o fim das aulas expositivas entre outras alterações, é promover a antiescola. Enquanto em países que atingiram um nível de excelência em educação o problema maior é de ordem metodológica, no Brasil essa questão ganha contornos mais dramáticos e primitivos, quando se verifica que o fenômeno da indisciplina, que vem tomando conta das escolas públicas em todo o país, tem tido como resultado a violência explícita.

Nesse quadro desolador de discentes perdidos e violentos é possível rastrear a origem chegando em uma família negligente e desajustada, onde o jovem não é querido, considerado nem recebe o conhecimento de geração a geração passado sobre ética, moral e civismo. Não são só famílias abastadas capazes de transmitir essas lições. Pelo contrário. Muitas delas parecem ter medo dos filhos como um sentimento de culpa por lutar pelo conforto no lugar do amor.

Famílias sem renda também ensinam que não se pode achar nada na rua. O que não é seu não deve ser apanhado. Ensinam a respeitar os mais velhos, cumprimentar as pessoas olhando nos olhos, mostram como é bom abrir a porta para as mulheres passarem. Educar os filhos, independentemente da conta bancária. Depende mesmo da presença do patriarca ou da matriarca, com pulso firme e um colo sempre disponível para o acalanto.

As brigas opondo alunos a alunos e alunos a professores vêm ganhando uma dimensão preocupante com a repetição dos casos de agressão contra professores. Somente na semana que antecedeu o carnaval, uma dezena de casos foram registrados em todo o país.

Em Brasília, no Centro de Ensino Fundamental 25, em Ceilândia, um professor de matemática foi violentamente agredido por um adolescente, com socos, pontapés e uma chamada “voadora” depois de uma discussão banal. Hoje, o Brasil ostenta as últimas posições nos índices de qualidade da educação, sendo, no entanto, um campeão absoluto, quando o assunto é violência nas escolas e particularmente contra os professores.

Os esforços no sentido de instituir a chamada erroneamente de escola militarizada, defendida por uns e atacada por outros, deixa claro que os níveis de violência em nossos estabelecimentos de ensino, chegaram a seu ponto mais alto, sendo necessário a introdução de um regime de educação rígido dentro das escolas. Como medida emergencial, diante da crise, tudo bem. A questão, e todos sabemos disso, é de que essa medida é paliativa, não vai no cerne do problema.

Experiências exitosas e de comprovada eficácia em outras localidades para diminuir os índices de violência nas escolas demonstram que o incremento de práticas artísticas e

desportivas no currículo escolar tem maior poder de ação e de durabilidade, reduzindo esses índices a níveis de primeiro mundo. Música, teatro, artes visuais, corrida, ginástica olímpica, judô e outras práticas têm, junto aos jovens, o apelo que outras medidas para disciplinar as escolas e reduzir a violência, jamais conseguiram. A questão aqui é apresentar outras opções aos jovens proporcionando-lhes escolhas que nem eles próprios imaginaram que existia.

A frase que não foi pronunciada

“A primeira ideia que uma criança precisa ter é a da diferença entre o bem e mal. E a principal função do educador é cuidar para que ela não confunda o bem com a passividade e o mal com a atividade.”

Maria Montessori

História de Brasília

Já está mais do que fora de dúvidas, que o dr. Waldemar Alcântara não serve para o cargo. E para os que não acreditam, fiquem sabendo: o Banco do Nordeste vale muito mais do que pensam.(Publicado em 14.11.1961)

topo ↕

**FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL**

**Se correr o bicho pega**

**A escala de disparates da ala psiquiátrica do Executivo aumenta o poder dos militares no governo**

Passados dois meses de governo Bolsonaro, quanto maiores os disparates produzidos pela chamada ala psiquiátrica do Executivo (centrada na Educação, nas Relações Exteriores, nos Direitos Humanos e, ao que parece, na própria Presidência), aumenta o poder relativo dos militares levados à Esplanada.

Nesta semana foi o ministro Ricardo Vélez Rodríguez que tropeçou nas próprias pernas com a ideia absurda de filmar crianças cantando o hino nacional. Por contraste, o vice Hamilton Mourão foi outra vez à Globonews (27/2) mostrar sensatez, garantindo que as Forças Armadas não vão intervir na Venezuela.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2019/03/se-correr-o-bicho-pega.shtml>

topo ↕

**O GLOBO - RJ - EDITORIAL**

**Estado precisa encontrar solução para os estudantes sem matrícula**

**Erros de gestão fazem com que sobrem vagas no interior e haja déficit na capital fluminense**

Tem, mas está em falta. A Secretaria estadual de Educação vive situação insólita: dispõe de 240 mil vagas ociosas em seus colégios, porém mais de 10 mil estudantes da rede não conseguiram se matricular, justamente por falta de vagas. Explica-se: as matrículas jorram onde não há alunos — em geral, no interior do estado — e faltam onde eles existem aos montes, como nas Zonas Norte e Oeste da capital. Segundo o governo, a situação é mais crítica em bairros como Santa Cruz, Campo Grande, Marechal Hermes, Inhaúma, Ilha e Parada de Lucas.

Levando-se em conta que o estado tem 1.222 colégios e 700 mil estudantes matriculados, um estoque de 240 mil vagas não parece mau negócio. Mas, pelo jeito, a construção de escolas não seguiu critérios de demanda. Trata-se de erro recorrente. Em décadas passadas, o estado fez tantos colégios que não havia alunos para ocupá-los, e sequer estrutura administrativa e pedagógica para mantê-los. Foi o caso dos Cieps, erguidos às centenas durante o governo Leonel Brizola, geralmente em lugares de grande visibilidade, como topo de morros ou beira de estradas. Muitos acabaram transformados em repartições públicas.

Aparentemente, esse modelo equivocada foi replicado por sucessivos governos, o que explicaria o atual desequilíbrio do sistema. O fato é que milhares de estudantes estão hoje fora das salas de aula por erros de gestão.

Um dos fatores que podem ter agravado a situação é a decisão do atual governo de reduzir o número de turmas no período noturno. Para o secretário estadual de Educação, Pedro Fernandes, o horário da noite deve ser escolha do aluno, e não imposição do estado.

Ele disse que o governo pensa em pagar escolas particulares para esses alunos — afirmou que, para isso, já existe uma reserva de R\$ 20 milhões. Mas a equação não é tão simples. A medida dependeria de autorização judicial ou de lei aprovada pela Assembleia Legislativa (Alerj). Além disso, o estado teria de publicar edital fazendo um chamamento público a colégios interessados. Outra iniciativa em andamento é a licitação para construção de dez escolas na capital.

Mas tudo isso de mandaria tempo, e o estado precisa encontrar logo uma solução para o déficit. Como disse ao GLOBO Cláudia Costin, ex-secretária de Educação do município do Rio, quando se nega ao jovem a conclusão de seus estudos, condena-se a próxima geração à pobreza, e amplia-se a desigualdade. Sabe-se que a rede pública estadual tem problemas de sobra — falta de professores em disciplinas importantes, colégios mal conservados, deficiência de equipamentos e laboratórios etc. Mas estar fora é ainda mais trágico.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - OPINIÃO**

### **O desafio de conciliar trabalho e estudo**

Os resultados do Censo Escolar 2018 alertam para um problema crítico e mais urgente a cada ano: as matrículas nas escolas públicas brasileiras vêm caindo desde 2014, e o maior motivo de preocupação é o ensino médio. Nos últimos cinco anos, foram menos 591 mil jovens matriculados, representando uma queda de 7%. Outro dado alarmante é o de distorção idade/série, ou seja, adolescentes e jovens que repetem pelo menos dois anos de escolaridade, e são matriculados em séries não adequadas para a idade. A distorção alcança 24,7% das matrículas nos anos finais do ensino fundamental e 28,2% no ensino médio. Ou seja, milhões de jovens brasileiros não estão conseguindo concluir a educação básica na idade certa.

Essa realidade tem impacto direto no desenvolvimento econômico e social do país, especialmente num momento em que a distribuição demográfica no Brasil é extremamente desafiadora — por volta de 2040, o Brasil vai inverter a pirâmide, e esses jovens farão parte da maioria de pessoas adultas no mundo do trabalho. Estudos do



Ipeae do Banco Mundial, por exemplo, correlacionam a situação da educação brasileira com o aumento da desigualdade social e da violência, e também com a baixa empregabilidade dos jovens e da renda dos trabalhadores com menor escolaridade.

As razões para a evasão escolar estão diretamente associadas à necessidade econômica: centenas de milhares de estudantes, principalmente aqueles de famílias em situação social mais vulnerável, se veem obrigados a abrir mão de sua formação educacional para trabalhar e, assim, ajudar na renda familiar. Dos 48,5 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, 35% só trabalham e não estudam, e 23% não estudam nem trabalham.

Encontrar soluções para que as juventudes brasileiras consigam conciliar estudo e trabalho é um desafio imenso, mas já existem políticas públicas exitosas neste sentido, que têm apresentado resultados benéficos para os jovens, suas famílias e para o desenvolvimento do Brasil.

A Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) determina que empresas de médio e grande porte contratem jovens com idades entre 14 e 24 anos como aprendizes, e estabelece que eles continuem estudando, caso ainda não tenham concluído o ensino médio. Enquanto os jovens recebem a oportunidade do primeiro emprego, os empregadores ganham em suas equipes profissionais criativos e cheios de vontade de aprender, e contribuem com a formação de futuros profissionais, que vão difundir a cultura e os valores da empresa.

A importância da lei é evidenciada diante dos resultados do Censo e das pesquisas sobre juventudes, somados à constatação de que a maior evasão se concentra em jovens com idades entre 15 e 17 anos de famílias em situação econômica mais vulnerável. Ainda mais quando consideramos que seu foco é criar oportunidades do primeiro emprego para jovens com esse perfil e, assim, também combater o trabalho infantil.

A lei tem o rosto de jovens como o carioca Hugo Almeida de Oliveira, que precisou começar a trabalhar para ajudar no sustento dos seus três irmãos quando o pai saiu de casa. Graças a uma vaga como aprendiz, conseguiu concluir o ensino médio, a graduação em tecnologia da informação, a pós-graduação em finanças e hoje sonha com o mestrado.

A Lei da Aprendizagem, no entanto, ainda não é conhecida por todos — o potencial de contratação é de pelo menos 950 mil jovens —, e ainda há quem a considere um ônus para o empresário, muitas vezes denominado como “custo Brasil”. Histórias como a de Hugo e a de centenas de milhares de jovens aprendizes provam, contudo, que é um investimento que gera benefícios para a empresa e para o desenvolvimento do país, criando um ciclo virtuoso que envolve educação, força de trabalho qualificada, crescimento social e econômico, sem deixar ninguém para trás.

Aparecida Lacerda é gerente geral de educação profissional da Fundação Roberto Marinho, e Monica Pinto é gerente de desenvolvimento institucional e de pesquisa e avaliação da Fundação Roberto Marinho

topo ↕

**ISTOÉ - SP - BRASIL**

**Escola com partido: invasão de privacidade e doutrinação ideológica**

## **O ministro da Educação, Ricardo Vélez, divulga comunicados em que revela irresponsabilidade e pendor ditatorial**

Sem aviso veio uma carta divulgada para escolas públicas e privadas de todo o País em que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, usa o slogan da campanha de Bolsonaro “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!” e convoca todos os jovens cidadãos a saudarem “o Brasil dos novos tempos”. Junto saiu um pedido para que garotas e garotos perfilados e cantando o hino nacional fossem filmados por representantes de escolas públicas e privadas e os vídeos enviados para o email do Ministério e do Gabinete da Presidência. Foi uma tentativa de construir um circo patriótico e exaltar o novo governo. E também uma lambança com viés ditatorial. Ainda que não haja problema em cantar o hino, o ministro conseguiu, com seus comunicados, incorrer em pelo menos dois erros graves: doutrinação ideológica e invasão da privacidade. Não se pode usar um slogan eleitoral para promover atos governamentais, o que caracteriza propaganda irregular. Tampouco se pode filmar e divulgar vídeos de crianças e adolescentes fazendo o que quer que seja nas escolas sem autorização de seus pais.

No dia seguinte, o ministro voltou atrás, mas a declaração de más intenções já estava feita. Saiu uma nova carta sem o slogan de Bolsonaro. E no pedido de filmagem acrescentou-se que seria necessária a autorização dos familiares. A assessoria do Ministério informou que a carta é uma recomendação e não uma ordem e que “a atividade faz parte da política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais.” Ficou, porém, a sensação de que se depender de Vélez vai começar um período de lavagem cerebral nas escolas. Como já fez no mês passado, quando chamou os brasileiros de canibais e ladrões de hotéis, o ministro deu uma de desentendido e tentou demonstrar que não sabia o que estava fazendo. “Percebi o erro. Tirei esta frase, tirei a parte correspondente a filmar crianças sem autorização dos pais. Se alguma coisa for publicada, será dentro da lei, com autorização dos pais”, disse em visita ao Senado na terça-feira, 26. No dia 28, o ministro, sentindo o peso da trapalhada, voltou atrás mais uma vez e cancelou definitivamente o pedido de filmagem. No mesmo dia, o presidente Jair Bolsonaro deu um pito no ministro e exigiu que cancelasse a iniciativa. “Peça desculpas e desfaça”, disse Bolsonaro.

### **Medida tendenciosa**

Apesar de ser um adepto do movimento Escola sem Partido, Vélez se revelou extremamente partidário e saudoso da ditadura. Não se poderia ver uma medida tão tendenciosa quanto a que ele pretendia adotar em todas as escolas brasileiras. Foi claramente uma tentativa de doutrinação e propaganda política. Pelo teor dos comunicados, dá para perceber que a escola que o ministro ambiciona tem partido, o partido do governo. Em Genebra, onde participava de uma reunião da ONU, a ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, apoiou Vélez e defendeu a filmagem de crianças cantando o hino, o que segundo ela, é uma obrigação. Já o movimento Escola sem Partido se manifestou contra o ministro nas redes sociais. “Em princípio, nada de mais na recomendação de cantar o hino e filmar os alunos. Mas a carta convite para ‘saudar o Brasil dos novos tempos’ e o slogan da campanha eleitoral lembra o canteiro de sálvias em forma de estrela no jardim da Alvorada em 2002 (sic)”, disse, fazendo referência à estrela do PT que a então primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva determinou, em 2004, que fosse esculpida nas flores do jardim da residência oficial do presidente.

Como seus comunicados, Vêlez pode ter violado o princípio da impessoalidade, que estabelece o dever da impessoalidade na defesa do interesse público. A Constituição proíbe a promoção de atos pessoais por integrantes do governo. Em seu Artigo 37 consta que “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”, o que aconteceu no caso da promoção do bordão de Bolsonaro. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, ligada ao Ministério Público Federal, enviou, terça-feira, um pedido de esclarecimentos ao ministro sobre seus atos administrativos. Para a deputada estadual Janaína Paschoal, do mesmo partido de Bolsonaro, os comunicados do Ministério foram “surreais” e o ministro, de acordo com ela, estaria precisando de uma assessoria jurídica. Faltou dizer: para um governo que prometia a desideologização da educação, nada mais ideológico. E estúpido.

## Injustificável

Durante a posse do diretor da usina de Itaipú, em Foz do Iguaçu (PR), terça-feira 23, o presidente Jair Bolsonaro classificou de “estadista” o ditador Alfredo Stroessner (foto). Só se for um estadismo absolutista. Stroessner, depois de liderar um golpe, passou 35 anos no poder. Liderou um regime tão corrupto quanto sanguinário. Enfileirou crimes contra a humanidade. Torturou 18 mil pessoas. Em 2016, a cereja do bolo: foi acusado de patrocinar um esquema de exploração sexual de crianças. Há um tempo sem falar em cerimônias, Bolsonaro poderia ter se mantido refugiado no silêncio.

## Espírito autoritário

À esquerda, a primeira versão da carta que deveria ser lida nas salas de aula de todo o Brasil com o slogan “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.

Abaixo, o comunicado divulgado pelo ministro em que solicitava que representantes das escolas gravassem as crianças cantando o hino e lendo a carta com o slogan

topo ↕

## **CORREIO POPULAR – SP - OPINIÃO**

### **O Hino e a crença em Deus**

Foi grande a reação que provocou a orientação do ministro da Educação, sobre cantar o Hino Nacional nas escolas e o slogan de campanha do Bolsonaro. Nos EUA, na abertura das sessões do Congresso, Estaduais e Federal, e em todas as escolas americanas, todos os dias, os congressistas e os alunos antes de começarem as atividades juram a bandeira dizendo: “Prometo lealdade à Bandeira dos Estados Unidos da América e à República que a representa, uma nação sob Deus, indivisível, com liberdade e justiça para todos”. Morei lá na década de 70 e quando percebi isso fui ao Diretor da Escola e pedi para liberar meus filhos de jurar a bandeira americana. Ele disse que fizeram o mesmo os pais de um japonês e de um sueco e que a resposta era que se fizesse isso seria processado por que a lei o obrigava. Apesar disso, ele me pediu para conseguir uma bandeira brasileira que iria dar um jeito.

No Dia da Bandeira, de lá, meu filho, o japonês e o sueco juraram suas bandeiras na frente de todos alunos da escola reunidos. A desastrosa forma como o ministro da Educação tentou criar algo semelhante obrigando recitar junto com o Hino Nacional o slogan do Bolsonaro, não invalida a ideia embutida que não foi apreciada, mas condenada pelos “especialistas” de plantão da Globo. Foi considerada nociva em especial justamente por considerar civismo coisa inútil e a crença em Deus uma ofensa

aos que não creem e uma infração contra a Constituição. Ora, nossa Constituição de 1988 foi promulgada, e transcrevo, “sob a proteção de Deus”, como também o foram as Constituições de 1824, 1934, 1946, 1967, 1969 e 1988, com exceção da de 1891 e a de 1937. Sua intenção é de que a singela invocação peça proteção e bênção divinas para assegurar a realização dos valores, princípios e escopos almejados pelo constituinte originário. Não tem nada a ver com estado laico.

Com muito bem coloca o dr. Wecsley dos Santos Pinheiro, bacharel em Direito, assessor jurídico do Ministério Público do Trabalho da 8ª Região. : “Estado laico é aquele que não mistura política e religião, de maneira a não possuir uma religião oficial e nem sofrer o influxo de determinada religião, ao revés, pugna a liberdade e o pluralismo de crença religiosa. Estado não-ateu é aquele que crê, tem fé numa entidade, força e/ou energia transcendental, onipotente, onipresente, onisciente e invisível responsável pela ordenação e coordenação do universo e dos seres e coisas existentes, intitulada, em nossa cultura, de Deus, sem necessariamente vincular-se a uma religião”. Nossa Constituição não assertiva a existência de Deus, mas garante liberdade religiosa, que na maioria dos casos é baseada na crença da existência de Deus. Ocorre o mesmo nos EUA, onde a primeira emenda diz: “O Congresso não fará nenhuma lei a respeito de um estabelecimento de religião, ou proibindo o livre exercício da mesma; ou abreviando a liberdade de expressão ou de imprensa; ou o direito do povo de se reunir pacificamente e de solicitar ao governo uma reparação de queixas”. A nossa Suprema Corte vai no sentido oposto, como foi o caso de Cristofobia, em que a Parada Gay teve transsexual seminu crucificado.

O artigo 208 do Código Penal prevê o crime de ultraje a culto, e a responsabilidade civil por danos morais. Contudo, quando militantes LGBT fizeram esse tipo de “manifestação”, alegaram liberdade de expressão e não foram punidos. Não há ateus na Suprema Corte dos EUA. Embora a separação entre Igreja e Estado seja um princípio crítico na lei americana, os juízes mais poderosos da nação se identificam como religiosos. ... Com a nomeação de Brett Kavanaugh existe uma maioria católica no tribunal. No caso dos Estados Unidos, temos caso que se refere ao Flying Spaghetti Monster (FSM), que é a divindade da Igreja do Monstro do Espaguete Voador, ou Pastafarianismo.

O pastafarianismo (uma junção de massas e rastafarianismo) é um movimento social que promove uma visão satírica da religião e se opõe ao ensino do design inteligente e do criacionismo nas Escolas Públicas. Esta ideia é uma oposição pseudo científica contra o darwinismo. Segundo os adeptos, o Pastafarianismo é uma “religião real e legítima, tanto quanto qualquer outra”. Na Nova Zelândia, representantes pastafarianos estão autorizados a officiar casamentos.

No entanto, nos Estados Unidos, um juiz federal determinou que a “Igreja do Monstro de Espaguete Voador” não é uma religião. Em agosto de 2018, o Conselho de Estado holandês também decidiu que o pastafarianismo não é uma religião. A crença central é que um Monstro de Espaguete Voador invisível e indetectável criou o universo. Os piratas são reverenciados como os pastafarianos originais. Henderson afirma que um declínio no número de piratas ao longo dos anos é a causa do aquecimento global. A comunidade FSM se reúne no site de Henderson para compartilhar idéias sobre o Monstro de Espaguete Voador e artesanato representando imagens dele.

Roque Ehrhardt de Campos é professor de Inglês com proficiência pelas Universidades de Cambridge e Michigan e ex pesquisador em Melhoria da Qualidade de Ensino pelo CNPq na USP/São Carlos campos re 001@ gmail .com

topo ↕

## **O POVO - CE - OPINIÃO**

### **Uma dupla da pesada**

Um plano estratégico para a educação no Brasil ainda não saiu da equipe do ministro da Educação, Ricardo Vélez. O que se tem, por enquanto, é uma sucessão de falas desastrosas que indicam várias coisas, mas uma delas é que se todas as vezes que o ministro Vélez se manifestar publicamente tiver de explicar alguma coisa, seria o Governo ou de sua permanência na pasta. Manter o silêncio também quer dizer muitas coisas. Uma delas é que ele podeo que lhe pouparia de alguns absurdos. Por onde andava a assessoria jurídica do MEC que não o alertou sobre a ilegalidade de pedir às escolas o envio de vídeos de crianças cantando o Hino Nacional ao Ministério da Educação? Uma visita ao site do MEC e lá se vem mais despropósitos.

A nota sobre a demora da Medida Provisória em torno da educação domiciliar é um achado. Uma das promessas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para os 100 primeiros dias do governo, va para a demora é a seguinte: “Tendo em consideração a densidade e a relevância do tema, é fundamental prosseguir com o diálogo para garantir que a MP possua efetividade e amplitude, e que respeite o equilíbrio harmônico entre os poderes da República”. Que o tema é denso não temos dúvida. Aliás, nos Esfamílias optam pelo homeschooling. Os maiores adeptos dessa modalidade de ensino são os de origem asiática, latina e outros países. Como os estadunidenses pagam da cidade onde vivem, os que têm renda mais baixa poque cada estado é livre para regular a prática, no entanto, há critérios mínimos como, por exemplo, capacidade inrecomendam exames periódicos para medir o desenvolvimento cognitivo do aluno.

Ou seja, no Brasil, a situação é ainda mais crítica, porque como não temos o modelo, teríamos de analisar tudo e ainda desenvolver critérios, ferramentas de análise, material para os pais, um série de protocolos que garantissem o desenvolvimento escolar das crianças nessa modalidade. Quanto à relevância, com toda sinceridade, não vejo nenhuma. Temos questões muito mais urgentes e graves para tratar no âmbito da educação em nível nacional. Quando a nota fala em “prosseguir com o diálogo”, dá uma imensa vontade de rir. Com quem está acontecendo tal diálogo? Em quais instâncias sociais e representativas ligadas à Educaharmônico dos poderes da República”, embora entenda que a medida mexe com questões constitucionais, parece texto de esquete de humor. A nota tem tanto sentido quanto a proposta. É uma nulidade. Tudo indica que a dupla Vélez e Damares ainda vai nos dar muita dor de cabeça. Por outro lado vai incrementar em larga escala o anedotário político nacional. Pena que a construindo uma Nação ainda mais desigual .

topo ↕

## **CAPITAL NEWS - TEMPO REAL**

### **Casems inicia Programa de residência em Pediatria e Medicina Intensiva em Campo Grande**

**A primeira turma de residentes foi recepcionada pelo presidente Ricardo Ayache nesta sexta-feira (01 de março) na Unidade do Hospital da Capital.**

A primeira turma de residentes foi recepcionada pelo presidente Ricardo Ayache nesta sexta-feira (01 de março) na Unidade do Hospital da Capital.

O Programa de Residência Médica do Hospital Cassems de Campo Grande, iniciou nesta sexta-feira (01). A primeira turma de residentes médicos foi recepcionada pelo presidente da Cassems, Ricardo Ayache, pela diretora de Assistência em Saúde, Maria Auxiliadora Budib, pelos diretores clínico, técnico e gerência do HC, além dos coordenadores médicos e colaboradores da unidade hospitalar.

Ao todo, são quatro residentes que participarão do programa nessas áreas durante dois anos, sendo eles: Manuella Otoni Branco Rodrigues, Larissa Naiara Balbino Fernandes e Guilherme Carvalho Fernandes de Souza atuarão no programa de Residência em Pediatria, e Emilli Carvalho Arima no programa de Residência em Medicina Intensiva. Ao iniciarem o novo ciclo de vida profissional, os residentes receberam um kit, composto por um caderno especificando cada etapa da residência, uma mochila e um jaleco personalizado.

De acordo com o diretor clínico do Hospital Cassems de Campo Grande, Marcos Bonilha, destaca que a iniciativa realizada pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEP) foi desenvolvida para “reforçar a empatia aos residentes. O segredo para dar certo é se colocar no lugar do outro e ter um cuidado especial com o paciente. Nós queremos bons médicos aqui no nosso hospital”, destaca.

Segundo o presidente da Cassems, Ricardo Ayache, “Ingressar na área educacional vai contribuir para fortalecer cada vez mais a nossa história, que é uma história de muita luta e sofrimento dos servidores públicos em busca de um atendimento digno em saúde”, conclui.

De acordo com a assessoria da Cassems, o programa de residência médica atuará, inicialmente, com as áreas de pediatria e medicina intensiva, avançando para outras especialidades nos próximos anos. O objetivo é contribuir para a formação *latu sensu* de médicos recém-formados, destinando seis vagas de residência nessas duas especialidades (quatro para pediatria e duas para medicina intensiva). Inserido na visão de implantação dos princípios de qualidade dos serviços de saúde e segurança do paciente, o NEP, além de contribuir para a formação dos futuros médicos especialistas, também permitirá que os valores da Cassems sejam propagados e fundamentados.

A residência em Medicina Intensiva do Hospital Cassems vai formar médicos intensivistas (aqueles responsáveis pelas rotinas de cuidados nas Unidades de Terapia Intensiva) com qualificação de excelência, em conformidade com as diretrizes da Associação Nacional de Residência Médica, do Conselho Federal de Medicina e da Associação de Medicina Intensiva Brasileira.

Já residência em Pediatria objetiva a formação de pediatras para o cuidado integral da saúde da criança e do adolescente incluindo, além da formação hospitalar e em UTIs neonatal e pediátrica, o atendimento ambulatorial nas várias especialidades da pediatria na Clínica da Família. As atividades educativas e de pesquisa na área de saúde serão desenvolvidas em Campo Grande, no Hospital Cassems, e também em outras unidades hospitalares que serão parceiras nesta construção de um projeto transformacional.

Os residentes terão contato multiprofissional e desenvolverão todas as atividades previstas nessa modalidade de ensino, com apoio de enfermeiros, fisioterapeutas,

psicólogos e todos os profissionais envolvidos com o cuidado ao paciente crítico, proporcionando o exercício de uma clínica ampliada e integral. Os hospitais Cassems do interior do estado também serão cenários de inserção dos residentes para uma formação com vivência na realidade heterogênea da saúde em Mato Grosso do Sul.

O processo educacional será permanente e contará com acesso gratuito aos periódicos médicos como o New England Journal of Medicine, o JAMA (Journal of the American Medical Association), sistema de biblioteca, Plataforma **Capes**, entre outros. Os residentes terão oportunidade de participar de cursos extracurriculares para vivências além da teoria em casos mais raros e também de emergências, com acesso, ainda aos laboratórios de telemedicina e inteligência artificial.

topo ↕

## **DIÁRIO DIGITAL - TEMPO REAL**

### **IFMS abre inscrições para Mestrado em Educação Profissional**

#### **Curso é gratuito e oferece 24 vagas em Mato Grosso do Sul. Prova será aplicada em maio**

Estão abertas as inscrições no Exame Nacional de Acesso ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), com ingresso em 2019.

As inscrições devem ser feitas exclusivamente no Sistema de Inscrições, na página do Programa, até o dia 7 de março. A taxa é de R\$ 70,00 e pode ser paga até o dia 8.

Em Mato Grosso do Sul, a oferta é de 24 vagas, sendo metade para servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a outra metade para público externo - destas, uma é reservada para candidato com deficiência, comprovada por meio de laudo médico, e duas para candidatos pretos, pardos ou indígenas.

O curso é oferecido no Campus Campo Grande do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Isenção - Candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que sejam membros de família de baixa renda têm direito à isenção do pagamento da taxa.

A solicitação precisa ser feita entre os dias 2 e 12 de fevereiro, no ato da inscrição, de acordo com as instruções do edital, disponível na página do ProfEPT, no site do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), instituição que coordena o curso.

Exame - Será composto por uma prova objetiva contendo 50 questões de múltipla escolha, acerca das Bases Conceituais e Históricas da Educação Profissional e Tecnológica, Metodologias de Pesquisa e Teorias e Práticas de Ensino e Aprendizagem, conforme a bibliografia divulgada.

A prova será aplicada no dia 5 de maio, de acordo com o cronograma do processo seletivo.

Já o início das aulas está previsto para agosto, sempre às segundas-feiras, no período da manhã, tarde e noite.

Curso - Tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica para a produção de conhecimento e desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

As linhas de pesquisa do mestrado são:

Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica: trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, a partir de uma abordagem inclusiva, interdisciplinar, em espaços formais e não formais, em conformidade com a perspectiva do trabalho como princípio educativo e do currículo integrado;

Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica: trata dos processos de gestão e organização do espaço pedagógico que contribuam diretamente com os processos de ensino, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares que possibilitem formação integral e significativa do educando.

A entrega e a defesa pública de um produto educacional em Educação Profissional e Tecnológica, conforme definição da área de Ensino da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, é item obrigatório para a conclusão do mestrado.

Mais informações sobre o curso estão disponíveis na página do Mestrado Profissional do Campus Campo Grande.

Em caso de dúvidas, o contato com a coordenação do curso no IFMS pode ser feito pelo e-mail [profapt@ifms.edu.br](mailto:profapt@ifms.edu.br).

topo ↕

## **GAZETA DO CARIRI - TEMPO REAL**

### **Capes aprova Mestrado Acadêmico em Letras na URCA**

Foi confirmado nesta sexta-feira (1º), que o **Capes** e o Ministério da Educação aprovaram a criação do Mestrado Acadêmico em Letras para a Universidade Regional do Cariri (URCA). Segundo o próprio reitor da universidade, Patrício Melo, as aulas estão previstas para iniciar já no segundo semestre de 2019.

A iniciativa de criação do mestrado partiu dos professores do Departamento de Línguas da URCA, que gerem o curso de licenciatura em Letras da universidade. A formação é elucidada como uma das mais importantes, visto que nos últimos 34 anos a instituição de ensino superior forma profissionais que atuam nos diversos níveis educacionais e no mercado de trabalho como um todo.

topo ↕

## **GRUPO ORZIL - TEMPO REAL**

### **Aberta seleção para bolsas de doutorado sanduíche no exterior**

Dezenove bolsas com durações de 6, 8 e 12 meses, para viagens até março de 2020, estão disponíveis dentro dos sete subprojetos de pesquisa de cooperação internacional em vigência no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A oportunidade de doutorado sanduíche no exterior está no edital publicado nesta sexta-feira (01/03) e as inscrições devem ser feitas até 22 de março.

As bolsas são oferecidas no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt/CAPES).



O edital está na página do Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-Graduação (PII-INPE), que acaba de ser lançada, para reunir as oportunidades, notícias, atividades e publicações do projeto, bem como todos os resultados dos processos de seleção.

Ao longo de março, outros editais de diferentes modalidades de bolsas devem ser publicados, além de novidades sobre o PII-INPE e o Programa PrInt/CAPES.

Confira: <http://print.dpi.inpe.br>

topo ↕

## INFONET - TEMPO REAL

### Idiomas sem Fronteiras tem vagas para brasileiros e estrangeiros

Atenção estudantes, professores e técnicos administrativos de instituições de ensino superior: estão abertas as inscrições para a segunda oferta de 2019 dos cursos de inglês e português para estrangeiros do Programa Idiomas sem Fronteiras, com 16.355 vagas em todo o país. Para fazer o cadastro, os interessados devem acessar a página do programa e informar o CPF. O programa conta com a participação de 141 instituições. As inscrições terminam em 14 de março.

Para a formação em inglês estão abertas 15.149 vagas. Outras 1.173 são destinadas ao curso de português para estrangeiros. Todas na modalidade presencial. O principal objetivo do programa é promover ações para a internacionalização do ensino superior do país, valorizando a formação especializada de professores em língua estrangeira. O programa também oferece teste de língua estrangeira, nivelamento e proficiência.

Além da formação em inglês e português para estrangeiros, o programa oferece cursos de alemão, espanhol, francês, italiano e japonês, que terão novas vagas abertas ao longo de 2019. Durante o ano são realizadas oito ofertas – quatro por semestre.

As ofertas de idioma e vagas variam de acordo com a capacidade de cada instituição ao longo do ano. Isso porque as diversas instituições se credenciam nos idiomas em que possuem cursos de graduação. Todas, contudo, seguem o padrão de 25 vagas por turma.

### Internacionalização

O vice-presidente da língua inglesa do Idiomas sem Fronteiras, professor Virgílio Almeida, explica que o programa é um importante instrumento do processo de internacionalização das universidades brasileiras. “Há a necessidade de a universidade preparar não apenas os alunos e professores para sair do país e fazer pesquisas no exterior, mas preparar também as universidades brasileiras para receber pesquisadores estrangeiros”, enfatiza.

De acordo com ele, a internacionalização passa por transformar a universidade em ambiente cada vez mais global. “Isso exige não apenas que professores, servidores e alunos se comuniquem em outra língua, mas que a universidade também o faça, por intermédio de um portal disponível em outros idiomas, da disponibilidade de documentos oficiais em outros idiomas, da sinalização gráfica nos diversos campi também em outros idiomas, por exemplo. O Idiomas sem Fronteiras colabora para que essa realidade se faça cada vez mais presente no país”, pontua.

O Idiomas Sem Fronteiras é oferecido pelo MEC e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao MEC.

topo ↕

## **JORNAL GRANDE BAHIA - TEMPO REAL**

### **Doutoranda da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia detecta pela primeira vez vírus em abelhas nativas do Brasil**

O Vírus das Asas Deformadas, responsável pelo massivo declínio de colônias de abelhas nos Estados Unidos e países europeus nas últimas décadas, foi detectado pela primeira vez em abelhas sem ferrão no Brasil, segundo um novo estudo publicado em janeiro deste ano na revista científica Journal of General Virology e premiado no Reino Unido. A descoberta é de autoria da doutoranda em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Flaviane Souza, em parceria com a Universidade de Salford.

A pesquisa envolveu a espécie de abelha nativa sem ferrão *Melipona subnitida*, popularmente conhecida como Jandaíra, e os resultados revelaram que 100% das colônias avaliadas possuíam o vírus deformador das asas das abelhas (DWV, devido à sigla em inglês). O estudo foi conduzido durante o período de maio de 2017 a dezembro de 2018 nos estados do Nordeste, a área de ocorrência natural da *M. subnitida*, e na ilha de Fernando de Noronha, onde estas abelhas foram introduzidas há 30 anos pela ação do homem e sobrevivem isoladas desde então.

“Este estudo fornece o primeiro relato para ocorrência do DWV em abelhas nativas brasileiras. Outros estudos já foram conduzidos aqui no Brasil e na Argentina com abelhas sem ferrão, sem, contudo, detectarem a presença viral. Agora podemos dizer que esse vírus é mundial”, diz Flaviane, que também atua na UFRB como Técnica de Laboratório na área de Biologia e é a principal autora do estudo.

O vírus DWV teve seus primeiros registros na Ásia em meados dos anos de 1970 e de lá se espalhou pela Europa e América do Norte no inverno de 2006-2007, num fenômeno que ficou conhecido como CCD (Colony Collapse Disorder) ou Síndrome do Colapso de Desordem da Colônia. O declínio das abelhas iniciou-se com a associação do DWV com o ácaro *Varroa destructor*, um gênero que se alimenta das larvas de abelhas, e, de acordo com os especialistas, transformou-se numa pandemia mundial por meio do comércio e transporte de abelhas para a polinização de culturas.

“Apesar dos números alarmantes, não tínhamos registros desse vírus ou suas formas de danos no Brasil. Em geral, as colônias brasileiras sofrem perdas devido à falta de manejo, desmatamento, avanço da agricultura, uso de pesticida, dentre outros”, explica Flaviane. O objetivo de sua pesquisa foi, então, descobrir se havia a ocorrência do DWV nas abelhas nativas no país, quais as variantes (tipos A, B e C) e sua carga viral. Segundo a bióloga, foram escolhidas abelhas típicas do Nordeste, a fim de contribuir com o fortalecimento das espécies regionais.

Ela usou a técnica da transcriptase reversa com PCR em tempo real, que acessa o material genético do vírus que está dentro da abelha e amplia sua quantidade para a realização dos testes. Como resultados foram encontrados os tipos virais A e C, estando a variante B ausente. Para a área amostral do continente, a variante tipo A foi a dominante, sendo ultrapassada pelo tipo C apenas em alguns lugares. Para a ilha, o tipo

A foi sempre dominante, prevalecendo superior a 90%. “A dominância do tipo A reflete a mesma situação encontrada nos EUA, embora lá o tipo B pareça estar substituindo lentamente as demais”, afirma Flaviane. “Já o tipo C foi recentemente descoberto, então pouco se conhece ainda sobre esta variante”, explica.

O professor Stephen J. Martin, da Universidade de Salford, um dos colaboradores da pesquisa e uma das referências mundiais em insetos sociais, como abelhas, cupins e formigas, relata que, até o momento, mais de 60 espécies de insetos e cinco espécies de aranhas e ácaros foram infectadas com o vírus DWV associado à abelha. “A pesquisa de Flaviane detectou que existem abelhas no Brasil infectadas com a rara cepa C do vírus, que acredita-se ser mortal para esta espécie. Então, agora, é importante determinar se o DWV está causando impacto na flora e fauna local, reduzindo o número de polinizadores”, diz.

Os primeiros resultados do estudo foram descritos no artigo Occurrence of deformed wing virus variants in the stingless bee *Melipona subnitida* and honey bee *Apis mellifera* populations in Brazil, publicado na edição de janeiro do Journal of General Virology, da Microbiology Society. A pesquisa com o título Detection of Deformed Wing Virus (DWV) in Brazilian stingless bees também foi premiada em primeiro lugar na categoria 3 Minutes Thesis Competition durante a X Conferência da Associação Brasileira de Estudantes de Pós-Graduação e Pesquisadores no Reino Unido (Abep-UK), evento realizado na Embaixada do Brasil em Londres.

O pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação da UFRB e orientador do estudo, professor Carlos Alfredo Lopes de Carvalho, comemora estes resultados que contribuem no diagnóstico do atual estado da saúde das abelhas sociais no Brasil, notadamente as patologias associadas aos meliponíneos. Além disso, Carvalho acredita que o estudo coloca a Universidade em posição de destaque na linha de pesquisa em saúde das abelhas, na qual outros trabalhos estão sendo realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa Insecta do Centro de Ciências Agrárias, Biológicas e Ambientais (CCAAB) da UFRB, tanto no Programa de Ciências Agrárias quanto no Programa de Ciência Animal.

“A parceria com o professor Stephen J. Martin, viabilizada por meio do programa de Professor Visitante Especial (PVE) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), possibilitou a criação desta linha de pesquisa que já beneficiou a formação de diversos estudantes de graduação e pós-graduação, além de estágios pós-doutorais para pesquisadores e de estágio sanduíche para doutorandos da UFRB na Universidade de Salford. Trata-se de um projeto exitoso que possibilitou a internacionalização dos docentes e discentes da UFRB envolvidos, como é o caso da Flaviane”, afirma.

O trabalho com o vírus DWV também contou com a orientação da professora da UFRB, Maria Angélica Costa, especialista em melhoramento genético e biotecnologia, e teve ainda o apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do CNPq, pelos respectivos programas de bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior. A defesa da tese de Flaviane está prevista para julho deste ano no Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFRB.

topo ↕

**ND ONLINE - NOTÍCIAS**

## **Inscrições abertas para o Encontro Internacional sobre Formação no Teatro de Animação**

**Evento será realizado entre os dias 15 a 20 de maio em Florianópolis e terá conferências, aulas práticas e outras atividades**

O Ceart (Centro de Artes) da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina) abriu inscrições até 15 de março para interessados em participar do 3º Pro-Vocação – Encontro Internacional sobre Formação no Teatro de Animação. Com o tema “Encenação e diversidade de processos de criação teatral no Teatro de Animação contemporâneo”, o evento será realizado entre os dias 15 a 20 de maio, em Florianópolis. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pelo formulário online no site do evento.

A programação com conferências, aulas práticas, mesas-redondas, apresentações de espetáculos e de trabalhos acadêmicos também já está disponível. Estão confirmados palestrantes e ministrantes de aulas práticas de 14 países, além do Brasil (Argentina, Bulgária, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Israel, Itália, Reino Unido, Rússia, Polônia, Romênia e Senegal).

O evento surgiu da iniciativa da Comissão de Formação Profissional da Unima (Union International de la Marionnette), organização mundial reconhecida pela Unesco, em parceria com diversos artistas-pesquisadores e universidades de todo o mundo. É um evento de pesquisa e compartilhamento sobre a arte da animação, suas especificidades no contexto contemporâneo e reflexão sobre pedagogias e filosofias de formação.

Depois de ter discutido em 2015, na França, a definição de Teatro de Animação, e, em 2017, na Romênia, a pedagogia e as ligações entre teatro tradicional e contemporâneo (com a participação de representantes de mais de 10 países), o terceiro encontro que se realiza em maio de 2019 é organizado pela Udesc em parceria com a comissão de formação profissional da Unima, em colaboração com outras universidades brasileiras.

O evento contará com a participação de acadêmicos, pesquisadores e artistas profissionais que irão refletir sobre as questões a seguir:

- \* Como definir o diretor? Será que suas funções diferem de acordo com o processo criativo e não são definitivas?
- \* Como ensinar a encenação? Que encenação? Para qual teatro?
- \* Como poderia ser uma pedagogia adaptada a um Teatro de Animação em constante movimento? É necessário saber que hoje o conceito de “boneco” nasce de uma profusão de formas contemporâneas, produzidas com uma inventividade transbordante: nesta perspectiva de evolução permanente, como se aproximar da encenação para poder ensiná-lo?
- \* O encontro conta com apoio do Sesc-SC, Ministério da Cultura da França, Prefeitura de Ardennes, Comuna de Charleville-Mézières e Região Administrativa Grand Este (Alsace-Champagne-Ardenne-Lorraine). Conta, ainda, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Mais informações no site do evento ou pelo e-mail [provocation2019@gmail.com](mailto:provocation2019@gmail.com).

Serviço:

O que: 3º Pro-Vocação – Encontro Internacional sobre Formação no Teatro de Animação.

Quando: 15 a 20 de maio.

Onde: Centro de Artes da Udesc, avenida Madre Benvenuta, 1907, Itacorubi, Florianópolis (SC).

Quanto: Gratuito.

Inscrições: Até 15 de março pelo site do evento. Divulgação dos selecionados até 30 de março.

topo ↕

## O NORTÃO - MT - TEMPO REAL

### **Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro**

Pesquisadores descobriram, em Sergipe, uma nova espécie de cigarrinha capaz de hospedar o agente causador do Amarelecimento Letal do Coqueiro (ALC), grave doença que pode chegar ao Brasil e que já se encontra em alerta sanitário desde 2013.

Batizada de *Oecleus sergipensis* (em alusão ao nome do estado onde foi descoberta), é a primeira cigarrinha do gênero *Oecleus* Stål com ocorrência registrada em território brasileiro.

Sua descoberta é resultado de um esforço internacional de pesquisa para identificar potenciais vetores do ALC em regiões produtoras de coco. Os estudos envolvem a Embrapa, universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, como o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), da França; e o Centro de Pesquisa Científica de Yucatã (CICY), no México.

São responsáveis pela descoberta as bolsistas Flaviana Gonçalves da Silva, de doutorado pela Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Eliana Maria dos Passos, de pós-doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do pesquisador Leandro Diniz, da Embrapa Tabuleiros Costeiros (SE). Também integra o grupo o pesquisador Michel Dollet, do Cirad, que atua em cooperação no Brasil desde 2014.

Esses e outros resultados de pesquisa são frutos dos projetos "Aprimoramento do conhecimento científico sobre o amarelecimento letal do coqueiro e outras doenças em palmeiras", liderado pela Embrapa, e da rede de cooperação científica internacional mantida na plataforma Marketplace, que congrega pesquisadores da Embrapa e outras instituições.

Os espécimes foram coletados entre 2015 e 2016 nos bancos genéticos de coqueiro que a Embrapa mantém no município de Neópolis, no Baixo São Francisco Sergipano, e em Itaporanga d'Ajuda, no litoral sul do estado, além do parque Augusto Franco, localizado ao lado da Unidade da Embrapa, na capital sergipana.

No Brasil, foi realizada a identificação molecular da nova espécie, por meio da caracterização genética. A confirmação de identificação morfológica da nova espécie foi feita pelo pesquisador do Departamento de Entomologia da Universidade de Delaware (Udel), Estados Unidos, Charles Bartlett, considerado o maior especialista no gênero *Oecleus* Stål no mundo.

O cientista americano assina, com as duas bolsistas, o pesquisador da Embrapa e o

cientista francês, o artigo publicado na revista internacional *Zootaxa*, especializada em identificação de espécies animais, no qual a nova cigarrinha é descrita.

Pesquisadores do Cirad, França, e da Embrapa explicam a doença do amarelecimento letal do coqueiro (ALC)

Potencial vetor do ALC

Até o momento, o único agente transmissor cientificamente confirmado do amarelecimento letal é a cigarrinha da espécie *Haplaxius crudus*.

Nas expedições de coletas de cigarrinhas feitas em 2015 e 2016 pelos pesquisadores em Sergipe, Bahia e Alagoas, foram capturados milhares de indivíduos, mas nenhum do gênero *Haplaxius*. Espécimes desse gênero, contudo, foram encontrados em número elevado (aproximadamente 97%) durante uma visita de duas semanas a áreas produtoras do Pará, em 2016.

“Na época, fizemos a notificação às autoridades fitossanitárias do estado, bem como ao Ministério da Agricultura (Mapa). Esse se configurou como o primeiro registro oficial da presença do vetor conhecido do ALC no Brasil”, conta o pesquisador Marcelo Fernandes, chefe-geral interino da Embrapa Tabuleiros Costeiros e membro do projeto em rede.

Um fato que chama a atenção dos cientistas é a presença do ALC em plantações de coqueiro em países da África, apesar de não haver qualquer registro da ocorrência de cigarrinhas dos gêneros *Haplaxius* ou *Oecleus Stål*. Isso aumenta as suspeitas de que outros gêneros e espécies tenham potencial para transmitir a doença.

No caso da *Oecleus Stål*, testes de transmissibilidade em ambiente controlado com apoio da CICY, no México, onde a doença já ocorre, deverão confirmar ou não a possibilidade de essas cigarrinhas atuarem como vetores.

Os pesquisadores verificaram que a cigarrinha descoberta em Sergipe possui hábitos alimentares semelhantes ao vetor conhecido, que suga a seiva elaborada da planta, onde, caso ela esteja infectada, encontra-se o fitoplasma (bactéria parasitária desprovida de parede celular).

Levantamentos e estudos conduzidos no México pelo pesquisador Carlos Oropeza, do CICY, já apontaram a presença do fitoplasma no trato digestivo de cigarrinhas do gênero *Oecleus Stål* capturadas em plantios de coqueiro naquele país.

Essas descobertas feitas pela rede de pesquisa elevam ainda mais a preocupação e o nível de alerta para uma eventual chegada da doença ao Brasil, onde as plantações de coqueiros e outras palmáceas têm importância econômica e paisagística.

A doença

O amarelecimento letal do coqueiro é uma doença causada por um microrganismo do tipo fitoplasma que se dissemina por meio de insetos vetores, os quais se alimentam das folhas e do floema (seiva elaborada) de palmáceas, levando o agente causador de uma planta para outra.

Esse mal atinge coqueirais e palmeiras da África, Costa Atlântica, várias ilhas da América do Norte e Central e já se encontra no México e Honduras.

Quando o ALC acomete uma área, a paisagem muda em questão de meses. Os coqueirais afetados ficam, na fase final da doença, com os estipes (nome dado ao tronco do coqueiro) sem folhas, lembrando postes, e a imagem contrasta com os cartões postais de praias tropicais.

## Milhões de palmeiras mortas no Caribe

A doença foi responsável pela morte de mais de sete milhões de palmeiras na Jamaica em 1980. Epidemias similares a essa ocorreram também em Cuba, Haiti, República Dominicana, Bahamas e Flórida. Em 1997 a doença chegou a Cozumel e Cancun, no México, e seguiu pela península de Yucatán até Honduras. Nos últimos 30 anos, cerca de 50% dos coqueiros da Flórida e 80% dos da Jamaica morreram em consequência do Amarelecimento Letal.

As plantas infectadas morrem em um período de três a seis meses após o aparecimento dos primeiros sintomas. Não existem tratamentos eficientes para o controle dessa doença.

De acordo com Michel Dollet, é impossível prever por onde ou quando a doença poderá chegar ao Brasil. “O Amarelecimento Letal pode chegar via América Central, Caribe ou diretamente da Flórida (EUA) ou de Moçambique, na África. Muitos focos são resultantes de importação sem controle que introduzem a doença e seu inseto vetor”, explica.

## Sistema de alerta

Uma das iniciativas do projeto liderado pela Embrapa foi a edição de um boletim de alerta para a doença, que teve distribuição massificada entre produtores, agentes de defesa agropecuária e assistentes técnicos das regiões produtoras. A publicação está disponível online desde 2015.

Agentes de defesa agropecuária dos estados produtores e com potencial para aparecimento da doença, como Sergipe, Roraima e Pará, foram treinados pelos pesquisadores para reconhecer os sintomas e realizar a coleta de forma adequada das partes das plantas para reconhecimento em laboratório.

Outra ação do projeto foi promover a preparação de três laboratórios no País para receberem as amostras e realizarem os testes fitopatológicos para a identificação segura e precisa do fitoplasma que causa o ALC.

Foi iniciada em 2018 a instalação de plantações sentinelas em áreas com potencial para o aparecimento da doença no Brasil. Essas parcelas serão monitoradas continuamente para a rápida detecção caso a doença surja.

Os sintomas aparecem em sequência, começando pela queda repentina de todos os frutos da planta, tanto os grandes quanto os pequenos; em seguida se observa o amarelecimento das folhas mais velhas, que estão na porção mais baixa da planta; depois vem o escurecimento, manchas marrons e necrose das inflorescências; no

próximo estágio, há a progressão do amarelecimento das folhas de baixo para cima – após amarelecer, a folha se torna marrom e ocorre a sua queda; no estágio final ocorre o apodrecimento e morte da planta, restando apenas o estipe sem folhas.

O que fazer em caso de suspeita de ALC

Assim que o produtor perceber um ou mais coqueiros, ou outra espécie de palmeira, com os sintomas descritos, deve fotografar as plantas e entrar em contato com a Embrapa por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu, no fim de 2013, um plano de contingência para o Amarelecimento Letal do coqueiro. Registrado na Instrução Normativa número 47, o plano determinou a criação do Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária (em que estão integrados pesquisadores da Embrapa) para identificar, propor e articular a implementação de ações preventivas de vigilância fitossanitária relacionadas à doença.

“O Mapa, em articulação com a Embrapa, está promovendo levantamentos de detecção e delimitação para avaliar a presença do vetor da doença nos estados produtores de coco”, informa a coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Ministério da Agricultura, Graciane Gonçalves Magalhães Castro. Ela conta que as ações fazem parte do Plano de Contingência para o Amarelecimento Letal do Coqueiro.

Com a continuação do projeto, os cientistas envolvidos continuarão fornecendo ao Ministério todas as informações técnicas disponíveis para a elaboração de um protocolo detalhado de identificação e controle da doença.

Viviane Talamini, pesquisadora da Embrapa especialista em doenças do coqueiro, alerta que só é possível determinar em definitivo se a planta está infectada pelo Amarelecimento Letal por meio de exames em laboratórios especializados. Por isso, ela ressalta que é importante que o produtor, ao notar os sintomas descritos, entre em contato com a Embrapa.

O produtor deve, também, procurar a Superintendência Federal de Agricultura (SFA) do seu estado, que adotará os procedimentos de coleta de amostras na plantação e as encaminhará para exames nos laboratórios, sob a responsabilidade do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) do Ministério da Agricultura. Os contatos da Ouvidoria do Mapa em Brasília são 0800 704 1995 e [ouvidoria@agricultura.gov.br](mailto:ouvidoria@agricultura.gov.br).

Os especialistas afirmam que a única maneira de contingenciar a doença é quando existem poucas plantas infectadas. Ao permitir que um foco da doença se dissemine, poderá ser necessário que todas as plantas da área sejam destruídas. Caso contrário, a doença vai se espalhar para plantações vizinhas e poderá atingir todo o País. Os pesquisadores ressaltam que a doença não causa qualquer problema à saúde humana e animal.

Resistência

No âmbito da plataforma Marketplace, com o objetivo de identificar potencial de tolerância e resistência de variedades de coqueiro anão-verde (usado para produção de água de coco), a Embrapa enviou materiais do tipo anão-verde do Brasil, do banco



genético mantido em Sergipe, para plantio em campo no México, com apoio do CICY.

Em novembro de 2018, os pesquisadores Elio Guzzo e Elias Ribeiro, da Embrapa Tabuleiros Costeiros, visitaram áreas cultivadas no país norte-americano para observar o comportamento do anão-verde do Brasil diante da doença.

Eles observaram em campo que nos locais onde o ALC ocorre e já acomete diversos coqueiros, a variedade brasileira não apresentava os sintomas. Esse fato é um indicativo promissor de que a variedade, largamente cultivada no Brasil, tem grande potencial de tolerância e resistência ao fitoplasma.

#### Quarentenárias

Praga ou doença quarentenária é todo organismo de natureza animal ou vegetal, ou microrganismo que, estando presente em outros países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região importadora exposta. A definição das pragas quarentenárias é coordenada pelo Mapa, que mantém uma lista atualizada de quarentenárias.

Esses organismos são geralmente exóticos e podem ser transportados de um local para outro, auxiliados pelo homem e seus meios de transporte, por meio do trânsito de plantas, animais ou por frutos e sementes infestadas.

As pragas quarentenárias se agrupam em duas categorias: A1, as pragas exóticas não presentes no País; e A2, pragas de importância econômica potencial, já presentes no País, porém apresentando disseminação localizada e submetidas a programa oficial de controle.

topo ↕

#### PORTAL TV CARIRI - TEMPO REAL

##### **Capex aprova Mestrado Acadêmico em Letras na URCA**

Foi confirmado nesta sexta-feira (1º), que o Capex e o Ministério da Educação aprovaram a criação do Mestrado Acadêmico em Letras para a Universidade Regional do Cariri (URCA). Segundo o próprio reitor da universidade, Patrício Melo, as aulas estão previstas para iniciar já no segundo semestre de 2019.

A iniciativa de criação do mestrado partiu dos professores do Departamento de Línguas da URCA, que gerem o curso de licenciatura em Letras da universidade. A formação é elucidada como uma das mais importantes, visto que nos últimos 34 anos a instituição de ensino superior forma profissionais que atuam nos diversos níveis educacionais e no mercado de trabalho como um todo. (Site Badalo)

topo ↕

#### AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

##### **Estudo da Expedição Paraopeba detalha devastação em Brumadinho**

**Estudo feito pela Expedição Paraopeba detalha a devastação ambiental em Brumadinho, a presença de metais pesados ao longo do rio Paraopeba e os riscos de contaminação na bacia hidrográfica do São Francisco. Os resultados foram apresentados em audiência pública da comissão externa da Câmara sobre o desastre de Brumadinho.**

Valmir Assunção, do PT da Bahia, informa que o cacique Babau, um dos líderes da comunidade Tupinambá de Serra do Padeiro, localizada na cidade de Ilhéus, procurou o Ministério Público Federal para denunciar ameaças de morte. O parlamentar pede que

as medidas necessárias sejam tomadas para proteger não só o cacique Babau, mas também outros líderes indígenas que são ameaçados.

Alexandre Padilha, do PT de São Paulo, pede explicações ao ministro da Saúde sobre o anúncio de que vai reduzir recursos para a saúde indígena, porque os aviões que prestam serviços são usados para o tráfico de drogas. Ele pede informações ao ministério para saber como foi feita essa apuração pois, na visão do deputado, a denúncia é vazia e não pode servir de justificativa para retirar recursos da saúde indígena.

## Saúde

Matéria publicada pelo jornal espanhol El País afirma que o governo brasileiro pretende acabar com o Programa Mais Médicos. Airtton Faleiro, do PT do Pará, apresentou requerimento de informações ao governo federal para saber se a notícia, que ele considera grave, é verdadeira. Ele destaca que os postos de saúde já sofrem com a ausência dos médicos cubanos.

Delegado Pablo, do PSL, afirma que a saúde pública no Amazonas está um caos. Ele culpa as gestões anteriores e pede que o atual governo e a Assembleia Legislativa valorizem os profissionais da área. O deputado argumenta que os servidores são aqueles que garantem a entrega dos serviços a todos os cidadãos amazonenses que necessitam de atendimento médico.

## Educação

Átila Lira, do PSB do Piauí, elogia a decisão dos conselhos federais de Farmácia e de Enfermagem de não aceitarem mais o registro de diplomas de profissionais que fizeram cursos a distância para essas áreas. Ele reitera que educação a distância na saúde prejudica a qualidade do ensino e provoca uma oferta indisciplinada e mercantil desses cursos.

No final do ano passado, o Ministério da Educação autorizou a implantação de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná na cidade de Arapongas. Luisa Canziani, do PTB, comemora a medida e destaca que essa é uma conquista importante para a juventude do estado.

Alice Portugal, do PCdoB, destaca o empenho do governo da Bahia para promover a educação e para melhorar a formação técnica e tecnológica e o desempenho acadêmico dos alunos. Mas a deputada também apela para o governo baiano buscar a unidade e atender as reivindicações dos professores e funcionários da rede pública estadual.

A Instituição de Ensino Integrado da Universidade do Paraná anunciou a ampliação de vagas para o curso de Medicina. Zeca Dirceu, do PT, comemora a notícia que, segundo ele, favorece todo o entorno do município de Campo Mourão. O parlamentar entende que o Brasil precisa formar cada vez mais médicos.

Pastor Marco Feliciano, do Podemos de São Paulo, defende a instalação de uma CPI para investigar suspeitas de irregularidades na administração da União Nacional dos Estudantes, a UNE. Ao lembrar que a CPI foi rejeitada por três vezes, ele pede o apoio dos parlamentares para completar o número de assinaturas necessárias para protocolar o

pedido nesta legislatura.

A cidade de Aldeias Altas, no Maranhão, completou 57 anos de emancipação política no dia 11 de fevereiro. Márcio Jerry, do PCdoB, presta homenagem à população e elogia o trabalho realizado pelo governo maranhense na área educacional do município.

## Homenagem

Projeto de João Daniel, do PT de Sergipe, pede a inscrição do nome de Chico Mendes no Livro dos Heróis da Pátria, em reconhecimento à vida dedicada em defesa da Amazônia e do meio ambiente. O deputado também contesta as declarações do ministro do Meio Ambiente que questionou a importância de Chico Mendes.

Para João Daniel, o ministro Ricardo Salles demonstra ignorância na forma de enxergar a questão ambiental no Brasil e também a história de vida de homens como Chico Mendes.

Marcelo Calero, do PPS do Rio de Janeiro, lamenta a morte da atriz, cantora e diretora Bibi Ferreira, conhecida como a "grande diva do teatro brasileiro". Ele homenageia Bibi, que faleceu no dia 13 de fevereiro, por tudo o que ela fez e representa para a cultura nacional. Filha de Procópio Ferreira, Bibi morreu aos 96 anos.

Jandira Feghali, do PCdoB, também presta homenagem à memória de Bibi Ferreira, a "diva do teatro brasileiro". Como ex-secretária de Cultura da cidade do Rio de Janeiro, a congressista afirma que Bibi Ferreira, junto com Fernanda Montenegro, conseguiram expressar o significado da cultura revolucionária, vinculada à liberdade e transformação pela arte.

## Política

Bohn Gass, do PT gaúcho, cobra explicações da Abin, a Agência Brasileira de Inteligência, sobre a investigação de bispos e padres da Igreja Católica que têm ligação com comunidades indígenas. O deputado classifica o fato como repugnante, uma vez que, nas suas palavras, o governo Bolsonaro considera como inimigos aqueles que se dedicam a cuidar dos mais vulneráveis.

Padre João, do PT de Minas Gerais, está indignado com a notícia de que a Agência Brasileira de Inteligência estaria espionando bispos e cardeais que se preparam para o Sínodo da Amazônia. O parlamentar afirma que essa atitude não vai intimidar a Igreja Católica.

Por outro lado, General Girão, do PSL do Rio Grande do Norte, defende o trabalho dos agentes da Abin e avalia que é função do governo federal investigar qualquer instituição que presta um desserviço à soberania, à integridade territorial do País e à gestão pública. O deputado reitera que acredita no papel institucional da Abin.

José Ricardo, do PT do Amazonas, destaca artigo do arcebispo de Manaus, dom Sérgio Eduardo Castriani, sobre as suspeitas de que a Igreja Católica estaria sendo espionada. O deputado informa que o religioso ficou surpreso ao saber que a Igreja Católica em Manaus está sob suspeita de preparar uma ofensiva contra o governo federal em evento

internacional católico que vai acontecer em outubro.

Reinhold Stephanes Junior, do PSD do Paraná, avalia como distorção ou manipulação de alguns deputados de esquerda a insinuação de que o governo federal espiona a Igreja Católica ou que o presidente Bolsonaro não quer beneficiar os mais humildes, ou ainda que ele quer abrir mão da soberania ao punir entidades ligadas ao terrorismo internacional. Ele pede mais seriedade na abordagem dos assuntos.

Alexandre Frota, de São Paulo, rebate a afirmação de parlamentares que têm chamado o PSL de partido laranja. O deputado garante que, ao contrário do PT, o PSL não permitirá a permanência de políticos corruptos em seus quadros. Ele ainda cobra os recursos bilionários que foram desviados da Petrobras; dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo.

Alexandre Frota também critica os parlamentares da oposição por tentarem imputar a culpa dos problemas financeiros das estatais brasileiras ao governo Bolsonaro.

Em seu primeiro mandato, Bibó Nunes, do PSL do Rio Grande do Sul, afirma que, na Câmara, vai defender os interesses do Brasil, da família, da religião, além de trabalhar para resgatar a dignidade e a honra do povo brasileiro.

## Justiça

Eli Borges, do Solidariedade do Tocantins, critica o Poder Judiciário por querer legislar no lugar do Congresso Nacional, especialmente sobre temas controversos, como o aborto e a homofobia. Para ele, o Judiciário deve manter a independência e a harmonia entre os Poderes, cumprir o seu papel constitucional e rejeitar a análise de matérias já examinadas pelo Parlamento.

Otoni de Paula, do PSC do Rio de Janeiro, critica políticos de esquerda por protocolarem uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal, pedindo que a Corte declare a omissão do Congresso por não ter votado o projeto que criminaliza atos de homofobia. O deputado argumenta que o Plenário já rejeitou a proposta e é inaceitável provocar o STF para legislar no lugar do Parlamento.

Bia Kicis, do PSL do Distrito Federal, defende a revogação da chamada Emenda Constitucional da Bengala, que aumentou de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas de União.

Segundo Bia Kicis, a mudança foi feita de forma oportunista e levou à estagnação das carreiras da magistratura. A parlamentar ressalta ainda que as últimas eleições trouxeram mudanças profundas no Legislativo e no Executivo, porém o Judiciário tem se mantido numa bolha.

## Economia

Vanderlei Macris, do PSDB paulista, informa que já existe número suficiente de assinaturas para a criação de uma CPI destinada a investigar irregularidades em empréstimos concedidos pelo BNDES.

Segundo Vanderlei Macris, contratos feitos com países como Gana, República Dominicana, Venezuela e Cuba foram mal explicados ao Brasil e precisam ser analisados a fundo. O deputado pede celeridade à Presidência da Casa na apreciação do pedido de abertura da CPI.

Júnior Ferrari, do PSD do Pará, repudia o parecer técnico do TCU, que concluiu que os estados da Federação não terão direito à compensação da Lei Kandir, que isentou do ICMS as exportações de produtos primários e semielaborados. Ele considera a decisão um equívoco absurdo e lembra que, há mais de 20 anos, a lei traz prejuízos aos estados.

## Transportes

Tito, do Avante da Bahia, está preocupado com a continuidade das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, ligando o Porto de Aratu, na região metropolitana de Salvador, a Figueirópolis, no Tocantins.

Tito relata que o ministro da Infraestrutura anunciou que vai propor a concessão do primeiro trecho que liga o Porto de Aratu a Caetité, mas não garantiu a realização das obras de Caetité até Figueirópolis que, segundo o deputado, são importantes para o agronegócio do oeste baiano.

## Desenvolvimento Regional

Charles Fernandes, do PSD da Bahia, faz um apelo ao Ministério do Desenvolvimento Regional para dar mais agilidade ao Minha Casa, Minha Vida. O parlamentar ressalta que o programa habitacional leva mais dignidade para as famílias de baixa renda e lembra que, durante a sua gestão na prefeitura Guanambi, construiu mais de 2 mil casas populares.

Paulão, do PT de Alagoas, pede atenção da prefeitura de Maceió sobre a situação do Bairro do Pinheiro, atingido por afundamentos de solo que ameaçam a segurança dos moradores. De acordo com o deputado, o problema existe desde a década de 1980 e deve ser resolvido rapidamente para que haja uma nova tragédia no País.

Da Vitória, do PPS, agradece aos deputados e senadores do Espírito Santo por escolherem seu nome para coordenar a bancada do estado no Congresso Nacional. Ele antecipa que tem a missão de levar ao governo federal as demandas do estado, que, há muito tempo, espera resolver os gargalos que dificultam seu desenvolvimento.

## Previdência

Nelson Pellegrino, do PT da Bahia, acusa o governo Bolsonaro de assinar decreto que transfere 600 bilhões de reais da Seguridade Social para o pagamento de juros de bancos. Ele afirma que o Executivo, com essa matéria, mostra que não se preocupa com o equilíbrio da Previdência, mas sim com as dívidas que tem com o mercado financeiro.

Pompeo de Mattos, do PDT gaúcho, também critica o decreto presidencial que retira mais de 600 bilhões de reais da Seguridade Social. Para o deputado, a medida é contraditória porque a reforma da Previdência é baseada no discurso de que o setor é

deficitário. Ele observa que ninguém pode tirar dinheiro de onde não tem; e se estão tirando é porque tem.

Gervásio Maia, do PSB da Paraíba, apresentou oito emendas para modificar a medida provisória que institui o programa especial para análise de benefícios previdenciários com indício de irregularidade. Ele alerta que a proposta pode causar sérios embaraços para os trabalhadores do campo, porque, segundo o deputado, o texto cria dificuldades para que eles tenham acesso aos seus direitos.

Natália Bonavides, do PT do Rio Grande do Norte, protocolou quatro projetos de lei que tratam da proteção da Previdência e da aposentadoria dos brasileiros. A deputada diz que as matérias têm o objetivo de acabar com a farra de grandes empresas, como a Vale, que, segundo ela, lucram fortunas e não pagam o que devem à Previdência Social.

Bira do Pindaré, do PSB do Maranhão, afirma que a reforma da Previdência defendida pelo governo federal prejudica os trabalhadores assalariados. De acordo com ele, prova disso é a Medida Provisória 871 que, na visão do parlamentar, ataca violentamente o direito dos trabalhadores rurais.

Para Ivan Valente, do Psol de São Paulo, a reforma da Previdência é vergonhosa e atinge diretamente os mais pobres. Ele cita reportagem do jornal Folha de São Paulo dando conta de que as aposentadorias não serão mais reajustadas de acordo com a inflação.

Ivan Valente entende que essa mudança vai fazer com que todo benefício seja reajustado abaixo da inflação ou não sofra reajuste nenhum, afetando a maioria dos trabalhadores que ganham um salário mínimo. O congressista ainda critica o governo por não taxar os mais ricos.

## Meio Ambiente

Estudo feito pela Expedição Paraopeba detalha a devastação ambiental em Brumadinho, a presença de metais pesados ao longo do rio Paraopeba e os riscos de contaminação na bacia hidrográfica do São Francisco.

Os resultados da Expedição Paraopeba, da Fundação SOS Mata Atlântica, foram apresentados em audiência pública da comissão externa da Câmara sobre o desastre de Brumadinho. O repórter José Carlos Oliveira acompanhou o debate e traz mais informações.

O crime socioambiental - que vitimou cerca de 300 pessoas entre mortos e desaparecidos - também degradou 112 hectares de florestas nativas. A água ao longo de 305 km do Rio Paraopeba apresenta níveis de oxigênio, turbidez e PH totalmente fora dos níveis permitidos para consumo.

Foi detectada a presença de óxido de ferro, manganês, cobre e cromo oriundos dos rejeitos da barragem da Vale. As amostras de água foram coletadas em 22 pontos entre 31 de janeiro e 9 de fevereiro. Coordenadora da "Expedição Paraopeba", Malu Ribeiro expôs o impacto da contaminação sobre a fauna, a flora e o abastecimento de água dos 21 municípios visitados ao longo do rio.

Malu Ribeiro: Esse trecho todo está sem condição de vida: água completamente comprometida, com qualidade variando de péssima a ruim, portanto, impossível de ser utilizada para usos múltiplos.

A contaminação é elevada inclusive na represa da Hidrelétrica de Retiro Baixo, no município de Pompeu. Especialistas afirmam que a chegada de resquícios da lama tóxica ao Rio São Francisco é inevitável: pode demorar meses ou acontecer rapidamente, em caso de enchente.

Segundo Malu Ribeiro, o foco imediato para a mitigação desses efeitos deve se concentrar principalmente nas represas do São Francisco, como a de Três Marias.

Malu Ribeiro: Só o monitoramento permanente e a definição de regras operativas desse grande reservatório vão poder dar ao Comitê de Bacia do São Francisco as medidas necessárias para que a gente possa mitigar e recalibrar essas vazões de forma a garantir segurança, capacidade de recuperação e que esse conta-gotas de veneno sobre a cabeceira do São Francisco não mate o rio. Esse monitoramento terá de ser pago agora como ressarcimento de danos.

O relator da comissão externa de Brumadinho, deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais, disse que o endurecimento da legislação é inevitável para evitar a repetição de crimes socioambientais.

Júlio Delgado: É preferível a gente pecar pelo excesso para que amanhã não venha a pagar pela omissão.

Representantes da Associação Brasileira de Recursos Hídricos e da Agência Nacional de Águas defenderam mais investimentos e recursos humanos para garantir a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/10). Também querem maior participação da Defesa Civil nos planos de ação de emergência e obrigatoriedade de simulações de desastres com a população afetada por grandes empreendimentos.

A investigação dos crimes socioambientais da mineração continua gerando polêmica. Para otimizar os trabalhos, os deputados da comissão externa da Câmara defendem uma CPI mista.

Oficialmente, o presidente do Senado afirmou que vai esperar até 11 de março para decidir se instala ou não uma CPI exclusiva sobre Brumadinho naquela Casa, mas vários deputados manifestaram a preocupação de que uma eventual CPI exclusiva venha a ser alvo do chamado "lobby das mineradoras", como afirmou o deputado Rogério Correia, do PT de Minas Gerais.

Rogério Correia: Nós precisamos reagir porque estão preparando pizza com as pessoas se alimentando de minério: é fazer um jogo que ajuda as mineradoras, mas prejudica todo um povo. Uma das características de Mariana foi essa: 20 pessoas foram indiciadas na época e a Vale, com o lobby dela, conseguiu, na Justiça, paralisar o processo. Se não tivermos uma CPMI e tivermos uma pizza, provavelmente esses diretores da Vale vão sair impunes de novo.

Também defensor da CPI mista, o deputado André Janones, do Avante de Minas Gerais, apresentou outra denúncia contra a Vale nas cidades de Barão de Cocais e Nova Lima, onde houve recentes alertas com sirenes sobre riscos de novos rompimentos de barragem.

André Janones: A Vale, por meses e meses, se reuniu com o prefeito com a Câmara de Vereadores tentando comprar as 49 residências que estavam na área de risco (em Barão de Cocais). Quando encerrou-se a negociação e a Vale não conseguiu comprar essas 49 residências, ela tocou a sirene. Hoje, ela consegue comprar essas residências a preço de banana. Daí vem a necessidade da CPMI.

O coordenador da comissão externa, deputado Zé Silva, do Solidariedade de Minas Gerais, se reuniu com o presidente da Câmara Rodrigo Maia para tratar dos detalhes de uma semana de esforço concentrado, no Plenário da Casa, com propostas para aperfeiçoar as atuais regras de segurança e monitoramento de barragens, além da reparação dos danos socioambientais. Os deputados devem avaliar cerca de cem projetos de lei sobre o tema, e a votação está prevista para abril.

Da Rádio Câmara, de Brasília, José Carlos Oliveira.

topo ↕

## **DOURADOS AGORA - TEMPO REAL**

### **MEC envia novo texto às escolas suspendendo orientação sobre filmagens**

O Ministério da Educação (MEC), desde o início da manhã do dia (28), encaminha um novo comunicado às escolas suspendendo o pedido de filmagem de estudantes e do envio dos vídeos por e-mail.

É o terceiro comunicado enviado aos colégios. Por questões técnicas e de segurança, a filmagem foi suspensa.

O texto encaminhado hoje aos colégios informa sobre a nova decisão. "Em relação à mensagem anterior do Ministério da Educação (MEC), dirigida aos senhores e senhoras diretores e diretoras de escolas, por questões técnicas de armazenamento e de segurança, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez decidiu suspender o pedido de filmagem e de envio dos vídeos por e-mail."

Anteriormente, a pasta recomendou, deixando a decisão livre para cada instituição, aos colégios a leitura da carta, encaminhada pelo MEC, na presença de estudantes, professores e funcionários e a execução do Hino Nacional com registro em filmagens que deveria ser enviado ao MEC.

Alunos da escola estadual Raymundo Sá, no município de Autazes, interagem virtualmente com professores e alunos durante aula a distância produzida no Centro Nacional de Mídias de Educação.

#### Histórico

No primeiro comunicado, a mensagem orientava para leitura da carta, encaminhada pelo MEC, na presença de estudantes, professores e funcionários das escolas.

Nela, havia o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo.



Deus acima de todos!". O ministro da Educação, Ricardo Vélez, reconheceu que houve um equívoco.

Há dois dias, foi encaminhado um segundo comunicado. Nele, o slogan foi retirado, mas a orientação para leitura e o registro de filmagens foi mantida.

A mensagem especificava que, antes que os vídeos fossem utilizados, seria solicitada a devida autorização dos pais e responsáveis.

A pasta havia especificado o tamanho dos vídeos e os endereços de e-mail para o qual deveriam ser enviados. As imagens seriam selecionadas pelo ministério "para eventual uso institucional", conforme informou o MEC anteontem (26).

## Reações

No dia 26, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal, encaminhou um pedido de esclarecimento a Vélez, pois entendeu que a primeira mensagem feria preceitos legais.

O primeiro comunicado do MEC sofreu também críticas por parte de educadores, estudantes, estados e municípios.

Pelas redes sociais, estudantes fizeram uma campanha para gravar vídeos mostrando problemas na escola, como falta de materiais, de infraestrutura e falta de professores.

Secretarias estaduais se queixaram da ausência de consulta sobre o tema. No Brasil, as escolas públicas são, na maioria, de responsabilidade dos estados e municípios.

O MEC teria ferido a autonomia deles ao enviar uma mensagem diretamente às escolas.

Em nota, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que reúne os secretários estaduais, disse que a ação "fere não apenas a autonomia dos gestores escolares, mas dos entes da federação. O ambiente escolar deve estar imune a qualquer tipo de ingerência político-partidária".

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), também por meio de nota, disse que considera "inadequadas, na forma e no conteúdo", as recomendações encaminhadas pelo MEC.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Governo de SP anuncia expansão de programa que integra ensino técnico e ensino médio**

**A intenção é alcançar 180 mil matrículas até 2022, com 30 mil somente neste ano.**

**O programa, que hoje tem a maior parte das vagas em escolas e faculdades técnicas, deverá aumentar também nas escolas da rede pública estadual.**

O governador de São Paulo, João Dória, lançou nesta sexta (1º) o Novotec — uma expansão do programa de ensino integrado que permite a alunos do ensino médio cursarem, ao mesmo tempo que o currículo tradicional, um curso técnico profissionalizante. O projeto é feito em parceria com o Centro Paula Souza, que administra as escolas técnicas estaduais (Etecs) e as faculdades de tecnologia (Fatecs) do governo paulista.

O programa é a remodelação do M-Tec, formato piloto que começou a ser implantado em 33 Etecs no começo de 2018. Nesta modalidade, o aluno tem cinco horas de aula por dia, em um turno só, que são distribuídas em disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — como português, matemática e história — e nas matérias das formações profissionalizantes.

A modalidade formação técnica e profissional é um dos cinco itinerários formativos, previstos pela legislação, que as escolas podem oferecer aos alunos.

A intenção é expandir esse modelo para as escolas da rede pública do estado. Desde o ano passado, segundo o Centro Paula Souza, foram abertas 5,4 mil vagas na modalidade "m-tec". Destas, cerca de 400 estão distribuídas em dez escolas estaduais de São Paulo. As outras estão concentradas nas Etecs e Fatecs. Ao todo, 36 municípios já têm o Novotec (veja lista no final da matéria).

A projeção do governo é que mais de 30 mil vagas sejam oferecidas pelo Novotec em 2019, tanto no modelo presencial, nas escolas públicas, quanto nos formatos a distância (veja no final da matéria). A expectativa é que sejam alcançadas 180 mil matrículas até 2022.

Para o secretário de Educação de São Paulo, Rossieli Soares, que participou da elaboração da reforma do ensino médio, a expansão do modelo com um turno só vai favorecer alunos que precisam trabalhar.

"Algo muito importante quando a gente discute tempo integral, seja no técnico, seja para as escolas sem [ensino técnico], é que muitas vezes a escola vai para determinadas regiões em que o jovem não vai para a escola integral porque ele precisa ter outra oportunidade de trabalho. O novo ensino médio não exclui o tempo integral — ele inclui o outro modelo, que dialoga muito mais com a juventude — inclusive com a legislação existente", afirmou.

Entenda a reforma do ensino médio

Oito opções de formação

O formato M-Tec oferece, hoje, oito opções de formação aos alunos: informática para internet, desenvolvimento de sistemas, cozinha, comunicação visual, hospedagem, alimentos, administração e edificações.

Soares explicou, ainda, que o modelo antigo de ensino médio integrado ao técnico será mantido. Nele, os alunos têm sete horas de aula por dia, em ambos os turnos. "São dois modelos distintos que atenderão públicos que escolherão o seu caminho nessas possibilidades de oportunidade que estamos entregando", afirmou.

A diretora do Centro Paula Souza, Laura Laganá, reiterou a permanência dos dois formatos. O formato de menos horas possibilita uma expansão mais rápida dos cursos, segundo a diretora.

"O período integral, hoje, não é tão escalável, porque ainda os jovens de São Paulo

precisam trabalhar. Mas nós vamos manter os dois modelos", afirmou.

## Curta duração

Além do ensino médio integrado ao técnico, que dura três anos, o Novotec vai inaugurar outras três modalidades: o expresso, o móvel e o virtual, que têm início previsto para agosto deste ano, segundo o governo do estado:

Novotec expresso: os cursos, como marketing digital, programação e técnicas em vendas, têm duração de 200 horas, e são oferecidos em escolas estaduais e nas Etecs. Em 2019, serão 23 mil vagas.

Novotec móvel: os cursos, também de 200 horas, devem ser oferecidos em carretas que circulem até regiões remotas. Em 2019, haverá 1,5 mil vagas na modalidade.

Novotec virtual: nesta modalidade, os cursos terão entre 200 e 400 horas, e devem usar a estrutura de ensino a distância da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Para este ano, serão 3 mil vagas.

## Municípios de São Paulo que já têm o m-tec, segundo o governo estadual:

Alumínio  
Americana  
Apiaí  
Arujá  
Assis  
Boracéia  
Cajamar  
Carapicuíba  
Ferraz de Vasconcelos  
Guarulhos  
Itapeverica da Serra  
Itapetininga  
Itaquaquecetuba  
Itu  
Ituverava  
Jundiaí  
Mogi das Cruzes  
Mongaguá  
Monte Alto  
Monte Mor  
Orlândia  
Peruíbe  
Pirassununga  
Poá  
Ribeirão Pires  
Rio Grande da Serra  
Santa Rita do Passa Quatro  
Santos  
São Caetano do Sul  
São Carlos  
São Joaquim da Barra

São José do Rio Preto

São Paulo

São Sebastião

Serrana

Votorantim

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Justiça autoriza prefeitura pagar salários e rescisões dos professores em Montes Claros com recursos do Fundeb 2019**

**Desde o fim de 2018 os professores manifestam para pedir o pagamento dos salários de dezembro e rescisões; prefeitura diz que faz levantamentos para identificar as condições para pagar os débitos.**

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais autorizou a Prefeitura de Montes Claros a utilizar parte da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) do ano de 2019 para quitar os salários dos professores referente ao mês de dezembro de 2018 e as rescisões dos educadores.

A determinação foi publicada na noite dessa quinta-feira (28). De acordo com o relator do processo, o desembargador Geraldo Augusto, os valores utilizados na quitação dos débitos "devem ser compensados ou deduzidos por ocasião de acerto de contas entre o município e o estado".

A prefeitura já havia divulgado que a Justiça em Montes Claros havia negado este pedido, mas aguardava a resposta do tribunal em Belo Horizonte. Nesta sexta-feira (1º), a prefeitura afirmou que estão sendo feitos levantamentos para identificar as condições para pagar os salários e as rescisões aos professores. Não há prazo estabelecido para quitar os valores com os educadores.

No início de fevereiro, alguns professores ocuparam uma sala do gabinete do prefeito como forma de protesto. O grupo, de quatro professores, deixou o local cerca de 48 horas após o início da manifestação.

#### Entenda o caso

Os professores estão em protesto desde o fim do ano passado. Inicialmente o salário de novembro era a cobrança devido ao atraso no pagamento. Na época a prefeitura justificou dificuldades financeiras pelo não repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), mas arcou com os custos, via recursos do Tesouro Municipal, após grande reivindicação da classe, que contou inclusive com greve.

No início de 2019 os professores voltaram a se mobilizar, agora para pedir o acerto dos valores referentes a dezembro. Após a manifestação, alguns professores se reuniram com o prefeito Humberto Souto (PPS) para tentarem uma negociação. A prefeitura alegou que aguardava os primeiros repasses de verbas do Fundeb "para que seja tomada uma decisão com relação ao salário de dezembro".

Professores da rede municipal fazem protesto em frente à prefeitura de Montes Claros

No dia 25 de janeiro, a prefeitura de Montes Claros anunciou adiantamento no

pagamento dos salários do mês de janeiro para os professores municipais. Porém, a medida não agradou toda a classe, pois seguiu deixando de fora os acertos de rescisões e pagamentos do mês de dezembro.

Na época, a prefeitura voltou a destacar problemas nos repasses do Governo de Minas ao município, que prejudicou os pagamentos dos professores ao longo do ano de 2018. Com relação aos pagamentos de dezembro, afirmou que seria necessário que a situação seja normalizada pela gestão estadual atual, uma vez que os recursos repassados no exercício não podem, legalmente, ser usados para pagar compromissos de outros períodos.

topo ↕

## **O PROGRESSO - MA - TEMPO REAL**

### **Qual é o grande problema do Brasil? É o Hino Nacional?**

Pouca gente sabe que o embaixador Carlos Alves de Souza, que atuou representando o Brasil no exterior até os anos 1960, é o verdadeiro autor de uma das frases mais reconhecidas e repetidas por milhões de brasileiros: “O Brasil não é um país sério”.

Atribuída equivocadamente ao ex-presidente francês Charles de Gaulle (1890 - 1970), a frase nunca foi dita pelo general, segundo Souza, e é de autoria do próprio embaixador, que conta como ela surgiu em sua autobiografia, “Um Embaixador em Tempos de Crise”, de 1979.

Pertenço, com muito orgulho e saudade, a uma geração que chamava os mais velhos de “senhor(a)”; que reverenciava, tinha respeito e admiração por seus professores; que obedecia cegamente aos ensinamentos dos pais, mesmo que alguns deles não fossem os mais adequados àquele momento; que não se intrometia na conversa dos adultos; que cedia naturalmente o lugar aos mais velhos e às senhoras; que não conhecia o “bullying” e as brigas entre as crianças era resolvido lá mesmo na escola; que estudar em escola pública era regra e que estudar em escola particular, uma exceção.

Pertenço a uma saudosa geração que cantava o Hino Nacional Brasileiro pelo menos uma vez por semana, além do Hino do meu querido Rio Grande do Norte, o Hino do Município de Parnamirim, onde nasci, o Hino à Bandeira, e outros. Pertenço, com muito orgulho, a uma geração que sabia e gostava de reverenciar e conhecia os significados dos símbolos nacionais - a Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas das República. Pertenço, enfim, a uma geração que cultuava a verdade como regra, e que abominava a mentira.

Coisas do passado!

Os tempos mudaram e, junto com essa realidade, surgiram novos e grandes desafios. As eleições de outubro de 2018 trouxeram muitos ensinamentos aos brasileiros, entretanto, uma pequena minoria tenta, a todo custo, não reconhecer e se insurge sistematicamente contra essa realidade. Refiro-me, especificamente, aos partidos políticos e seus tradicionais “caciques” que reagem ao recado das urnas. São os grandes perdedores que ainda não fizeram uma leitura correta do recado das urnas de 2018. Se recusam, enfim, a fazer a desejada e necessária “mea culpa”.

Temos assistido nos últimos tempos a uma preocupante crise de identidade por parte da nossa sociedade. Vivemos em uma sociedade onde há uma nítida inversão de valores; onde ser correto é exceção e, ser falso é bem-vindo; onde a verdade incomoda, e a

mentira prospera.

Nos últimos dias a conhecida “mídia tradicional”, juntamente com uma parcela expressiva dos tradicionais “caciques da política”, os grandes perdedores das urnas de 2018 criaram uma celeuma sem precedentes em torno do email encaminhado às escolas pelo Ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, recomendando que filmassem seus alunos cantando o Hino Nacional Brasileiro.

Esse pequeno, porém significativo fato serve para materializar a séria crise de identidade que tomou conta da sociedade brasileira, onde a inversão de valores se tornou regra. Essa mesma “mídia tradicional” à qual me referi, acha “muito natural” filmar e denominar de “cultura” uma criança apalmando um homem nu no chão de um museu; acha “muito natural” um grupo de adolescentes embriagadas em bailes de funk mostrando as partes íntimas do seu corpo; acha também “muito natural” crianças portarem armas pesadas e servirem de “mulas/aviões” aos traficantes, e de maneira totalmente inversa, se insurgem quando traficantes altamente armados são mortos em confronto com a polícia.

Existe um ditado que diz: “cada povo tem o governo que merece”. Alexandre Garcia, sem dúvida alguma um dos mais lúcidos e competentes jornalistas da atualidade, em seus comentários antes do resultado das eleições de 2018, resumiu que o problema do Brasil não é a qualidade dos nossos políticos, e sim, o eleitor que elege esses políticos. Sim, é verdade, o problema do nosso Brasil é o CIDADÃO!

O atual governo, democraticamente escolhido pela maioria dos brasileiros em outubro de 2018, que sequer completou 60 dias à frente da árdua tarefa de administrar o país, já enfrentou o desastre de Brumadinho que ceifou centenas de vidas inocentes, as enchentes de fevereiro que desabrigaram milhares de pessoas, a grave crise humanitária na Venezuela, dentre outros, vem sendo implacavelmente patrulhado pela “mídia tradicional”, como se fosse responsável pelos desmandos dos governos anteriores.

Essa mesma “mídia tradicional”, ou seja, a “mídia perdedora”, se preocupa em plantar a “mentira oficial da semana” com a finalidade de desviar a atenção dos grandes desafios da sociedade brasileira, dentre eles, a Reforma da Previdência que significa o presente e o futuro dos nossos filhos e da Nação.

Sobre a crise de identidade que tomou conta da maioria dos brasileiros, trago à meditação dos leitores o encerramento do livro do embaixador Carlos Alves de Souza, onde diz: “Na minha vivência de mais de 50 anos nos meios militares, diplomáticos, políticos e sociais, cheguei a suas conclusões melancólicas.

A primeira é a de que a argila, da qual foi feita o brasileiro, não é de boa qualidade. E a outra, em que foi acertada minha frase, atribuída ao general De Gaulle: ‘Le Brésil n’est pas un pays sérieux’ (“O Brasil não é um país sério”).

E você leitor, o que acha de tudo isso? Qual é o grande problema do Brasil? É o Hino Nacional? Se quiser uma resposta verdadeira, vá até o espelho e veja quem é o responsável!

topo ↕

**PONTA PORÃ INFORMA - TEMPO REAL**

## **UFMS está com inscrições abertas para 5 cursos de pós-graduação**

### **Entre os cursos com vagas está a Pós-Graduação em Ciências do Movimento, inédita no Estado**

A UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) está com inscrições abertas em cinco cursos de pós-graduação nas suas unidades do Estado. Um deles, por sinal é inédito.

Aprovado em dezembro de 2018 pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, a Pós-Graduação em Ciências do Movimento oferece 22 vagas, para formação da primeira turma do Mestrado em Campo Grande.

As propostas podem ser enviadas até o dia 20 de março. O Mestrado, inédito no Estado, está sendo oferecido pelo Instituto Integrado de Saúde e tem como área básica de conhecimento a Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

As vagas são para a Cidade Universitária, em Campo Grande, e para os câmpus de Corumbá e Três Lagoas. As inscrições podem ser feitas pelo Portal de Pós-Graduação da Universidade. Até amanhã (01), a Pós-Graduação em Educação, do Campus de Três Lagoas, recebe propostas de pesquisa para 24 vagas.

Com inscrições abertas até o dia 11, na Capital as oportunidades são para a Pós-Graduação em Recursos Naturais, com oferta de sete vagas remanescentes. Já a Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, tem 13 vagas remanescentes, no Campus do Pantanal – Corumbá. Também no Campus de Três Lagoas, o Programa de Pós-Graduação em Geografia recebe inscrições para o doutorado nessa mesma data.

topo ↕

## **PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL**

### **Em meio à crise por Hino Nacional, MEC atrasa envio de 416 mil livros didáticos Atraso na entrega dos exemplares tem causado transtornos em diversos estados** 02/03/2019

Enquanto Ricardo Vélez Rodríguez se ocupa de enviar carta assinada a escolas pedindo que leiam slogan de campanha eleitoral, a entrega de quase meio milhão de livros didáticos está em atraso no país. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia ligada ao Ministério da Educação e responsável pela distribuição do material, minimiza as pendências, afirmando que mais de 99,5% dos 126,1 milhões de livros previstos para chegar aos alunos neste início de ano letivo foram entregues. O restante, segundo o órgão, está atrasado por causa de “sinistros e extravios, mas já está sendo repostado por meio de compra complementar”.

Apesar de proporcionalmente pequeno, o número de exemplares em atraso tem causado transtornos em diversas partes do país. No Distrito Federal, o secretário de Educação, Rafael Parente, já reclamou de não ter recebido 15 mil livros destinados a alunos da educação básica — incluindo os ensinamentos infantil, fundamental e médio — e disse que o DF fará o próprio material didático para não mais depender do MEC. Segundo a Pasta, faltam materiais didáticos de todas as disciplinas. O secretário afirmou que planeja um levantamento das escolas com maior demanda para fazer um remanejamento das obras.

O atraso na entrega de livros também foi relatado em estados como Rio de Janeiro, Tocantins e Paraná, segundo informou a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação. A entidade destacou que, segundo os relatos, são “casos pontuais” de

“atrasos e quantidade insuficiente de livros”.

O material que ainda não foi entregue faz parte do Programa Nacional do Livro Didático 2019, que fornece as obras para professores da educação infantil e estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental, além de fazer reposições de livros para estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Hotel inclusivo : Como a tecnologia ajuda a acessibilidade**

#### **Feira Reatech apresentará lançamentos na área de inclusão**

Dormitórios e banheiros acessíveis, rampas e elevadores são algumas das determinações da legislação brasileira para tornar hotéis e pousadas no Brasil acessíveis.

No entanto, as barreiras enfrentadas por deficientes físicos vão além dessas estruturas no momento de escolher uma hospedagem para férias ou trabalho. É comum que os balcões de recepção de hotéis sejam o dobro da altura de um cadeirante, ou que faltem atendentes treinados na Língua Brasileira de Sinais. Deficientes visuais também se deparam com a dificuldade de conhecerem as instalações dos estabelecimentos. A tecnologia, assim como já ajudou milhares de viajantes e turistas pelo mundo, vem desenvolvendo soluções para que portadores de deficiências também desfrutem das comodidades de hotéis ou pousadas, independentemente de suas limitações física, sensorial, intelectual ou mental. A empresa brasileira Sinal Link Acessibilidade desenvolveu o "Kit SL Basic", formado por relógio despertador com alarme vibratório, amplificador móvel do volume da chamada telefônica, sensor wireless luminoso e sonoro para sinalização da campainha e toque do telefone, além da batida de porta adaptada para quartos de hotéis. "A ideia é que esse kit fique no balcão do check-in do hotel e seja colocado no quarto de acordo com o hóspede que precisar", acrescentou Marcos Alencar, diretor comercial da Sinal Link.

O kit será apresentado na 16ª Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade (Reatech), que ocorre entre os dias 13 e 16 de junho, em São Paulo. Organizado e promovido pela Cipa Fiera Milano, o evento apresentará dezenas de novidades tecnológicas voltadas para a acessibilidade. A edição deste ano também dará espaço para startups do setor.

As soluções tecnológicas para hospedagem que serão apresentadas na Reatech vem ao encontro do decreto presidencial de 1 de março de 2018 sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência.

O texto, que regulamenta a Lei sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2015, prevê que os estabelecimentos deverão disponibilizar, no mínimo, 5% dos dormitórios com recursos de acessibilidade. Ou seja, dos 10% dos dormitórios que pela Lei têm de possuir adaptações para deficientes, metade precisa ser adaptado para pessoas com limitações físicas. O setor de tecnologia para hospedagem e acessibilidade também está aquecido devido a outro projeto de lei, que ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados. A proposta 230/19 prevê que os hotéis e pousadas que não garantirem um dormitório com acessibilidade deverão oferecer um desconto de 10% nas diárias para hóspedes com alguma deficiência.

De acordo com o decreto, ficou determinado que todas as áreas de livre acesso aos hóspedes, como garagens, estacionamentos, recepção, elevadores, áreas de circulação, entre outros, devem respeitar as normas de acessibilidade em edificações de uso coletivo. Além disso, a regra também inclui às áreas de lazer, salas de convenções, salões de cabeleireiro, lojas e a qualquer espaço dentro do hotel. "Os hoteleiros ainda estão se preparando, mas têm muita coisa para fazer. O Ministério da Educação (MEC),



por exemplo, cobra muito das instituições de ensino superior o cumprimento da lei de acessibilidade. Mas, no caso do setor hoteleiro, falta uma cobrança maior dos órgãos responsáveis, porque senão os estabelecimentos vão fazendo o mínimo", explicou Alencar.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Nomeação de coronel para conselho de educação causa desconfiança

Causou desconfiança a nomeação do coronel Paulo Roberto Costa e Silva para a secretaria executiva do Conselho Nacional de Educação (CNE). O órgão é ligado ao Ministério da Educação (MEC), mas os conselheiros atuais foram indicados pelos governos anteriores e só podem ser mudados com o término do mandato.

Entre eles estão Maria Helena Guimarães de Castro, secretária executiva do MEC na gestão de Michel Temer e de Fernando Henrique Cardoso, e Francisco Soares, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) durante o governo de Dilma Rousseff. Ambos estão entre mais os conceituados especialistas em Educação do País.

O CNE elabora pareceres e resoluções sobre temas como diretrizes curriculares e critérios de avaliação. O projeto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que determina os objetivos de aprendizagem, por exemplo, foi discutido e teve de ser aprovado no conselho antes de o MEC colocá-lo em prática. Decisões do CNE precisam ser homologadas pelo ministro da Educação.

A reportagem apurou que o atual ministro Ricardo Vélez Rodríguez pensou em extinguir o CNE ou trocar conselheiros. Na semana passada, nomeou Costa e Silva para o cargo.

### Perfil

Militar especialista em inteligência estratégica, Costa e Silva foi Ajudante de Ordens do Gabinete Militar da Presidência da República, entre 1985 e 1988. Trabalhou ainda como Instrutor da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de onde Vélez é professor emérito.

Recentemente, o ministro afirmou que os militares, durante a ditadura militar, foram chamados para "corrigir, como uma espécie de poder moderador, os rumos enviesados que tinha enveredado a República".

Segundo a assessoria do CNE, o cargo de secretário executivo tem funções apenas burocráticas e de gestão. O secretário executivo fica abaixo do presidente do CNE, atualmente Luiz Roberto Liza Curi, que não teria sido consultado.

Costa e Silva terá acesso a reuniões dos conselheiros, que são gravadas. Entre eles, há quem manifeste preocupação com eventuais opiniões críticas sobre o MEC e sobre o ministro nesses encontros. A secretária executiva anterior, Andréa Malagutti, é servidora de carreira do MEC e continua na pasta. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

### GAZETA DO POVO – PR - VIDA E CIDADANIA

#### Os verdadeiros números sobre a morte de LGBTs no Brasil

**Realizados por ONGs e instituições acadêmicas, os levantamentos sobre a violência contra homossexuais e transexuais se apoiam em notícias de jornal interpretadas de forma dúbia. A maior parte dos casos não caracteriza violência motivada por preconceito**

Moradora de Riolândia, no interior de São Paulo, Vitória Graciano Ramos chegava em casa com a família, de carro, na madrugada de 25 de dezembro de 2017. Saiu para abrir o portão e sentou-se sobre o capô do veículo enquanto um familiar manobrava. Escorregou, caiu sob as rodas e morreu.

Semanas antes, em setembro de 2017, na zona norte de Manaus (AM), Fabíola Oliveira Menezes morreu trocando tiros com a polícia. Ela tinha histórico de tráfico de drogas e foi encurralada pela polícia depois de roubar um carro. Durante a fuga, o veículo capotou e caiu num barranco. A polícia conseguiu prender os dois cúmplices, Tais Esmeralda Machado Vieira e Felipe de Lima Galdino (que, aos 18 anos, já tinha oito passagens pela polícia).

Já Micaela Ferreira Avelino foi vítima de um assalto, em julho de 2017. Dona de uma barbearia em Natal (RJ), ela havia mudado o endereço de seu comércio para dentro de um shopping, em busca de segurança. No segundo dia de funcionamento no novo local, a barbearia foi tomada por ladrões que haviam tentado assaltar um carro forte. Um dos criminosos fez Micaela de refém, e ela acabou atingida na cabeça por uma bala disparada por um segurança do estabelecimento.

Em maio, também de 2017, na cidade mineira de Contagem, Kathleen Viana de Paula, de 19 anos, discutia com outra mulher, sua namorada, quando foi empurrada por ela. Bateu a cabeça no chão e morreu na hora.

O que esses quatro casos têm em comum? As pessoas que morreram eram mulheres, e lésbicas. Por isso, foram incluídas em listas de vítimas de violência motivada por homofobia. Produzidos por diferentes organizações não-governamentais, e também por um grupo de pesquisadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), esses relatórios são considerados como fonte primária de informação, tanto para o governo brasileiro como para, por exemplo, a Organização das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

**Cenário** violento  
Invariavelmente, esses levantamentos apresentam dados alarmantes. Segundo o Grupo Gay da Bahia, em 2018 morreram de morte violenta (incluindo suicídio) 420 LGBTs; em 2017 haviam sido 445 vítimas e, em 2016, 343. Produzido há 39 anos ininterruptos, o relatório identificou, no ano 2000, 130 mortes; em 2010, haviam sido 260.

Segundo a Associação Nacional dos Travestis e Homossexuais (Antra), em 2017 foram assassinatos 179 pessoas trans, com suspeitos presos em apenas 18 dos casos. Já de acordo com a organização não governamental International Transgender Europe (TGEU), que monitora casos em todo o mundo, entre 2008 e 2016 ocorreram, no Brasil, pelo menos 868 homicídios de pessoas trans.

Além disso, o levantamento produzido dentro da UFRJ, chamado Lesbocídio e produzido por Maria Clara Dias, Suane Felipe Soares e Milena Cristina Carneiro Peres, aponta que, entre 2014 e 2017, foram vítimas de morte violenta, incluindo suicídios, 126 mulheres lésbicas no Brasil. Somados, esses relatórios sustentam as afirmações, muito repetidas, de que o Brasil é o país que mais mata homossexuais e transexuais no planeta.

Acontece que, no momento em que se olha com atenção para cada um dos casos citados, é possível perceber que, muitas vezes, não é possível afirmar com segurança que são todos episódios provocados por preconceito. O biólogo de formação Daniel Barbosa Reynaldo, funcionário da prefeitura do Rio de Janeiro, resolveu fazer essa checagem, caso a caso, em especial no levantamento da UFRJ. O que ele descobriu é que o percentual de casos comprovadamente resultantes de violência motivada por homofobia é espantosamente baixo.

Critérios

confusos

"As três pesquisadoras fizeram uma seleção aleatória de mulheres lésbicas que morreram pelos mais diversos motivos, incluindo acidente, suicídio, bala perdida, criminosa trocando bala com a polícia, e simplesmente chamaram aquilo de morte motivada pela homofobia", ele afirma. "Existem casos pontuais de violência contra homossexuais, mas eles são muito inferiores ao que é divulgado por esses grupos. Esses dados só são obtidos através de uma manipulação intensa e grosseira dos dados, incluindo um número de mortes que não tem indícios que permitam concluir que houve homofobia".

Em novembro de 2017, Daniel Barbosa criou a página Quem a homotransfobia não matou hoje?, uma referência irônica ao site do Grupo Gay da Bahia, Quem a homotransfobia matou hoje?. "Meu interesse é focado em estatísticas relacionadas a minorias, procuro discutir os dados apresentados", afirma. Para o biólogo, de todos os 126 incidentes listados pelo Lesbocídio, apenas dois são claramente crimes motivados por preconceito.

O geneticista Eli Vieira realizou uma checagem semelhante para os dados do Grupo Gay da Bahia, que produz seu relatório anual há 39 anos. Chegou a uma primeira conclusão, ainda parcial, que, dos casos apontados pelo grupo como homicídio motivado por homofobia em 2017, apenas 6% têm, comprovadamente, essas características e 42% não têm, de forma alguma, motivação homofóbica. "Resolvi iniciar uma checagem completa de dados referentes ao ano 2016, motivado pelo trabalho pioneiro do Daniel Reynaldo, e também sensibilizado pelas agressões que ele sofreu ao fazer o trabalho salutar de crítica, o que deveria ser normal na universidade", afirma Eli Vieira, fazendo referência ao fato de que as pesquisadoras da UFRJ processaram Daniel Barbosa por danos morais.

"Não há nenhum segredo na checagem do trabalho do Grupo Gay da Bahia", diz Eli Vieira. "As estatísticas geradas pelo GGB e citadas pela imprensa são nada mais que clippings de notícias acompanhados de operações aritméticas: somam os casos noticiados que coletaram em um ano e levam os números de volta à imprensa, sem passar por qualquer revisão independente, e a maior parte da imprensa não manifesta nenhuma curiosidade jornalística a respeito dos métodos", ele critica. "Nenhuma dessas afirmações tem o mínimo rigor científico. São tiros no escuro".

Fontes

discutíveis

No caso da UFRJ, na medida em que Daniel Barbosa começou a publicar em seu blog insistentes críticas aos métodos das pesquisadoras Maria Clara Dias, Suane Felipe Soares e Milena Cristina Carneiro Peres, elas reagiram alegando perseguição. "Tenho sido vítima de acusações em redes sociais e denúncias, endereçados a diversos órgãos públicos, tais como a Ouvidoria e Reitoria da UFRJ, MPF, CGU, CAPES e CNPq, por conta de uma pesquisa que lidero sobre o assassinato de mulheres lésbicas no Brasil", afirmou, em nota pública, a professora Maria Clara Dias, que é graduada em psicologia, doutora em filosofia, com pós-doutorado nas universidades de Connecticut, Oxford e Tulane. Dentro da UFRJ, além de professora, ela coordena o Núcleo de Ética Aplicada (NEA) e o Núcleo de Inclusão (NIS).

"Tenho sido alvo de perseguições sistemáticas, que envolvem acusações de fraude e insinuações mentirosas sobre o mau uso do dinheiro público", ela prossegue. "Minha foto, assim como a das demais autoras do Dossiê, encontram-se, desde então estampadas como pano de fundo em um blog que profere um discurso de ódio e busca, de forma nada acadêmica, coibir a defesa dos direitos básicos de grupos heterodiscordantes". Procuradas pela reportagem, as pesquisadoras não retornaram aos pedidos de entrevista.

Daniel Barbosa afirma que, de fato, enviou e-mails aos órgãos públicos que subsidiam o trabalho das pesquisadoras. "O que elas estão chamando de serem perseguidas e ameaçadas? O que eu fiz foi enviar denúncias em relação à atividade delas, que recebem verba pública, para conduzir essas pesquisas". O blogueiro foi condenado em primeira instância, principalmente por utilizar as fotos das pesquisadoras em sua página, e recorreu. Por outro lado, conseguiu da Controladoria Geral da União uma ordem, ainda não cumprida, determinando que as

pesquisadoras divulguem os detalhes dos casos que sustentam suas pesquisas.

“Seria muito fácil para elas derrubar meus argumentos. Bastaria apresentar dados que comprovem que esses casos têm relação com homofobia. Até agora elas não fizeram isso”, afirma o blogueiro. “O uso destes números como justificativa para formar políticas públicas (verbas, cargos e, sobretudo, legislações) é meu maior incômodo”.

A Antra também foi procurada pela reportagem e não se manifestou. Mas, em seu relatório mais recente, a entidade explica a metodologia utilizada para produzir seu relatório: “O levantamento é feito a partir de pesquisa dos dados em matérias de jornais e mídias vinculadas na internet. De forma manual, individual e diária”.

O relatório Lesbocídio também apresenta sua metodologia. “Trata-se de uma pesquisa empírica realizada em seis etapas: busca, análise dos dados coletados, validação dos dados, catalogação, monitoramento e divulgação. As fontes dos dados foram obtidas essencialmente a partir do monitoramento de redes sociais, sites, jornais eletrônicos e outros meios de comunicação que fossem expressões de notícias criminais nacionais, regionais e locais, buscando a identificação dos casos de lésbicas assassinadas ou suicidadas”.

Por que suicídio? “Como a expressão do preconceito atua em duas vias, uma social e outra pessoal, há também a experiência do preconceito nas relações interpessoais no trabalho, na família, da escola etc.”, o relatório explica. “Tal situação de isolamento, desamparo, desinformação e sistemáticas reprovações e retaliações, movidas por consecutivas tentativas de heterossexualização da lésbica, podem levar a uma condição de incapacidade de construção de uma autoestima positiva e estável. Nestes casos é comum a desistência da busca por enquadramento que culmina no suicídio”. Ou seja, o suicídio é considerado consequência da violência e do preconceito impregnados na sociedade.

“Extrema direita”  
Fundador do Grupo Gay da Bahia, o professor Luiz Mott conversou com a reportagem sobre o assunto. “Veja quem já criticou nosso relatório: o presidente Bolsonaro, o [filósofo] Olavo de Carvalho, o [jornalista] Reinaldo Azevedo. Só pessoas extremamente homofóbicas, de extrema direita”. Mott, que é antropólogo, historiador e orientador do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal da Bahia, explica que existe um critério para a inclusão de casos mais polêmicos – como o de Vitória Graciano Ramos, que escorregou do capô do carro e caiu sob as rodas do veículo.

“Os críticos não consideram, por exemplo, que o índice de alcoolismo entre lésbicas é altíssimo, muito mais alto do que entre mulheres heterossexuais. De modo que ela é vítima do que nós chamamos de homofobia estrutural”. Mott explica que os relatórios são, de fato, limitados.

“Nós somos os primeiros a reconhecer que nosso levantamento é incompleto, porque não é feito por órgãos oficiais, que deveriam ter acesso aos relatórios anuais das delegacias de polícia, dos fóruns dos estados, dos fóruns municipais, das secretarias de segurança pública e de direitos humanos”. O governo federal, de fato, não produz um levantamento oficial mais amplo – a maior fonte oficial pública de dados são as denúncias enviadas por telefone para o Disque 100, cujos dados deixaram de ser transformados em relatórios oficiais nos últimos anos.

“É claro que há dados contraditórios, às vezes equivocados, mas não chegam a 5%. É intolerância pegar essa meia dúzia de casos que são problemáticos e desqualificar centenas de episódios documentados. Negar o ódio desses crimes contra homossexuais é intolerância, é uma manifestação de homofobia”.

Eli Vieira discorda dos critérios. “Simplesmente não é correto presumir que toda morte de gay é homofobia por causa de uma fantasmagórica e amorfa homofobia estrutural e sistêmica da sociedade. Parece mais uma desculpa para botar as conclusões na frente dos dados”. “Se qualquer pessoa que apresenta hipótese alternativa à motivação homofóbica em mortes

violentas de LGBT será acusada de homofobia, o que esses ativistas estão fazendo não é pesquisa, é um tribunal de [Franz] Kafka [escritor checo], em que ou você concorda com as conclusões pré-estabelecidas deles, ou é homofóbico”.

Os pesquisadores dessas ONGs, afirma Eli Vieira, “entram na área por ativismo, não por curiosidade, e é isso que os resultados de seu trabalho refletem: ativismo, não curiosidade”. Ele conclui: “Devemos dar ênfase primeiro à pesquisa, esse é o papel da universidade cada vez mais sob ataque, e ativistas honestos devem botar a curiosidade na frente do fervor moral e da vontade de agradecer às suas tribos políticas.”

topo ↕

## **CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA**

### **Novo Fies: lista de espera está disponível**

O Ministério da Educação (MEC) divulgou na última segunda-feira o resultado dos seus programas de Financiamento. E quem não foi contemplado com o benefício dos financiamentos Fies e P-Fies entrou automaticamente na lista de espera do Fies 2019 - na modalidade P-Fies não há lista de espera. A chamada começou a ser feita na quarta-feira (27) e segue até 10 de abril. Na página de resultado é possível consultar quem foi convocado.

Caso tenha sido pré-selecionado na lista de espera é necessário complementar as informações no site do FiesSeleção. Essa etapa é obrigatória para a contratação do financiamento, que nesse semestre está ofertando 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na P-Fies.

Entendendo as modalidades As vagas a juro zero são ofertadas pela modalidade Fies diretamente pelo governo ao estudante com renda familiar mensal de até três salários mínimos. A modalidade P-Fies é voltada para estudantes com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos e é ofertado pelas instituições financeiras, porém com recursos públicos.

Além da renda familiar, para participar do processo seletivo também é necessário ter feito alguma edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - a partir de 2010 - e obtido média igual ou superior a 450 pontos e maior que zero na redação.

Bolsas de estudo Os candidatos que não conseguirem obter o financiamento podem optar por uma bolsa de estudo para ingressar no ensino superior. Com 15 anos de atuação e já tendo beneficiado 900 mil estudantes, o Educa Mais Brasil oferta descontos de até 70% para quem pretende cursar uma graduação.

O programa não exige participação no Enem e comprovação de renda familiar. Além disso, ao concluir o curso e estando adimplente com o programa e com a faculdade, não há dívida estudantil. Para conseguir os descontos basta acessar o site do Correio, escolher o curso e fazer a inscrição gratuitamente.

topo ↕

## **FOLHA DE BOA VISTA - RR - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

### **Juiz autoriza seletivo para professores do Estado**

**A contratação será temporária e para suprir a demanda reprimida nas unidades de ensino da rede estadual.**

A Secretaria de Educação e Desporto (Seed) obteve decisão favorável da Justiça para a realização de processo seletivo para contratação de professores. A determinação foi proferida nos autos do processo judicial nº 0805258.2018.823.001. Com a decisão, a Seed está finalizando o edital do processo seletivo, que será amplamente divulgado, além de publicado em Diário Oficial do Estado.

O tema estava subjúdice em função da obrigatoriedade do cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado no ano de 2016 entre a Seed e o Ministério Público do Estado de Roraima (MPE/RR).

O TAC determinava a realização de concurso público, até novembro do ano passado, para professores da Educação Básica atuarem na rede pública estadual de ensino.

A Justiça entendeu que, caso não fosse realizado o processo seletivo, as crianças e adolescentes poderiam sofrer prejuízos com a ausência das aulas, uma vez que o número de docentes efetivos hoje é insuficiente para atender as demandas dos estudantes principalmente no interior do Estado, área rural e indígena.

Atualmente, a necessidade de professores para a Capital Boa Vista, Interior e área indígena chega a pouco mais de dois mil docentes. Mesmo com a realização do processo seletivo, a Seed vai trabalhar para a realização do concurso público.

**INÍCIO DAS AULAS** - Em Boa Vista, o ano letivo terá início no dia 7 de março. As escolas seguirão Calendário Escolar já elaborado e finalizado por uma comissão designada pela Seed. O documento deverá ser publicado nos próximos dias. As unidades de ensino da Capital já estão preparadas para o início das aulas, inclusive com o retorno dos professores nesta quinta (28) e sexta-feira (1º) para alinhamento final e planejamento do ano letivo.

Já no Interior do Estado, as aulas não terão início na próxima semana. "Para as escolas do Interior, sede de municípios, área rural e indígena, o início do ano letivo será divulgado no próximo dia 12 de março, em função da programação da realização do processo seletivo, uma vez que a necessidade de professores para o Interior é superior a da Capital", explicou a secretária de Educação e Desporto, Leila Perussolo.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica 2018, em todo o Estado são 383 escolas e 72.471 alunos matriculados. Na área rural, são 274 escolas e 23.158 alunos.

[topo](#)

## **JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL**

### **MEC envia novo texto às escolas**

O Ministério da Educação (MEC) encaminhou nessa quinta um novo comunicado às escolas suspendendo o pedido de filmagem de estudantes e do envio dos vídeos por e-mail. É o terceiro comunicado enviado aos colégios. Por questões técnicas e de segurança, a filmagem foi suspensa. O novo texto enviado aos colégios informa: "Em relação à mensagem anterior do MEC, dirigida aos senhores e senhoras diretores e diretoras de escolas, por questões técnicas de armazenamento e de segurança, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez decidiu suspender o pedido de filmagem e de envio dos vídeos por e-mail".

Anteriormente, a pasta recomendou, deixando a decisão livre para cada instituição, aos colégios a leitura da carta, encaminhada pelo MEC, na presença de estudantes, professores e funcionários e a execução do Hino Nacional com registro em filmagens que deveria ser enviado ao MEC. No primeiro comunicado, a mensagem orientava para leitura da carta, encaminhada pelo MEC, na presença de estudantes, professores e funcionários das escolas. Nela, havia o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!" Há três dias, foi encaminhado um segundo comunicado. Nele, o slogan foi retirado, mas a orientação para leitura e o registro de filmagens foi mantida. No dia 26, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal, encaminhou um pedido de esclarecimento a Vélez, pois entendeu que a primeira mensagem feria preceitos legais.

O primeiro comunicado do MEC sofreu também críticas por parte de educadores, estudantes, estados e municípios. Pelas redes sociais, estudantes fizeram uma campanha para gravar vídeos mostrando problemas na escola, como falta de materiais, de infraestrutura e falta de professores. Secretarias estaduais se queixaram da ausência de consulta sobre o tema. No Brasil, as escolas públicas são, na maioria, de responsabilidade dos estados e municípios.

Na primeira mensagem, havia o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!"

topo ↕

## INFONET - TEMPO REAL

### Mestrado em Educação: prazo para inscrição encerra dia 7 de março

Está se encerrando o prazo para inscrições no processo seletivo para a terceira turma do Mestrado Profissional em Educação (ProfEPT). O Instituto Federal de Sergipe (IFS) ofertará, no total, 24 vagas – 12 para servidores e 12 para o público externo. As inscrições ficarão abertas até o dia 7 de março através do site e custarão R\$ 70.

O Exame Nacional de Acesso (ENA) acontecerá no dia 5 de maio, com aplicação no estado para o qual o interessado se candidatou na inscrição. A seleção consiste em uma prova de múltipla escolha cuja base bibliográfica está indicada no edital de abertura do ENA. Já o resultado final desse certame está previsto para ser divulgado 17 de junho, com matrículas entre os meses de junho, julho e agosto, e início das aulas em agosto de 2019.

Mais informações podem ser obtidas pelo edital, pelo e-mail [profep@ifes.edu.br](mailto:profep@ifes.edu.br) ou com a coordenação das instituições associadas.

Sobre o programa O ProfEPT é um programa de pós-graduação em rede nacional reconhecido pela **Capes** que tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica. Busca, ainda, ampliar a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos através da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. É ofertado na modalidade semipresencial pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Acesse a página de inscrição.

topo ↕

## PIAUI AGORA - PI - TEMPO REAL

### Professores da rede estadual podem concorrer a 600 vagas para formação no exterior

Profissionais da educação básica da rede pública de ensino do país podem se candidatar a mais de 600 vagas para cursos de formação em três países: Estados Unidos, Canadá e Irlanda. As vagas são ofertadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

As inscrições, gratuitas, são feitas online com preenchimento de formulário e envio de documentos pela internet. Além da passagem aérea, os participantes terão direito a uma ajuda de custo, seguro de saúde e alojamento.

Em 2013, 18 professores da rede pública estadual do Piauí participaram do programa de aperfeiçoamento em solo norte-americano. No cardápio de atividades além das aulas teóricas e práticas, visitas a museus, bibliotecas, pontos turísticos, palestras com diversos profissionais americanos, workshops, entre outras atividades.

“Vivemos uma experiência única na vida. Todos os professores devem buscar oportunidades como essa e agregar mais conhecimentos a sua experiência profissional, além disso, um curso como esse muda a visão que temos de mundo e de que podemos alcançar voos que muitas vezes não imaginamos”, relatou à época Maria Júlia, professora da rede estadual do Piauí.

O edital para os Estados Unidos, em parceria com a Comissão Fulbright, é direcionado aos professores de língua inglesa. São 486 vagas para um curso intensivo de seis semanas em universidades norte americanas. Podem participar docentes da rede pública estadual, municipal e distrital, em efetivo exercício da profissão. As inscrições vão até 17 de março.

O outro edital é promovido pelo Colleges and Institutes Canada (CICan). São 102 vagas destinadas aos professores de todas as áreas da educação básica da rede municipal, estadual e distrital. Dividido em duas partes – a primeira em um curso básico de inglês e a outra em um curso de formação, voltado para gestão de sala de aula e aprendizagem centrada no aluno. O curso terá duração de oito semanas e as inscrições podem ser feitas até 26 de março.

No caso da Irlanda, são 30 vagas para coordenadores e supervisores pedagógicos de qualquer escola da rede pública (municipal, estadual, distrital e federal). As inscrições vão até 26 de março. A parceria com o Mary Immaculate College oferece cursos de inglês, desenvolvimento de habilidades em liderança e gestão pedagógica. O curso tem duração de doze meses.

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Idiomas sem Fronteiras tem vagas para brasileiros e estrangeiros

Atenção estudantes, professores e técnicos administrativos de instituições de ensino superior: estão abertas as inscrições para a segunda oferta de 2019 dos cursos de inglês e português para estrangeiros do Programa Idiomas sem Fronteiras, com 16.355 vagas em todo o país. Para fazer o cadastro, os interessados devem acessar a página do programa e informar o CPF. O programa conta com a participação de 141 instituições. As inscrições terminam em 14 de março.

Para a formação em inglês estão abertas 15.149 vagas. Outras 1.173 são destinadas ao curso de português para estrangeiros. Todas na modalidade presencial. O principal objetivo do programa é promover ações para a internacionalização do ensino superior do país, valorizando a formação especializada de professores em língua estrangeira. O programa também oferece teste de língua estrangeira, nivelamento e proficiência.

Além da formação em inglês e português para estrangeiros, o programa oferece cursos de alemão, espanhol, francês, italiano e japonês, que terão novas vagas abertas ao longo de 2019. Durante o ano são realizadas oito ofertas – quatro por semestre.

As ofertas de idioma e vagas variam de acordo com a capacidade de cada instituição ao longo do ano. Isso porque as diversas instituições se credenciam nos idiomas em que possuem cursos de graduação. Todas, contudo, seguem o padrão de 25 vagas por turma.

Internacionalização – O vice-presidente da língua inglesa do Idiomas sem Fronteiras, professor Virgílio Almeida, explica que o programa é um importante instrumento do processo de internacionalização das universidades brasileiras. “Há a necessidade de a universidade preparar não apenas os alunos e professores para sair do país e fazer pesquisas no exterior, mas preparar também as universidades brasileiras para receber pesquisadores estrangeiros”, enfatiza.

De acordo com ele, a internacionalização passa por transformar a universidade em ambiente cada vez mais global. “Isso exige não apenas que professores, servidores e alunos se comuniquem em outra língua, mas que a universidade também o faça, por intermédio de um portal disponível em outros idiomas, da disponibilidade de documentos oficiais em outros idiomas, da sinalização gráfica nos diversos campi também em outros idiomas, por exemplo. O Idiomas sem Fronteiras colabora para que essa realidade se faça cada vez mais presente no país”, pontua.

O Idiomas Sem Fronteiras é oferecido pelo MEC e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao MEC.

Acesse a página do programa

Cadastre-se no Idioma Sem Fronteiras

Assessoria de Comunicação Social - MEC (28.02.2019)

topo ↕

## AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

**Câmara analisa propostas para restringir cursos da área da saúde a distância**  
**Propostas em tramitação na Câmara buscam definir se e de que forma cursos na área de saúde podem ser ministrados a distância**



A proibição de que cursos da área de saúde sejam ministrados a distância tem sido tema de debate na Câmara dos Deputados. A desconfiança acerca desse tipo de formação foi reforçada nesta semana pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, que não vai permitir o registro de profissionais de formados neste tipo de curso.

No ano passado, as propostas que tratam do tema foram reunidas pela Comissão de Educação em um único texto, que substituiu as propostas originais. A nova proposta, no entanto, autoriza que os cursos continuem funcionando, apenas prevendo a revisão das diretrizes curriculares nacionais da área de saúde no prazo de dois anos, a partir da promulgação da lei.

O relator das propostas na Comissão de Educação, deputado Átila Lira (PSB-PI), explica o seu posicionamento a respeito dos cursos de saúde a distância.

“Sugerimos que, se fosse adotado o ensino a distância, as disciplinas deveriam ter os seus conteúdos práticos presenciais. O Conselho Nacional de Educação deveria fazer isso com os conselhos profissionais de Saúde”. Lira reconhece, no entanto, que não há disposição dos conselhos em caminhar nesse sentido.

Autora de uma das propostas que trata do tema (PL 7121/17), a deputada Alice Portugal (PCdoBA) destaca a importância do ensino à distância para um país continental como o Brasil, mas entende que, na área de saúde, é imprescindível o contato entre alunos, professores e pacientes.

“Na área de saúde, estamos tratando de vidas de pessoas ou de animais e não é possível, portanto, formar um médico veterinário, um farmacêutico, um fisioterapeuta, um nutricionista, sem ele ter contato com um paciente”, pondera.

Atualmente, existem 231 cursos de saúde à distância credenciados no Ministério da Educação nas áreas de educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, gestão hospitalar e cuidado animal, entre outros.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### A polêmica carta do ministro Vélez

**Mensagem do ministro da Educação pedia que escolas lessem o slogan da campanha de Jair Bolsonaro e filmassem crianças. Com enxurrada de críticas, ele recuou. E agora?**

Caro

leitor,

Imagino que você esteja se perguntando: As escolas vão ou não cantar o Hino? Meu filho vai ter que ouvir carta escrita pelo ministro? A escola pode filmar as crianças? Como um ministro pode mandar carta com slogan de campanha para ser lida para os estudantes?

Tudo isso por causa do e-mail enviado pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, a todas as escolas do País. A notícia foi dada com exclusividade pelo Estadão.

A princípio, ao receber um e-mail do ministro, diretores de escolas imaginaram que se tratava de fake news, como contei no podcast do Estadão. Receber uma comunicado assim do ministério não é nada usual. Segundo a lei, as escolas, públicas e privadas, do País têm autonomia e são administradas pelos Estados e municípios. Ou seja, o MEC não manda diretamente nelas.

Como se sabe, a mensagem pedia que as escolas perfilassem as crianças, cantassem o Hino Nacional e ainda lessem uma carta do ministro com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Além disso, recomendava que os alunos fossem filmados pela escola e os vídeos, enviados para o MEC e para a comunicação do governo federal.

Educadores, juristas, pais rapidamente criticaram a medida e o próprio ministro. O historiador Boris Fausto disse que lamentava termos um ministro tão atrasado como ele. O Ministério Público Federal pediu explicações, a oposição entrou com representação na Justiça.

Imagens de crianças e adolescentes só podem ser divulgadas com autorização expressa dos pais. E usar slogan de campanha em material do governo pode ser considerado improbidade administrativa. No dia seguinte, o ministro admitiu o erro e recuou, mandando outra mensagem sem o slogan. Mesmo assim, manteve o pedido das filmagens, mas agora apenas com autorização dos pais. Três dias depois, pressionado pelo MPF, outro recuo: Vélez mudou mais uma vez a carta e deixou de pedir os vídeos.

Há quem já peça a demissão do ministro, que desde que assumiu tem causado polêmica em vez de focar esforços para resolver os reais problemas da educação brasileira, como a crise de aprendizagem nas escolas, como bem destacou o editorial do Estadão.

Aos pais, é preciso ficar de olho. Em um texto com perguntas e respostas, mostramos que as crianças não precisam participar de cerimônias do Hino se essa for a vontade dos responsáveis, mesmo que a escola acate o pedido do ministro. Muito menos serem filmadas, como ressaltamos em participação na rádio Eldorado.

Aguardamos o próximo capítulo da série Ministro versus Educação.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Escola com o melhor Ideb de Floriano está sem ventiladores, cadeiras e telhado quebrado**

**Segundo o secretário de educação, uma reforma deve acontecer ainda no primeiro semestre deste ano.**

A Escola Municipal Odorico Castelo, em Floriano, região Sul do Piauí, teve o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da cidade em 2018, mas apesar do bom desempenho, a estrutura da unidade de ensino está danificada e os pais reclamam da situação.

Segundo relato dos pais, há salas com telhado cheio de buracos, salas sem ventiladores e 150 cadeiras quebradas. A vendedora Edna Alves tem uma filha de seis anos que estuda na escola. Ela diz que a filha assiste às aulas em uma sala onde deveria ser o depósito de livros.

"Duas turmas de outra escola vieram para cá e não tem cadeiras para todos. Eles só têm condições de suportar esta quantidade de alunos se consertarem as cadeiras ou colocarem novas", disse.

No pátio, uma das colunas que sustenta o telhado está inclinada. O banheiro masculino está interditado. Outra reclamação é a falta professores, vigias e auxiliares de serviço gerais.

"Eles prometeram que irão mandar as novas cadeiras e consertar o telhado, mas não fizeram nada", afirmou Sandra Barbosa, dona de casa.

O secretário de educação de Floriano, Joab Curvina, relatou que já houve contratação de algumas pessoas para trabalharem na escola e a demora aconteceu porque somente agora saiu a lotação dos novos servidores.

O prédio era de responsabilidade do governo do estado e há sete anos foi repassado para a prefeitura da cidade. Segundo o secretário de educação a reforma deve acontecer no primeiro semestre deste ano.

"O prazo para a reforma é durante o aniversário da cidade, uma vez que a reforma e construção do muro da escola estão na programação", declarou. O secretário de educação de Floriano disse também que as cadeiras devem ser entregues na próxima semana.

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Encceja 2019 terá inscrições entre 20 e 31 de maio

A edição 2019 do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) está confirmada. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou o cronograma na manhã desta sexta-feira, 1º de março. As inscrições serão de 20 a 31 de maio. Quem se inscreveu para o Encceja 2018, não compareceu e quiser participar em 2019 terá que justificar ausência entre 15 e 24 de abril, anexando documentos que comprovem motivo justo. Os detalhes estarão no edital, previsto para abril. As provas do Encceja Nacional serão aplicadas em 4 de agosto, tanto para o Ensino Fundamental, quanto para o Ensino Médio. O cronograma das aplicações no exterior e para pessoas privadas de liberdade serão divulgadas posteriormente.

O Encceja é direcionado aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada para cada nível de ensino. A participação é voluntária e gratuita, mas existe uma idade mínima exigida. Quem visa a Certificação de Conclusão do Ensino Fundamental precisa ter 15 anos completos na data de realização do Exame. Quem visa a Certificação de Conclusão do Ensino Médio precisa ter 18 anos completos.

Certificado X Declaração Parcial de Proficiência – Os resultados individuais do Encceja permitem a emissão de dois documentos distintos: a Certificação de Conclusão de Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, para o participante que conseguir a nota mínima exigida nas quatro provas objetivas e na redação; e a Declaração Parcial de Proficiência, para o participante que conseguir a nota mínima exigida em uma das quatro provas, ou em mais de uma, mas não em todas.

A inscrição e a realização das provas não garantem a certificação. Será certificado apenas o participante que atingir o mínimo de 100 pontos em cada uma das áreas de conhecimento do Encceja e que atingir, adicionalmente, no caso de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física no Ensino Fundamental; e de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias no Ensino Médio, proficiência de pelo menos cinco pontos na prova de redação.

Estudos – O Inep disponibiliza Materiais de Estudo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, além de orientações aos professores que atuam na preparação de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os Cadernos de Questões de todas as áreas do conhecimento, do Encceja 2017, também estão disponíveis no Portal do Inep, juntamente com os gabaritos. Consultá-los é uma ótima maneira de se preparar para o Exame, pois permite conhecer o formato e o nível de dificuldade das provas. O Encceja tem quatro provas objetivas, com 30 questões cada, e uma redação.

Cronograma Encceja Nacional Regular 2019

Etapas

Período

Justificativa

de

Ausência

15

a

24

de

abril

Inscrições

20

a

31

de

maio

Aplicação

Encceja – O Inep é responsável pela aplicação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), no Brasil e no exterior, desde 2002. O exame visa aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio na idade adequada. O Encceja Exterior é aplicado em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. A aplicação para pessoas privadas de liberdade ocorre tanto no Brasil, quanto em países como o Japão.

Assessoria de Comunicação Social - INEP

topo ↕

### REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

#### MEC prepara parcerias para educação de cegos e surdos

O Ministério da Educação esteve presente, nesta quinta-feira, 28, no Instituto Benjamin Constant (IBC) e no Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), com a visita do secretário de Modalidades Especializadas de Educação, Bernardo Goytacazes de Araújo. O intuito das reuniões foi a continuidade das tratativas para parcerias entre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC, e as universidades federais do Rio de Janeiro para a revitalização do hospital oftálmico do IBC e ampliações das ações do instituto direcionado ao ensino de libras.

A primeira visita ocorreu no IBC, órgão vinculado ao MEC e centro de referência nacional na área da deficiência visual. Atualmente, é mais do que uma escola que atende crianças e adolescentes cegos, surdocegos, com baixa visão e deficiência múltipla; é também um centro de capacitação para profissionais da área.

Segundo Bernardo Araújo, um dos principais objetivos é revitalizar o hospital oftálmico do IBC. "A Semesp [Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação] se fez presente no IBC e no Ines. Na parte da manhã, fui ao IBC para levar todas as tratativas feitas junto com a Ebserh, para reativar o hospital oftálmico do IBC, que está parado ou trabalhando com uma dificuldade muito grande devido à falta de profissionais", explicou o secretário. "Estamos com um novo grupo de ação para poder não só resgatar o hospital, como ampliá-lo. Tudo para que possamos aumentar a capacidade operacional, estabelecer metas e colocar o hospital como referência oftálmica na região do Rio de Janeiro", destacou.

A Ebserh já vem estudando o melhor mecanismo para a viabilização da parceria e uma das possibilidades é a realização de toda a organização do hospital. "O que eu vim trazer hoje foi a notícia de que essa parceria já está se efetivando, produziu relatórios e já entra em fase de análise. Estamos bem próximos de assinar os termos dessa parceria, que vai fazer com que o hospital volte a funcionar com a excelência de décadas passadas", pontuou o secretário.

Hospital – A parceria, segundo o secretário, vai trazer ganhos também para a população e para a educação de futuros profissionais da área. "O hospital do IBC atende muitos dos próprios alunos. O IBC, hoje, é um colégio que atende cerca de 780 estudantes e que também é referência para o ensino dos cegos no Brasil inteiro. Esse hospital dava atendimento a muitos deles. A intenção agora é não somente ampliar, para que volte a atender os alunos do IBC, como também toda a comunidade", explicou Bernardo. Com a contratualização, processo pelo qual as duas partes estabelecem metas por meio de um contrato, também poderão ser atendidas pessoas do entorno. "Elas vão ter um hospital referenciado", disse Bernardo de Araújo.

Uma das propostas é fazer com que o hospital atue em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), dando a oportunidade de alunos trabalharem lá junto com os professores. "Seria uma ampliação da residência oftálmica. Uma das funções da Ebserh é prover a formação dos nossos médicos que estão nas nossas universidades públicas. Os hospitais são um meio para isso e com essa parceria, o IBC viraria mais um meio na área oftálmica", ressaltou o secretário.

Ines – O Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), órgão vinculado ao MEC, também recebeu a visita da Semesp. O centro tem a missão de produzir, desenvolver e divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o território nacional.

Além do titular da Semesp, estavam presentes representantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O objetivo, segundo o secretário, é que todos sejam parceiros na missão de ajudar o Ines a realizar ainda mais ações, fechando parcerias de estágios e abrindo novos polos.

“O Ines tem atualmente 13 polos e está se organizando para chegar a 15 polos de ensino de libras no interior do Brasil. A intenção é que esse número chegue a 27, com uma unidade em cada estado brasileiro, para que o Ines seja um polo replicador de letras libras”, explica o secretário. “Essas universidades serão parceiras nessas ações e terão a contrapartida do Ines na formação de seus professores e intérpretes. Uma instituição ajuda a outra e todas ajudam a melhorar a educação do Brasil, principalmente no ensino dos surdos.”

A Ebserh já estuda o caso desde 2018 e a visita aos institutos serviram para coletar mais dados e terminar a compilação dos relatórios, que devem ser entregues na próxima quinta-feira, 7 de março. “Estamos fazendo uma série de visitas a essas instituições. Esta foi a terceira, para estreitar laços, verificar as dificuldades e ampliar as capacidades de ações”, destacou Bernardo. “A intenção é que o MEC esteja sempre presente nessas instituições para que possamos entender a demanda de cada um e ajudar a resolver essas questões. Com essa aproximação, essas instituições, que estavam tão carentes, têm conseguido se recolocar na função social para a qual foram criadas.”

Assessoria de Comunicação Social - MEC (28.02.2019)

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Prorrogado o prazo para Postos Aplicadores informarem interesse em participar do Celpe-Bras 2019/1

O período para Postos Aplicadores do exame para Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) informarem interesse em participar da edição 2019/1 foi prorrogado. Os interessados têm até 1º de março para registrarem interesse no Sistema Celpe-Bras. A adesão via sistema é uma das novidades do Exame para 2019, quando volta ao formato de duas edições anuais. O Edital do Celpe-Bras 2019/1 tem previsão de publicação em 12 de março. As inscrições serão realizadas entre 18 a 22 de março. Já a aplicação das provas está prevista para ocorrer entre 28 e 30 de maio.

Todos os Postos Aplicadores do Celpe-Bras receberam mensagem automática com informações para acessar o Sistema Celpe-Bras, atualizar dados cadastrais e informar o número de vagas ofertadas pelo Posto para a edição 2019/1. Aqueles que não identificaram o recebimento da mensagem devem entrar em contato com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio do e-mail [celpebras.postos@inep.gov.br](mailto:celpebras.postos@inep.gov.br).

Celpe-Bras – O exame para Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é aplicado no Brasil e em outros países com o objetivo de fornecer o certificado brasileiro oficial de proficiência em português como língua estrangeira. O Inep é responsável pela aplicação, com apoio do Ministério da Educação e em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. As provas são realizadas em Postos aplicadores: instituições de ensino superior no Brasil e no exterior, representações diplomáticas e missões consulares do Brasil no exterior, centros e institutos culturais brasileiros e estrangeiros e instituições congêneres interessadas na promoção e na difusão da Língua Portuguesa.

Assessoria de Comunicação Social - INEP (28.02.2019)

topo ↗

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Ministérios da Educação e da Justiça dão andamento a protocolo contra corrupção

Os ministros da Educação, professor Ricardo Vélez Rodríguez, e da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, tiveram uma reunião na tarde desta quinta-feira, 28, no Ministério da Justiça, para conversar sobre o andamento do protocolo de intenções assinado em 14 de fevereiro.

O objetivo do protocolo é apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do Ministério da Educação e de suas autarquias nas gestões anteriores. O acordo é o marco inicial para uma ampla investigação interministerial.

O documento foi assinado pelos ministros da Educação, da Justiça, da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, e pelo advogado-geral da União, André Mendonça. Na ocasião da assinatura, também estava presente o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, que será peça fundamental na apuração dos fatos.

Assessoria de Comunicação Social - MEC (28.02.2019)

